



D. JOÃO III  
VINHO ALVARES PEREIRA  
1547-1550

BIBLIOTECA MUNICIPAL FORTES PEREIRA DE MEI  
ALJUBARROTA  
1911  
Incorporação

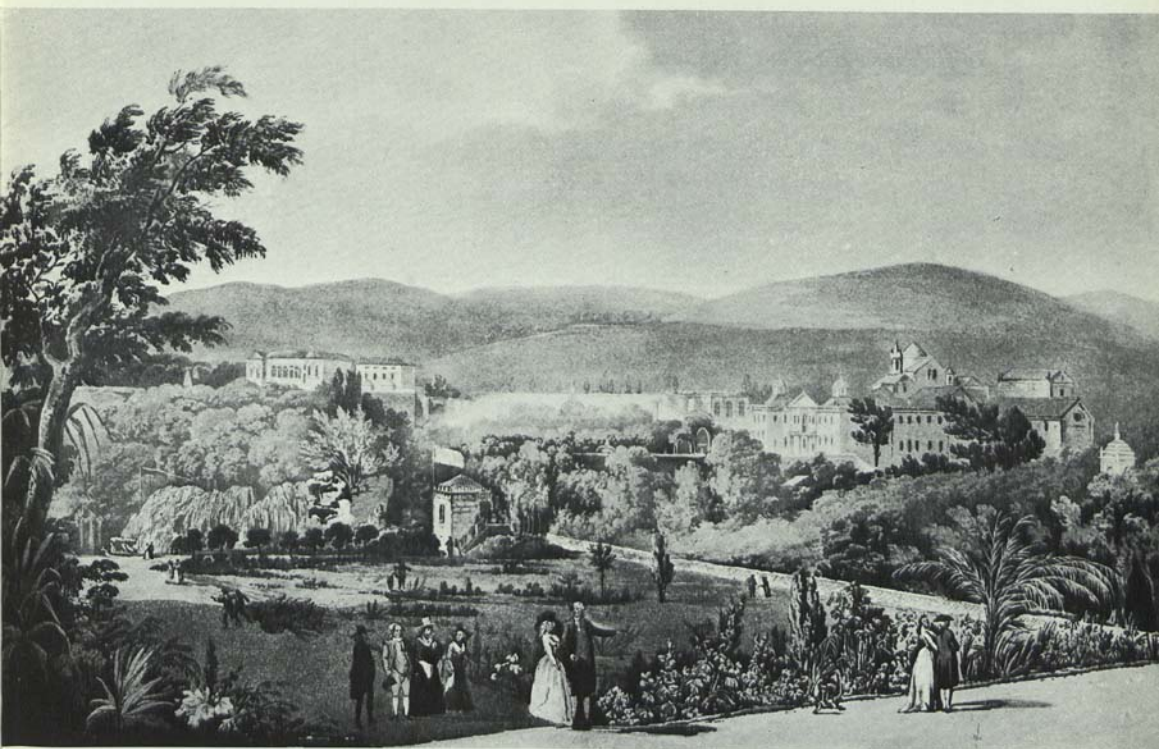


# REVISTA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

*N A C A P A :*

*Monumento a D. Nuno Álvares Pereira (Batalha)—Obra do Mestre Leopoldo de Almeida sobre pedestal concebido por Jorge Segurado, oferecido à Nação pela Cidade de Lisboa.*



QUINTA DE GERARD DE VISME  
E QUINTA DOS MARQUESES DE FRONTEIRA  
—GRAVURA DE WELLS

# REVISTA MUNICIPAL

*DIRECTOR*  
HENRIQUE MARTINS GOMES

*ASSISTENTE GRÁFICO*  
ALFREDO THEODORO

*DESENHOS DE*  
BRAVO  
JULIO GIL  
LUIS OSÓRIO



ANO XXIX—NÚMEROS 116/117—1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1968

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO  
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

# REVISTA MUNICIPAL

EDITORA  
REVISTA MUNICIPAL

CONSELHO EDITORIAL  
REVISTA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO  
REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL S. A. TRIBUTOS E TAXAS



## SUMÁRIO

*BELEZAS E DESDITAS QUE CERCARAM LISBOA NUM TEMPO  
EM QUE O SÉCULO XIX ILUMINAVA O MUNDO*

MÁRIO COSTA

*SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA*

P.<sup>o</sup> JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

*EXTRATEXTO*

*ACHADOS DA ÉPOCA ROMANA NO SUBSOLO DE LISBOA*

IRISALVA MOITA

*PREGÕES DE LISBOA, MÚSICA NO CORAÇÃO DO POVO*

JÚLIO DE CASTILHO

*INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO A GUERRA JUNQUEIRO*

*A DIVIDA DE LISBOA ESTÁ PAGA*

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

# BELEZAS E DESDITAS QUE CERCARAM LISBOA NUM TEMPO EM QUE O SÉCULO XIX ILUMINAVA O MUNDO

POR MÁRIO COSTA

É sabido como o século XIX foi fecundo e brilhante para a universalidade. Chamaram-lhe iam com todo o acerto — *o maravilhoso século das luzes*.

A humanidade beneficiou das maiores descobertas científicas, foi presenteada com invulgares elementos de auxílio, recebeu inúmeras e inacreditáveis comodidades. Tomaram o maior destaque o gás, a electricidade, o telégrafo, o telefone, a máquina a vapor, o fonógrafo, o cinematógrafo, a rádio-telefonía. Surgiram os primeiros caminhos de ferro, abriram-se as principais estradas, desenvolveu-se a navegação, construíram-se portos, lançaram-se pontes.

Em opposição a estas favoráveis proposições, dumá verdade transparente, abre-se um parêntese em que pode mostrar-se muito do que, na roda contrária, e no mau sentido da nossa vivência, desprometedor e violento, entrou a arrecadação e a aplicação de muita riqueza, a utilização, em cheio, do progresso que se impunha. Também a História nos ensina o que, principalmente, feriu a nossa capacidade criadora, apontando o mal que nos causou a guerra de coligação da Espanha com a França. A invasão, por três vezes, do solo português, pelas orgulhosas tropas napoleónicas, com as quais combatemos na guerra peninsular. O dispêndio causado pela manutenção da corte na capital carioca. A investida espanhola que nos levou à perda da praça de Olivença. A separação política do império do Brasil. A ignóbil atitude cometida em 1890 pela nossa velha aliada, que ficou designada por *ultimatum inglês*.

As duas grandes epidemias no reinado de D. Pedro V. As frequentes crises monetárias,

financeiras e económicas e os sucessivos movimentos militares, ao serviço da política partidária, que tiveram como corolário a revolução republicana de 1891, que eclodiu na Capital do Norte.

As lutas fratricidas começaram cedo e cavaram bem fundo nas entranhas da nossa Pátria e na carne dos que se batiam, destruindo vidas e fazendas, produzindo miséria e desolação, levando ao exílio e ao túmulo muitos elementos da mocidade, a melhor estirpe da nossa fidalguia. A Nação, politicamente dividida em duas grandes facções—absolutistas e constitucionais—andava aos baldões, ora governada por uns, ora tutelada por outros. O Tesouro definhava mais e mais e a riqueza privada sofria rudes golpes. As grandes famílias emigravam e os magnates punham as fortunas e as vidas ao serviço da sua Causa. As perseguições políticas levavam para os cárceres as figuras mais representativas. Confiscavam-se os bens dos combatentes contrários. Degladiavam-se elementos da mesma Casa Real, na disputa da Coroa (primeiro, o infante contra o rei seu pai, depois irmão contra irmão), numa luta destruidora que prosseguiu após a assinatura da Convenção de Évora-Monte. A revolução liberal de 1820, contra o poder absoluto, vencedora no Porto, alastrara à Capital.

★

A partir do século XV, soubemos dar provas do que éramos, como país colonizador. Paralelamente com a administração da Metrópole, nunca abandonámos o domínio das nossas parcelas do Ultramar, pedaços do solo português, que obtivemos à custa do comprovado espírito intemerato

de nossos Maiores. Sempre prevaleceu entre nós o ideal na conquista do ignorado e no desejo do desbravamento dos caminhos incógnitos, com o propósito de pregar a palavra de Cristo, civilizando as massas incultas, dando a conhecer as cores da nossa bandeira.

Também no século XIX, tal como nas épocas longínquas, tivemos que lutar, então para manter a nossa hegemonia em plagas africanas, derramando por lá o sangue heróico de lusitanos, em guerras chefiadas por indígenas rebeldes.

Então, nesse decantado século, ao mesmo tempo que empenhávamos a fazenda, muitos briosos militares deram provas de grande bravura e coragem. Não se torna possível particularizar aqui, todos esses feitos, podendo apenas citar-se os nomes dos principais chefes que, com a sua acção, quase lendária, o Tempo fez gravar nas gloriosas páginas da nossa História. Assim se sobrepõem Mousinho de Albuquerque, Augusto de Castilho, Caldas Xavier, Paiva Couceiro, Roberto Ivens, Capelo, Paiva de Andrade, Vítor Córdon, Silva Porto, António Maria Cardoso, Serpa Pinto, Alves Roçadas, Gomes da Costa, Azevedo Coutinho, João de Almeida e muitos outros.

Heróicamente, ainda hoje, a luta prossegue, em combate contra terroristas-mercenários e certos nativos ambiciosos, que o estrangeiro malvadamente armou contra nós.

★

Com uma herança pobre, e tantos embaraços, infortúnios e nefastas vicissitudes, não era de esperar uma vida folgada e feliz, nem a realização de grande número de empreendimentos, nesse decorrer do século.

Só a política do fim do século, que trouxe a formação de grandes partidos, disporia da acção de bem governar, dando-nos um vislumbre de prosperidade e benfazeja aquietação nos espíritos.

Em ordem à reabilitação da Pátria e ao progresso do País, em nome da facção regeneradora-liberal, appareceu António Maria Fontes Pereira de Melo, — o «Pai da Pátria» —, o estadista iniciador das obras de fomento e do equilíbrio das finanças públicas, orientadas por António de Serpa Pimentel.

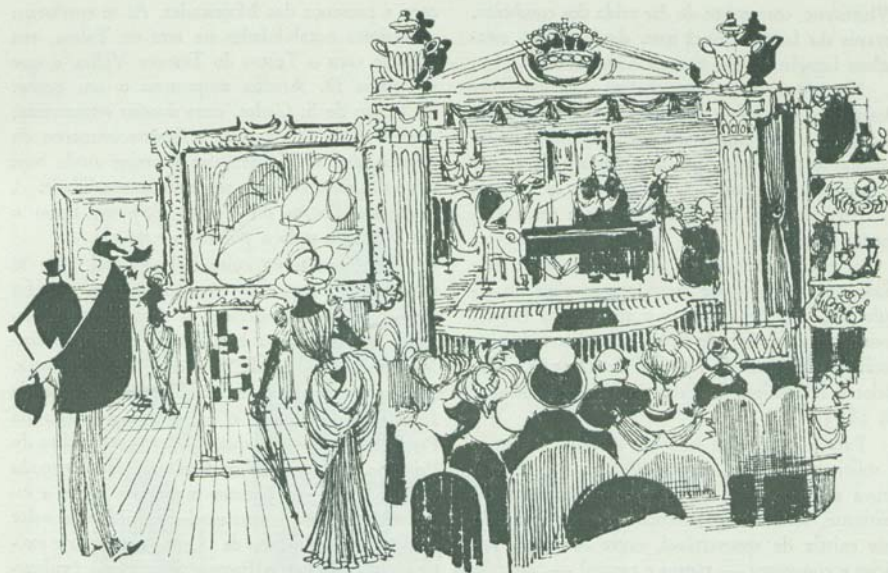
Pode dizer-se que foi a partir de então que transpareceu o fomento do País. Fez-se regionalismo. O povo passou a dispor de melhor bem-estar. Dentro das nossas possibilidades, o Comércio obteve uma relativa prosperidade, a Indústria desabrochou da sua pequenez e o amanho das terras frutificou, pondo a Agricultura a par do avanço das outras duas forças vitais da Nação.

★

Foi a Capital que particularmente beneficiou das maravilhas do nosso Progresso. Dotou-se o Porto de Lisboa de condignos melhoramentos; estabeleceram-se novos transportes citadinos e melhoraram-se os existentes; intensificaram-se as obras de salubridade; organizaram-se serviços de abastecimento de água e luz; abriram-se novos bairros. E, como coroa láurea, rasgou-se a Avenida da Liberdade, ainda hoje o grande orgulho de cidadania (!).

No tocante a artes, ciências e literatura, foi o século XIX extremamente rico. Resplandeceram os homens de mais realçante elevação. Floresceu o ciclo romântico, que pôs em evidência os mais notáveis escritores, de que Garrett se tornou a estrela de mais irradiante grandeza. A Pintura irradiou prodigiosamente. Nos salões das classes elevadas, que a Poesia conquistou, a conversação tomava foros académicos. O Teatro atingiu as maiores culminâncias da Arte. As artes gráficas tomaram vulto. A Imprensa consagrou-se, distinguindo-se os seus melhores dirigentes. A litografia e a gravura avantajaram-se, elevando-se o número dos periódicos ilustrados. O espírito associativo iniciou-se, constituindo uma grande força.

No que respeita a construções de ordem ornamental, tempo de confessar a fatalidade que sempre nos perseguiu, numa demonstração de pobreza. Entre as honrosíssimas excepções, e como obra mais notável, poremos à evidência o palácio da Ajuda, ainda hoje inacabado, obra de arte a que Fabri deu o risco e a execução. O enorme imóvel serviu de habitação a D. Luís I, depois de um censurável arranjo com que se pretendeu estabelecer um conforto de tabiques e sobre-tectos, em perfeito antagonismo com a majestade



e a elegância primitivas. Já se pensou em completar esse belo conjunto, quando foi anunciada a visita da rainha Isabel de Inglaterra, mas faltaram as forças... e o dinheiro.

Menos valiosos, embora, e com princípios basilares bastante recuados, no tempo, mas que sofreram benefícios no destacado século, outros dois paços reais individualizaremos, entre tantas das pedras bemquistas, erguidas altaneiramente, para utilidade do Homem e regalo dos nossos olhos.

O palácio das Necessidades, assim chamado em 1834, ganhou fundamentos por mandado de D. João V, que destinou a obra aos padres da Congregação do Oratório de S. Filipe Nery, edifício que sofreu radicais transformações após a extinção dos conventos. Não tem falta de arquitectura, nem de simpática majestade. Veio a servir a hospedagem de algumas pessoas reais, de origem estrangeira, e foi residência de D. Maria II, D. Pedro V, D. Carlos I e D. Manuel II.

Numa época que vem já do século XVI, a juzante do Tejo e situado no concelho de Belém, ganhou fama um vasto solar, com seus jardins, o chamado palácio de Belém, que haveria de receber de D. João V os princípios prometedores.

É um dédalo de reconhecidos encantos, sempre melhorado, a que se juntou, em 1905, graças à iniciativa da rainha D. Amélia, o Museu Nacional dos Coches, recheio esplendoroso de riqueza e arte.

A Casa da Câmara de Lisboa, que substituiu os antigos Paços Pombalinos, destruídos pelo incêndio de 19 de Novembro de 1863, onde se havia acolhido o Banco de Lisboa, naquela data já substituído pelo Banco de Portugal, possui efeitos de digna grandiosidade, sobretudo nos seus salões principais, que ostentam valiosas obras de arte, numa harmonia de grande beleza, honrando esta cidade, donde partiram as naus e caravelas, para o caminho do desconhecido.

O edifício da antiga Escola Politécnica, cheio de nobreza e real valor (\*) sucedeu ao Colégio dos Nobres, que também fora vítima de calamitoso fogo, no ano de 1843.

Dando projecção ao serviço de caminhos de ferro, a estação de Santa Apolónia, com grande singeleza estética, deu início ao serviço de tráfego; e a edificação manuelina do Rossio, delineada por José Luís Monteiro, serviu de pano de boca à gare construída nos antigos terrenos dos Recreios



Whittoyne, com o fim de dar saída dos comboios, através do famoso túnel que, desde 1889, estabelece ligação com o sítio de Campolide.

Na principal obra pombalina — a excelente Praça do Comércio — também o século XIX fez encastoar o seu cunho imperecível. Foi já nesse quadrante do tempo que se acabaram de fechar as magníficas arcadas, se levantaram as colunas do Arco da Rua Augusta e se fez o seu coroamento (\*).

O antigo Arsenal da Marinha, embora iniciado em 1759, pode considerar-se obra do século XIX, ano de 1873; e a sua Escola Naval, com a grandiosa Sala do Risco, tudo destruído pelo incêndio de Abril de 1916, é de 1845. O Matadouro Municipal da Cruz do Taboado foi obra de 1863.

Para o muito que houve a atender, a rogo e a solicitações das entidades públicas, foi posto à prova o nosso feitio de eternos adaptadores do existente, tomando-se sistematicamente conta do que existia de aproveitável, entre os velhos palácios e conventos — tantos e tantos! —, citando como exemplo o magnífico palácio do Conde de Alvor, às Janelas Verdes, onde se incorporou, em 1884, o Museu das Artes Plásticas, organizado sob o impulso do rei-artista D. Fernando II.

★

Deu alguma expressividade à nossa Lisboa a implantação, em praças públicas, de monumentos escultóricos destinados a representar os grandes da História, como os que se chamaram Camões, D. Pedro IV, Duque da Terceira, Marquês de Sá da Bandeira, e aqueles que, numa legenda anónima, ficaram assinalados por «Os Restauradores de 1640». Do início do século actual, datam as edificantes memórias erigidas ao grande Afonso de Albuquerque, ao heróico Duque de Saldanha e ao genial escritor Eça de Queirós, uma conjuntura que igualmente deixou perpetuada a presença do sábio e carinhoso Dr. Sousa Martins, a quem o povo anónimo classificou de «Santo».

Relativamente a casas de espectáculos públicos, tiveram realce o Teatro D. Maria II (\*), que abriu para a cena em 13 de Abril de 1846,

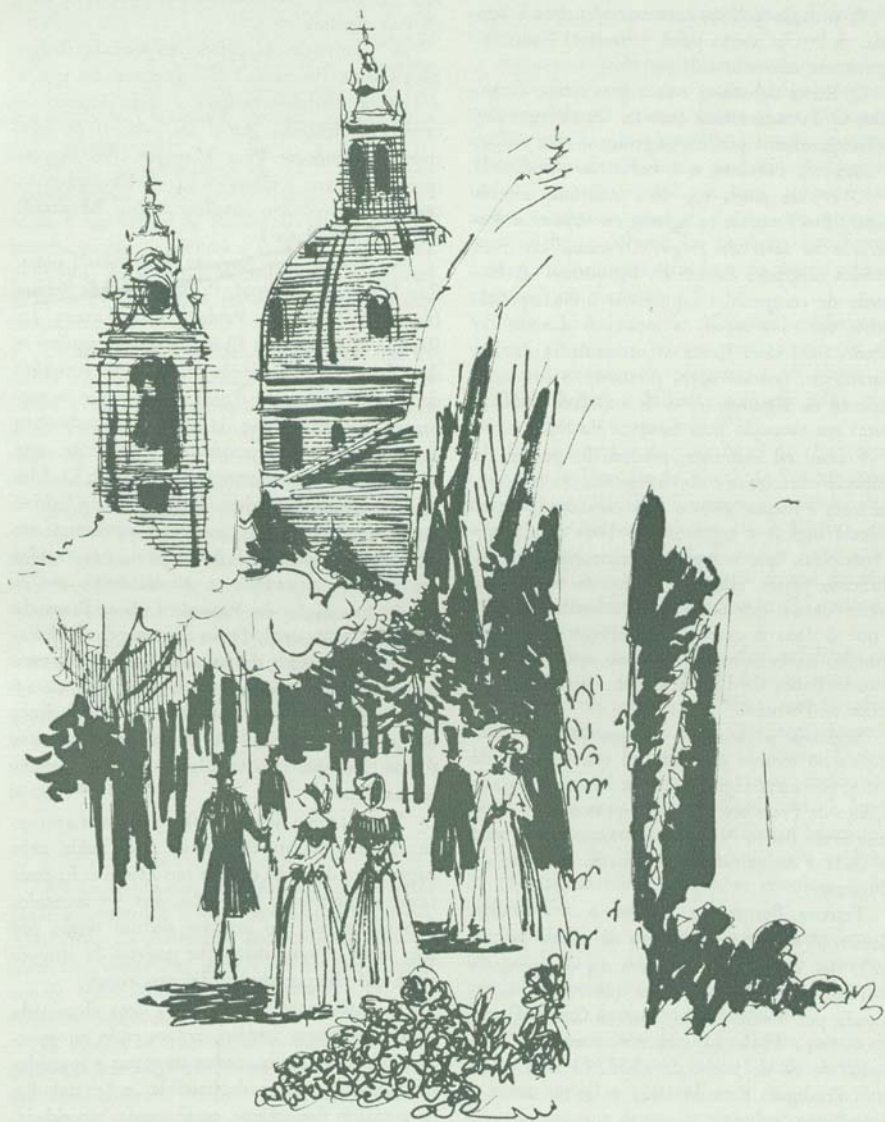
com a presença das Majestades. Aí se revelaram as maiores notabilidades na arte de Talma, em paralelo com o Teatro do Tesouro Velho, a que a Rainha D. Amélia emprestou o seu nome. O Teatro de S. Carlos, uma doação setecentista, encheu-se de glória com o desenvolvimento do romantismo. O Coliseu dos Recreios ainda hoje desperta interesse pela sua monumentalidade. A Praça de Touros do Campo Pequeno levou o entusiasmo a todo o público aficionado.

Prestou-se terno culto à Natureza! Não se esqueceu o Parque do Campo Grande, que foi melhorado e engrandecido. A Avenida da Liberdade, tornou-se uma bela artéria florida. Embelezou-se o Passio de S. Pedro de Alcântara. Deu-se concretização e formosura ao Passeio da Estrela. Arborizou-se e alindou-se o Largo da Patriarcal Queimada, que foi chamado Jardim do Príncipe Real. O Jardim Botânico, seu estimado vizinho, com um óptimo miradouro sobre a cidade baixa, ficou constituindo um altíssimo valor didáctico como museu de plantas nacionais e exóticas. Mais longe, o Parque Silva Porto (vulgarmente «Mata de Benfica»), tornou-se excelente recreio, preferido pelas classes populares. O Parque das Laranjeiras aglomerou-se de acontecimentos célebres, vividos pela principal aristocracia, sendo nesse aprazível recinto que o conde de Farrobo queimou grande parte dos seus milhões. Outros parques e jardins, a cargo do Município, vão aparecendo, dia a dia, ajudando a engrinaldar a cidade e a dar-lhe mais frescura e beleza.

Para os prevaricadores, os desrespeitadores das leis do País, dentro do espírito da época, ergueu-se em 2 de Setembro de 1885, o grande edifício da Penitenciária, a casa própria para cumprimento das penas de condenação.

★

Fixemo-nos agora em 1821, para recapitular alguma história já lembrada. A Família Real desembarcava a 4 de Julho, de regresso do Brasil, para onde partira catorze anos antes, a 27 de Novembro de 1807, numa fuga que se classificou de desordenada, vindo a reconhecer-se ter sido metódicamente preparada, quase à vista das tropas de Napoleão, comandadas por Junot.



O rei de Portugal era então D. João VI (\*), Monarca que partira regente do Reino, por incapacidade física de sua mãe, a rainha D. Maria I, que veio a falecer a 20 de Março de 1816.

A situação política continuava incerta e agitada. A brecha aberta pelas 3 invasões francesas, agravara-se com a luta de partidos.

O Reino debatia-se numa grave crise financeira. O Tesouro estava exausto. Os vencimentos do funcionalismo público pagavam-se com atraso. O comércio estiolava e a indústria cristalizava.

O crédito ainda não fora instituído oficialmente. Proliferavam os agiotas ou usurários. Recorria-se às *casas de prego*. Os cambistas e os grandes magnates faziam de banqueiros. A formação de companhias capitalistas tinha especialmente em mira servir os interesses directos do Estado, para fazer frente às necessidades da Tesouraria ou, quando mais, promover o empreendimento de algumas obras de utilidade pública, postas em execução pelo Governo do País.

É num tal ambiente, produto da guerra, da ocupação estrangeira e duma regência ora facciosa, ora fraca e inepta; com o País cansado da interferência inglesa e esgotado por lutas ideológicas e fratricidas, que o regime constitucional dá os primeiros passos, elege o Parlamento e reúne as Cortes Gerais, extraordinárias e constituintes (\*), a que é dado o excepcional encargo de criar o primeiro estabelecimento bancário, que foi denominado Banco de Lisboa e teve a substituí-lo o Banco de Portugal.

Seguiu-se a formação de variadíssimas instituições do mesmo carácter, até que, no ano de 1864, por carta régia de 16 de Maio, o rasgado espírito de Francisco Chamiço, promoveu a constituição do Banco Nacional Ultramarino, ao qual foi dada a exclusividade da emissão de notas no Ultramar.

Ferreira Borges fez aprovar o seu Código Commercial em 1833 (Decreto de 18 de Setembro), que entrou em vigor em 14 de Julho do ano seguinte, matéria jurídica que veio a ser renovada por Veiga Beirão, que as Cortes Gerais aprovaram e El-Rei D. Luís sancionou por Carta de Lei de 28 de Junho de 1888. O 1.º Código Civil Português data de 1867 e foi seu autor o Conselheiro Seabra.

★

Passemos a analisar, separadamente, alguns dos elementos que vinham constituindo a base da vida cidadina.

A iluminação da cidade, já tornada obrigatória por D. Fernando I (\*), só em 1780 passou a fazer-se disciplinadamente e num sentido de orientação detinida, graças aos esforços do intemerato Intendente Pina Manique. No dia em que tal se levou a efeito — 17 de Dezembro — passava o aniversário natalício de Sua Majestade a Rainha D. Maria I.

No Rossio, Rua Augusta, Praça dos Leilões, Rua Direita de Arsenal, Praça do Sodré, Ribeira Nova, Praça de São Paulo e Ruas Direita dos Remolares e Nova de El-Rei, já podia vaguear-se de noite. A luz bruxuleante dos 770 lampeões de azeite, obstava de algum modo a que os meliantes, aproveitando-se da escuridão, assaltassem o transeunte desprevenido. É bem certo que «Lisboa, nos primeiros anos do reinado de D. Maria I, encontrava-se infestada por vadios e ladrões que cometiam assaltos, roubos e assassínios nas ruas mais frequentadas da Capital, nas escadas dos pacíficos moradores, e até no mar...» (\*).

A iluminação do Paço de Lisboa, Praça do Comércio e Arsenal, ficava à conta da Real Fazenda, mas, para a das restantes artérias, contribuía obrigatoriamente os seus moradores, de 27 em 27 dias, com um quartilho de azeite doce, de qualidade inferior, que devia ser entregue a tempo, à pessoa encarregada de mandar acender os candeeiros.

Pouco tempo depois, durante um mês apenas, aquele tributo em espécie foi substituído pelo pagamento de cento e vinte réis mensais. E, mais tarde, o Intendente propunha, sem ser atendido, que se lançasse «o imposto de um tostão por mês sobre o inquilinato que pagasse de aluguer vinte mil réis por ano ou daí para cima».

O Intendente, alargando a área iluminada, de tempos a tempos, submetendo ao presidente do Real Erário, novas propostas e repetidas instâncias. Vendo-se desatendido, e faltando-lhe os recursos financeiros, teve aquela autoridade,

mau grado seu, que suspender tão importante serviço público, considerado da maior utilidade, no princípio de 1792.

Só nove anos depois, com D. Rodrigo de Sousa Coutinho na presidência do Real Erário, pôde Pina Manique restabelecer a iluminação pública, e, mais do que isso — a sua suprema aspiração! — organizar em bases sólidas a Guarda Real da Polícia, composta de dois corpos, um a pé e outro a cavalo.

O dia 2 de Fevereiro de 1801, dando em melhor forma, à cidade de Lisboa, ruas iluminadas e um Corpo de Polícia devidamente organizado, pronto a defender a vida e a fazenda dos moradores da Capital, colocou esta num nível social mais elevado, a par de algumas cidades estrangeiras.

Dissolvida a Corporação policial, pela interferência que tomara a situação miguelista (\*), foi criada a Guarda Municipal, graças à iniciativa de D. Pedro IV, quando regente, decretando em nome de sua filha, a Rainha D. Maria II. Era ministro do Reino, Bento Pereira do Carmo (\*\*).

Quanto a segurança pública, mudou-se muito, a partir dos meados do século XIX. O País entrou numa grande normalidade. Os lares ficaram melhor defendidos e os transeuntes adquiriram maior confiança. A polícia foi reorganizada (\*\*), à Guarda Municipal deu-se-lhe maior força, e as tropas de linha passaram a ter mais eficiência. A desnecessidade duma apertada e rigorosa vigilância, junto dos edifícios públicos e privados, mórmente daqueles onde se guardavam os réditos públicos e as fortunas de particulares, acentuou-se progressivamente.

★

Ao tesoureiro-mór do Real Erário competia pagar o azeite que o agricultor Manuel Correia, Almojarife da Azinhaga, fornecesse na medida necessária, desde que fosse «por um preço igual àquele mais económico» — acentuava D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O serviço de iluminação — desta vez consideravelmente ampliado — era para Pina Manique uma obsessão. Melhorava-o continuamente, e, para o tornar mais económico, estudava a

forma de utilizar óleos de mamona, de palma e de baleia, de mistura com o azeite. Veio a aplicar-se óleo de baleia, de cuja pesca se incumbia a Companhia de Pescarias Lisbonense, fundada em 1835, sob a inspiração da Associação Mercantil Lisbonense (\*\*).

Pensou-se igualmente no óleo de purgueira, que foi considerado um «grave problema de interesse público» — como informava a Marquesa de Rio Maior, que acrescenta, nas suas preciosas *Memórias*: «Essa medida, que não me lembro se foi ávante (mas creio que não), foi acerrimamente combatida, porque, diziam, iria provocar uma tal baixa de um dos produtos que fazem a nossa riqueza, que arruinava, ou pouco menos, a agricultura nacional» (\*\*).

Junto ao baluarte de Alcântara, estabeleceu-se em 1842 uma fábrica para a extracção de azeite da semente de purgueira, que pertenceu à Viúva Burnay e Filhos e que em 1851 empregava 40 a 50 operários (\*\*).

A Carta de Lei de 7 de Abril de 1823, que extinguiu a Intendência Geral da Polícia «com todos os seus Offícios e Empregos» e mandou que o serviço de limpeza voltasse para a Câmara, entregou a esta a iluminação da cidade, com a dotação anual de oitenta e quatro contos de réis, sendo sessenta contos para a iluminação e vinte e quatro para a limpeza.

Entretanto, a Intendência foi rehabilitada, e, por portaria de 16 de Julho daquele ano, passaram para ela os dois serviços mencionados. Volvidos, porém, onze anos, Joaquim António de Aguiar levou à sanção de D. Pedro, Duque de Bragança, o decreto que ficou datado de 19 de Abril de 1834, revogando toda a legislação anterior e atribuindo à Câmara Municipal os «objectos de limpeza, iluminação e calçadas da Cidade de Lisboa», que se entendia dever competir-lhe.

Por este aviso, publicado pouco tempo depois, em 30 de Julho, na *Gazeta Oficial do Governo*, se vê uma forma do procedimento do Município, para obter o necessário combustível:

«A Câmara Municipal de Lisboa precisa de azeite doce para iluminação da Cidade: avisão-se portanto todos os que quizerem vender o dito género, para que dentro de oito dias consecutivos

à publicação deste anúncio, se apresentem na casa da Administração Geral da Iluminação com as amostras competentes, a fim de se tratar do seu preço, e se efectuar a referida compra.»

Em 1846, quando já vinha próximo a nova iluminação, que tanto sobressaltou o alfacinha, a aquisição de azeite, feita por concurso, ainda era assim anunciada:

«A Câmara Municipal de Lisboa ha-de dar de arrematação em hasta pública, por tempo de seis meses a contar da data da arrematação para o que tem designado o dia 26 do corrente, pelo meio dia. As pessoas que quiserem entrar neste contracto deverão previamente apresentar na mesma Câmara as amostras e preços do dito género, e comparecer no referido dia e hora na sala da Municipalidade, onde se acharão patentes as condições do mesmo contracto» (15).

★

Foi desta forma, à luz de azeite, que Lisboa (até então apenas salpicada de luz pelo que reflectiam os nichos e oratórios), se viu iluminada, pela primeira vez, depois de Paris, Londres, Amsterdão, Madrid, Copenhaga e outras. E assim vamos encontrar a nossa cidade maravilhosa em 1822, uma data célebre, aquela em que o Banco de Lisboa entrou em actividade e estabeleceu o primeiro contacto com o público.

Nas casas particulares, repartições públicas, escritórios e estabelecimentos, era à luz de candeias de azeite ou de velas de cera em combustão, que se trabalhava. A estearina encheu o mercado, em 1825. O acetilene foi descoberto em 1836 e aplicado à iluminação, em 1894. Os castiçais, serpentinas e candelabros, eram então objectos de luxo, mas também de grande utilidade e uso corrente. Para fazer lume ainda se usava a mecha, a isca, o fuzil e a pederneira, quando não se preferiam os palitos «espera-galego», aparecidos em 1809. Escrevia-se com penas de pato e a escrita enxugava-se com areia.

Transportemo-nos, por momentos, a esses tempos, e imaginemo-nos numa tarde de Inverno, à hora em que o Sol declinava, contemplando o interior de um dos grandes salões, iluminado por aquele sistema em uso!

Que estranha e inconcebível cena!

★

A utilização do gás na iluminação pública, considerado como uma das pedras angulares da civilização e de progresso, foi recebido com o maior júbilo. No dizer do espirituoso folhetinista Júlio César Machado, o gás, só por si, conseguiu alterar a pacatez da vida cidadina.

Nesse tempo, como escreveu o popular escritor, tudo era tranquilidade! «À noitinha fechavam-se as lojas... Toda a gente se recolhia cedo... Vivia-se contente assim». Depois, «mudou logo tudo, mas tudo, tão de repente, que até o céu, limpo e transparente, que tínhamos, nunca mais foi como era!...» (16).

A luz de gás acendeu-se, primeiramente, nas Ruas dos Capelistas, do Ouro e da Prata — em 28 de Julho de 1848, a título de experiência — e, na noite seguinte, nas Ruas da Boa Vista, Loreto, S. Paulo, Alecrim, Santa Catarina, S. Julião, Nova do Almada e Cais do Sodré. O Rossio foi iluminado no ano seguinte (17).

Para tal se conseguir foi necessário sustentar uma luta tenaz contra a inércia de muitos e saltar por cima de interesses feridos.

O «bico auer» foi um aperfeiçoamento que deu nas vistas. Em Junho de 1854, a Câmara de Lisboa publicava um edital com as condições da arrematação das obras necessárias para levar a efeito, no Passeio Público, a nova iluminação. O Conde de Farrobo já em 1830 instalara a luz de gás no seu palácio e teatro das Laranjeiras. O Teatro de S. Carlos, que em 25 de Abril de 1819 substituíra as velas de sebo das placas e candelabros por candeias de azeite, e que na época de 1822-23 teve que voltar às velas de cera, inaugurou o novo sistema de iluminação em 1849 (18); e o Teatro de D. Maria II, originariamente iluminado a azeite, reservou o grande acontecimento para a noite de 4 de Abril de 1850, em que levou à cena, pela primeira vez, o drama de Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*.

A Câmara Municipal, que já em 1834 publicara anúncios em periódicos do país e do estrangeiro, para a admissão de propostas para a iluminação da cidade por meio de gás, concedeu o exclusivo desse sistema à Companhia Lis-

bonense de Iluminação a Gás (Rua da Boa Vista, 27), autorizada por decreto de 3 de Maio de 1846 e alvará de 13 do mesmo mês e ano. Do regulamento, aprovado por decreto de 10 de Março de 1847, que confiou àquela Companhia o encargo da iluminação pública, até então atribuído à Câmara Municipal, constavam os nomes das vias públicas que, em prazo certo, haviam de beneficiar da nova iluminação. A Praça do Pelourinho, onde se erguia o edifício dos Paços do Concelho, coube ser uma das primeiras artérias a gozar do melhoramento.

Ao tempo, era ministro do Reino o Visconde de Oliveira, em 1846 nomeado comissário régio junto do Banco de Lisboa.

★

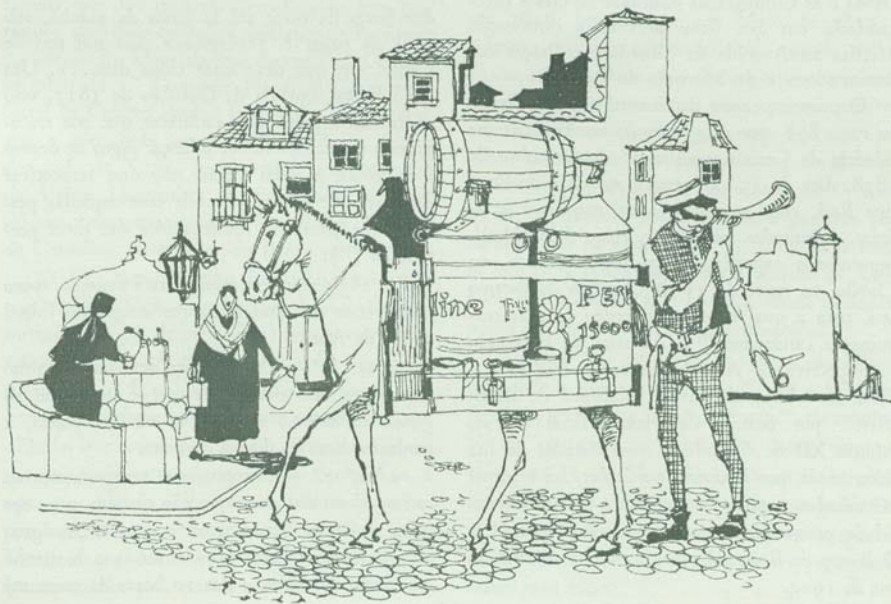
O petróleo entrou em Lisboa, nos meados do século XIX. E logo foi usado pela burguesia e outras classes em formação, como também seria utilizado, em 1862, na iluminação pública. Ainda se vende nas carvoarias e drogarias, e,

pelos bairros populares, continua a aparecer o homem do *pitroline*, carregando sobre o dorso da mular, as vasilhas do petróleo e do azeite (este deixou de ser fino...) e mais o pipo do vinagre. Outrora era o vendedor ambulante que carregava às costas as pesadas bilhas de folha, lançando para o ar, em ritmo lento, o clássico pregão: «Pitroline! Azeite doce!...».

Em 1864, lia-se na secção de anúncios do *Jornal do Comércio*:

«Óleo petroline  
Primeira qualidade  
Purificado  
Importação directa de Nova-York  
Preço 2\$800 por almude  
Rua dos Confeitores, 166 e 168, moderno.»

A gasolina é o mais importante derivado do petróleo, extraído dos grandes poços mineiros, e um elemento primacial na actividade automobilística, tendo como real concorrente, o gasóleo, que atingiu uma expansão e alcançou um volume de vendas, verdadeiramente astronómico.



Um novo derivado — o buta-gás—está sendo levado a todo o País, pelas diversas Companhias de petróleo, em embalagens próprias, e até as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, em Lisboa, adoptaram esse novo-fluido, levando-o a casa dos seus antigos consumidores, através das antiquadas canalizações, acabando com o velho produto extraído da hulha negra, importada das minas inglesas.

★

Finalmente, na noite de 28 de Maio de 1903, uma importante descoberta da ciência — a electricidade — que lá fora era há muito uma realidade prática, appareceu a brilhar, prometedoramente, em algumas das ruas citadinas (19).

Que transformação sofreram os nossos hábitos! Como passou a ser fácil, com um singelo contacto, fazer resplandecer essa maravilhosa luz, uma das mais imaginosas criações da intelligência humana!

Data de 22 de Julho de 1891, o contrato inicial celebrade entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, em que ficou prevista a iluminação eléctrica na Avenida da Liberdade e Praças dos Restauradores e do Marquês de Pombal.

O primeiro ensaio da maravilhosa luz, fizera-se em 1878, por diligência do rei D. Luís, na cidadela de Cascais, no dia 28 de Setembro de 1878, data do 15.º aniversário natalício do Príncipe Real, com a utilização de máquinas geradoras, inventadas pelo físico russo Jablochkoff. Seguiu-se a experiência, em lugar público, no Chiado, na noite de 31 de Outubro do mesmo ano, para a qual o soberano cedeu as suas máquinas e candeeiros (20). As salas da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, que se realizou em 1882, no Museu Nacional de Belas-Artes, por ocasião da visita oficial do rei Afonso XII de Espanha, foram dotadas de luz eléctrica. E, por iniciativa particular, foi o jornal «O Século» a primeira empresa a possuir electricidade, para o que montou um motor próprio (21). O Banco de Portugal inaugurou esse sistema no ano de 1904.

★

O decantado problema da água e dos esgotos, estava longe de solução. Os aguadeiros, com o seu melancólico e arrastado pregão — à... ú! —, serviam os cidadãos a quem, pela sua condição social, não era permitido tomar o caminho do chafariz. As negras calhandreiras, na triste faina em que se mostravam zelosas, lançavam para o Tejo o conteúdo nauseabundo dos potes em que se guardavam os detritos caseiros (22); e as servas e donas de casa, para além das 9 horas da noite, fazendo os despejos para a rua, depois do prévio e inacreditável brado — água vai! — pouco importando quem passava por baixo, supriam — mais ou menos... — o reclamado e instante melhoramento, as medidas progressivas, a higiene, em suma, de que a Capital tanto carecia (23).

Como dizia o Edital de 14 de Dezembro de 1815 (confirmação dos de 27 de Maio e Junho de 1803 e 14 de Outubro de 1809), não era permitido «que ninguém lançasse Agos ou Lixos nas Ruas, *sem dar as tres vozes com separação*, para aviso dos que transitão por elas, desde as dez horas da noite até às cinco da manhã, sob pena de pagar o Transgressor dois mil reis de Cadêa, em que deve estar cinco dias...». Um novo Edital, em 10 de Outubro de 1817, veio confirmar a postura, e esclarecer que por transgressão «se comprehende o lançar Agoa de dentro das Portas, ou das Lojas, nas suas respectivas Ruas; o que não se entende com aquellas pessoas, que para isso sahirem fóra das ditas portas...» (24).

Em 1835 pouco se modificara a situação, como pode ver-se dos dois primeiros artigos do Edital de 13 de Abril:

«Art.º 1.º — Do primeiro de Maio próximo em diante, não poderá effectuar-se qualidade alguma de despejo das janelas ou das portas, a nenhuma hora do dia ou da noite.

«Art.º 2.º — Exceptuam-se temporariamente os moradores das casas que não tiverem cano, aos quais será permitido effectuar o despejo das águas imundas das 11 horas da noite até às 4 da manhã no tempo do verão, e das 10 horas da noite até

às seis da manhã sendo de inverno, e isto precedendo os *tres avisos* legalmente estabelecidos». O art.º 4.º tratava da recolha do lixo por meio de carroças (25).

«Em 1822 — di-lo o *Essai Statistique*, de Adrien Balbi — eram vinte e quatro os chafarizes, com oitenta torneiras e vinte e quatro os chafarizes, com oitenta torneiras e vinte bicas. A água a-pesar disso faltava. Os galegos ocupados no mister de aguadeiros orçavam por 3.500» (26).

Só depois da formação da Companhia das Águas de Lisboa — 2 de Abril de 1858 — que se instalou na Rua dos Capelistas, 52, e de conformidade com o contrato firmado com o Governo em 29 de Setembro do mesmo ano, para abastecimento de águas à Capital, é que tão preciosa substância líquida, indispensável à vida, foi conduzida a casa do consumidor, com sensível regularidade e cómodo, através de canalização apropriada.

O primeiro presidente da Direcção daquela Companhia foi o ilustre causídico Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, membro duma respeitável família que deu notáveis elementos ao foro português, advogado-consultor do Banco de Portugal, presidente da Mesa da sua Assembleia Geral, e membro da 1.ª Comissão Fiscal da Companhia Geral de Crédito Predial Português, de que chegou a exercer as funções de presidente. Eleito deputado da Nação, foi elemento preponderante da Causa Legitimista, Consorciou-se em 2.ª núpcias com uma irmã do Dr. Pedro Augusto de Carvalho, governador do Banco de Portugal.

O Dr. Pinto Coelho foi considerado pelo eng.º Miguel Pais, «um homem de incontestável mérito e energia, de inexcedível zelo, o verdadeiro salvador dos capitais comprometidos na companhia» (27). E o Dr. Francisco Beirão, no discurso que proferiu à beira da sua sepultura, disse: «Ele foi que, como Moisés, fez jorrar em Lisboa, aos golpes da vara mágica da sua inteligência, a água do Alviela.» E ainda: «Lisboa deve-lhe, pois, um dos maiores benefícios de que hoje goza, benefício importante para a sua higiene, e de grande auxílio para muitos industriais». (28).

★

Comunicações postais regulares, não havia.

O officio de *Correio-mór* foi instituído por el-rei D. Manuel, em 1520, a favor de Luís Homem. D. João III fez publicar a primeira lei postal, e Filipe II, em 1606, vendeu por 70 000 cruzados, a Luís Gomes da Mata, em exercício vitalício e hereditário, o cargo de *Correio-mór* (29).

Com Manuel José da Maternidade Mata de Sousa Coutinho, descendente daquele, negociou D. Rodrigo de Sousa Coutinho (alvará de 16 de Março de 1797), o officio já supradito, recebendo em troca elevadas indemnizações e o uso do título de conde de Penafiel (30).

Seguidamente à negociação efectuada, estabeleceu-se a *Mala-Posta*, em 1798, uma iniciativa que fracassou, voltando-se aos estafetas, sistema já velho, servido a cavalo, por postilhões, ou por simples peonagem. Por outro lado, os letreiros nas ruas e a numeração dos prédios só em 1800 começaram a usar-se (31).

Restabelecida transitóriamente a *mala-posta* em 1826, organizou-se em Maio de 1833 a primeira distribuição domiciliária, quando requisitada, com as chamadas «cartas missivas» e mediante o pagamento duma taxa, que os carteiros cobravam dos destinatários, serviço que em Outubro do mesmo ano passou a ser obrigatório. Só no ano de 1853 (32), no reinado de D. Maria II, a franquia postal passou a pagar-se por meio de selo ou estampilha (33), como já se fazia lá fora (34). A correspondência entrada no Correio, sem franquia, ficava retida, sendo avisados, publicamente, os respectivos destinatários.

Naquele ano de 1853, o correio, de Lisboa para todo o Reino, partia às 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup> e Sábados, de tarde, e chegava às 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup> e 6.<sup>as</sup>, de manhã.

As comunicações telefónicas foram inauguradas em 11 de Maio de 1882, tendo-se efectuado entre nós, cinco anos antes, as primeiras experiências. O aparelho estreado, possuía, apenas, um só dispositivo, que tanto servia para ouvir como para falar.





A concessão pública foi entregue à *The Edison Gower Bell Telephone Company of Europe Limited*, com estação central na Rua Larga de S. Roque, 2, 3.º, a qual deu successão à *The Anglo Portuguese Telephone Company Limited*.

Quão maravilhoso foi este invento! E quantos melhoramentos se lhe introduziram, mesmo entre nós, desde as primeiras tarifas aprovadas — assinatura anual de 67\$000 réis (para o comércio) e de 33\$750 (para os particulares) —, até agora, aos actuaes 70 centavos por chamada?

★

No primeiro quartel do século XIX, pode dizer-se que só às pessoas abastadas era dado não se movimentarem a pé. A Casa Real tinha os seus coches, que usava desde a Restauração; e a Nobreza, utilizando, indiferentemente, coche ou sege, não abandonara, por completo, a cadeirinha, que ainda se via atravessar as ruas da cidade, conduzindo as damas da alta roda.

A sege succedera ao churrião e à berlinda. O caleche teve predominância. O fiacre e a tipóia ganharam popularidade. O *coupé* tornar-se-ia um acessível meio de condução.

Houve carreiras de seges, como já as houvera de cadeiras ou cadeirinhas de mão. As seges (de arruar ou aluguer) circularam, primeiramente, entre a Patriarcal e Belém, e os bilhetes vendiam-se em 2 lojas de bebidas, que serviam de estação nos pontos extremos; ou na loja da *Gazeta*, tendo passado para a Casa da Neve, nas arcadas do Terreiro do Paço.

Os *ónibus* só viriam em 1836<sup>(35)</sup> e os *americanos* em 1873<sup>(36)</sup>. Com estes appareceram os *Ripperts* e os carros da *Luzitania*.

★

Como se trajava, nestes bons tempos, em Lisboa?

Findara o ciclo iniciado com a revolução francesa. Perdera-se a influência dos tempos do Directorio e do Império. As damas já não se viam

com as complicadas *toilettes*, os desairosos *paniers*; tinham suprimido os excessivos decotes e não se mostravam de braços e ombros nus, formas de vestir — ou despir — a que o Intendente Geral se opôs tenazmente, expedindo o aviso proibitivo de 1804<sup>(37)</sup> que se dirigiu aos Corregedores dos Bairros de Lisboa. Estavam destronados os altos penteados, grotescos e caricaturais; e baniram-se os toucados ou turbantes, que a crítica classificara de disparatada excentricidade.

Em compensação, não se perdera de todo o uso do capote e lenço e imperava o espartilho, o maior capricho da moda, que Paris ditara ao mundo elegante, entre 1809 e 1810, e que os elegantes do sexo masculino viriam também a adoptar, depois de 1840.

Os grandes senhores haviam abandonado a casaca de seda e o calção de cetim, trajando casaca de briche<sup>(38)</sup>, colete de baetão com botões de prata, calça larga caindo sobre a bota de presilhas, e, na cabeça, ostentavam imponente chapéu alto de pelo fino.

Como testemunho de fidelidade à Constituição, tornara-se moda o azul e branco, cores que entravam em todas as composições do vestuário feminino. Os vestidos, de cintura comprida, dividiam-se em corpete e saia, de roda larga. Os chapéus de palha tinham enfeites de plumas, fitas e laços. Sobre os ombros, a moderna capinha, chale de franjas ou simples romeira. Na mão enluvada, um luxuoso e bem trabalhado leque, que ora servia para refrescar ora tinha o préstimo de encobrir o rosto, sempre que as faces da encantadora donzela, sua portadora, se avermelhavam ostensivamente, ao ouvir os galanteios disparados pelos elegantes, seus interlocutores.

A revolução vintista fez ressurgir a saragoça, o briche, o burel e a estamenha, de fabrico nacional, que o primeiro ministro de D. José, em ocasião de crise, deliberou impor. Almeida Garrett, porém, uma vez findas as lutas liberais, implantaria o período áureo da elegância romântica. Já imperava a clássica valsa. Predominavam os fulgurantes serões, que enchiam, num encantamento, os salões da aristocracia.

Falámos de trajos. Vale a pena apontar, pelo interesse histórico do seu conteúdo, este artigo do Regulamento do Banco de Lisboa, datado de 25 de Junho de 1822: «Para comodidade do Público no expediente das diferentes Repartições do Banco se poderá estar coberto, e da mesma forma poderão estar também os Empregados».

Curioso, pois não é?

★

Debilmente, envolto em desbotada roupagem, deixamos este rápido esboço, que desejaríamos ver passado a um grande quadro, a mostrar com expressividade, o que foi a vida política, económica e social desta Terra, num século em que os povos civilizados quase só se empenhavam no Progresso, contribuindo para o Bem comum. Ainda era uma realidade o amor ao próximo!

Foi em tal século — dizemo-lo com entranhado orgulho! — que Portugal, na dianteira de grandes nações, aboliu a degradante escravatura e pôs termo à ignominiosa pena de morte.

(1) Inaugurada em 25 de Maio de 1886, coincidindo com as festas do casamento do príncipe D. Carlos de Bragança com a princesa D. Maria Amélia de Orléans. A partir de 15 de Agosto de 1894, a grande artéria passou a dispor dum amplo e bonito coreto de ferro bronzado.

(2) Para as respectivas obras, delineadas e executadas por Pedro Pêzerat, concedeu o Banco de Portugal um empréstimo de 397 contos de réis.

(3) A construção do Arco, tendo começado em 1838, só em 29 de Abril de 1873 se deu por terminada, data em que se colocou o relógio.

(4) Para custeamento de parte da obra, concedeu o Banco de Lisboa o empréstimo de 70.400\$000 réis.

(5) Saiu do Rio de Janeiro a 26 de Abril e chegou ao Tejo a 3 de Julho de 1821.

(6) A abertura das Cortes efectuou-se em 26 de Janeiro de 1821.

(7) Carta régia de 12 de Setembro de 1383.

(8) *D. Maria I.*, de Caetano Beirão, 4.<sup>a</sup> ed., pág. 253.

(9) Decreto de 26 de Maio de 1834.

(10) Decreto de 3 de Julho de 1834. O titular foi presidente da Assembleia Geral do Banco de Lisboa em 1834, 1836 e 1837.

(11) Lei de 2 de Julho de 1867.

(12) Capital de 1.000 contos, representado em 10.000 acções. Estatutos aprovados pelo Governo em 31 de Outubro do mesmo ano. Escritório no edifício do antigo Paço da Madreira, à Boa Vista.

(13) Lugar citado, pág. 35.

(14) *Revista Universal Lisbonense*, vol. 10.<sup>o</sup>, págs. 289 e 350.

(15) Edital de 19 de Janeiro, publicado no «Diário do Governo» n.<sup>o</sup> 19 de 22 de Janeiro de 1846.

(16) *Lisboa de ontem*, pág. 266.

(17) O Concelho de Belém só em 1859 teve iluminação a gás.

(18) O grande lustre, de elevada concepção e riqueza, que recebeu a adaptação a electricidade, foi inaugurado em Outubro de 1855. Tem 228 luzes e pesa 150 arrobas.

(19) Em 1884, já a firma Cohen & C.<sup>a</sup> instara com a Câmara, propondo-se estabelecer na cidade o sistema de luz eléctrica.

(20) *Rainhas de Portugal*, de Fonseca Benevides, vol. II, pág. 355.

(21) *Memórias*, de Esculápio, pág. 130.

(22) Em tempos bastante recuados, o transporte foi feito em canastas fechadas, onde se acomodavam os bacios caseiros (*Elementos*, vol. I, pág. 464).

(23) Não entrara ainda nos hábitos o sistema de pias caseiras, estabelecido no tempo de Pombal (*Lisboa de outros tempos*, vol. II, pág. 140).

(24) Estes cinco editais não estão referenciados em *O esgoto, a limpeza e o abastecimento das Águas em Lisboa*, da autoria do Dr. Bernardino António Gomes (Lisboa, 1871).

(25) Colecção de providências municipais da Câmara de Lisboa desde 1833 e Colecção de Editais da mesma Câmara.

(26) *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, etc., vol. II, págs. 176/7.

(27) *Melhoramentos de Lisboa e seu termo*, vol. I, pág. 191.

(28) *O Ocidente*, ano de 1893, pág. 50.

(29) Pertenceu a esta família, a chamada *quinta do cor-reio-mór*, sita no concelho de Loures, propriedade extremamente rica, dotada de um maravilhoso palácio, que gozou de grande fama.

(30) Não está há muito na posse dos familiares.

(31) A 2.<sup>a</sup> condessa de Penafiel casou com António José da Serra Gomes, a quem foi concedido o uso de igual título e bem assim o de marquês. Possuidores de outro palácio em Lisboa, na Rua de S. Mamede ao Caldas, deram af brilhantíssimas festas, dum fausto muito assinalado.

(32) É de grande interesse a leitura do curiosíssimo estudo do distinto publicista Godofredo Ferreira, «Dos Correios-Móres do Reino aos Administradores Gerais dos Correios e Telégrafos», e outros mais. Jo mesmo autor.

(33) Em 1 de Julho. Reforma postal de 27 de Outubro de 1852.

(34) Chamados *sêlos móveis* ou *adesivos*.

(35) O primeiro país foi a Inglaterra, em 1840.

(36) Inaugurados em 7 de Março. — O Decreto de 7 de Agosto de 1834, concedera anteriormente esse privilégio a um subdito francês, de nome Aristides Rousseau Flourey de Barros, que chegou a tentar essa exploração, posteriormente a cargo da Companhia Omnibus, de que o Rei D. Fernando foi acionista com quatro acções.

(37) Inaugurados em 17 de Novembro.

(38) Datado de 26 de Março. *Sumário de vária história*, vol. I, pág. 134. *Rainhas de Portugal*, vol. II, pág. 19.

(39) *Casacas de briche* se chamou aos revolucionários de 1820.

# SÃO VICENTE

## O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

CONTINUAÇÃO DOS N.ºs 114/115



II — *Homenagens da Cidade, do Município e da Universidade de Lisboa:*

### A) A Cidade

Desde os primeiros dias da Nação que a cidade de Lisboa vem escrevendo em páginas douradas o seu amor por São Vicente chegando a ponto de o entronizar em altar de ser lendário, esquecendo-se por vezes da figura real, autêntica, verdadeira do mártir de Valência. Corre aos ancoradouros, cria lendas, grava no lacre dos selos e na rigidez da pedra corvos e caravelas, essas embarcações que, seja-nos lícita a expressão, fazem parte da sua alma «alfacinha», dessa alma sempre fresca e ribeirinha que desfaleceria se não visse aqui ou acolá uma vela vogando nessa estrada de prata que lhe é tão querida e beija os pés da rainha e soberana Lisboa.

Nos tempos de D. Afonso III (selo em lacre) como nos de D. Afonso IV (chafariz de Andaluz) como nos de D. Pedro I (chafariz de Arroios) lá surge sempre a nau e os corvos, um passado de alegria e um futuro de esperança gloriosa.

### B) O Município

Esse entusiasmo da cidade sobe até ao Município e de tal forma que é difícil demarcar onde terminou a veneração da cidade e onde e quando principiou a iniciativa da Câmara.

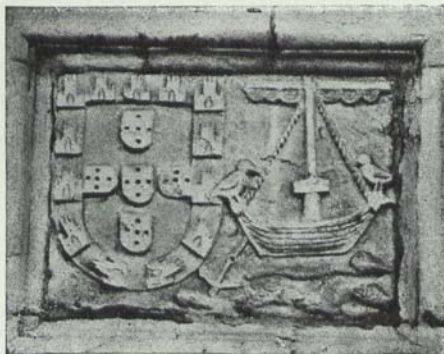
Nos arquivos municipais há, na verdade, autênticas preciosidades que atestam o profundo respeito da Câmara pelo padroeiro da cidade, como sejam as gravuras do «Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos» (1572), do «Livro de Posturas» (1610), do «Livro Carmezim» e do «Livro Primeiro do Tombo das propriedades foreiras à Câmara».

Mas, se tudo isto nos fala por um lado da arte e por outro da dedicação por São Vicente o certo é que o recheio de tais livros na sua parte descritiva, nos regimentos e nos dizeres não são menos interessantes.



Selo do Concelho de Lisboa, em lacre, pendente de um documento do Arquivo Nacional (Mosteiro de Santos-o-Novo, caixa 4, Loures, maço 5, n.º 815, era 1271 (A. C. 1233)

Padrão do Chafariz de Arroios (1360)



Assim, a título de simples demonstração vamos tomar contacto com o—*Capitolo das Capellas*—: . . . No dia de Sam Viçente e de Sam Sabastian quando acometer de elRey hir as Vesperas o missa em tempo que a çidade lhe daa e ofereçe huũa daquellas capellas como é custume de naquelles dias leuarem os çidadãos por fffesta dos bemaumenturados santos, a dita capella sera leuada em huum baçio de prata alçada nas mãos diamte dos Vereadores a quall em chegando elRey o dito veador das obras a dara aquelle vereador que per sortes ffor ordenado antre elles quando este vereador apresentar a dita capella ao Rey no dito baçio todos em geolhos como dito he, e a beijará e lha metera na mão com aquellas palauras de seruiço e humildade que ao caso oferecer.

Isto, in illo tempore. . .

Em nossos dias porém este entusiasmo e consequentemente esta devoção, como a fenix renasceu das próprias cinzas, assim também ela renasceu tão forte e fervorosa como nos primeiros dias da nacionalidade, mas, desta vez mercê da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa; historiemos o caso: — . . .

. . . Estávamos a 20 de Janeiro de 1949, a Câmara sob a presidência do Tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto e com a presença de 9 vereadores, reunira-se para tratar de vários assuntos camarários.

Durante ela o enérgico Presidente referindo-se ao tradicional culto de São Vicente usou destas palavras:

«Desde o final do Século xvi, principalmente após o desastre de Alcácer-Quibir, o culto de S. Vicente, professado até então em Lisboa, com o mais elevado fervor, decaiu bastante, esquecendo-se a sua população do seu Padrociro, que todavia, o brasão da cidade constantemente devia rememorar.

Vai agora a Câmara Municipal reatar mais essa tradição, que vem do reinado de D. Afonso Henriques, esse primeiro Rei e conquistador de Lisboa aos mouros.

Como se sabe, a esse monarca se deve a trasladação dos ossos do Mártir — enterrados no Promontório Sacro após a invasão da Península pelos sarracenos, no século VIII — para a nossa cidade, onde foram venerados durante centenas de anos na Sé e em S. Vicente de Fora. Foi então que, da embarcação que trouxe, em 1173, tais relíquias para Lisboa e dos dois corvos que empoleirados nos seus mastros, nunca as abandonaram, se fixou, na heráldica cidadina, o brasão que até nossos dias tem subsistido. E sempre os lisboetas na primeira e segunda dinastias, foram devotos de S. Vicente, a quem ficaram a dever graças numerosas, inscritas nos anais da cidade e na tradição popular.

No próximo dia 22 do corrente, em que a igreja festeja S. Vicente, vai pois, o *Município da Capital associar-se de novo a essa comemoração*, tal como nos tempos em que, com os monarcas, devotos do Mártir, o clero, a nobreza e o povo iam de romagem ao seu túmulo. D. Afonso IV, quando mandou restaurar a Sé, nela construiu uma grandiosa capela em honra do Santo. A bandeira de Lisboa em tempos de D. João I, ostentava como insígnia a imagem de S. Vicente... (segue-se a citação das homenagens dos reis)...

Estes factos, como muitos outros que os documentos e as crónicas nos dão a conhecer, são suficientemente expressivos da importância do culto de S. Vicente, padroeiro de Lisboa.

Renovar esse culto que a Igreja nunca deixou esmorecer, no coração dos lisboetas, é o que a Câmara Municipal pretende ao recordar, com as comemorações em projecto, o significado que o dia 22 de Janeiro tem para a Capital do País».

De facto, nesse dia 22 de Janeiro de 1949, Sua Eminência o Cardeal Patriarca com o espírito envolto no fervor dos prístinos dias de Mestre Estevam celebrou Missa de Pontifical tendo participado nela o Cônego D. João de Castro (Nova Goa), dr. Pereira dos Reis, Cônego José Amaro Teixeira, dr. Honorato Carlos Monteiro e os beneficiados Paulo Marques Mourão e José Maria de Jesus Rodrigues.

A «Schola Cantorum» do Seminário dos Olivais completara o misticismo daquelas abóbas, com sua harmoniosa polifonia quebrada, ao levantar a Deus, pelo som metálico dum terno de clarins do Batalhão de Sapadores Bombeiros que, rebando por recantos, capelas e arcarias emocionara profundamente a numerosa e selecta assistência.

No transepto, uma guarda de honra cerca o estandarte da cidade; à frente está postada a figura viril do Presidente da Câmara, acompanhado do vice-presidente, Luís Pastor de Macedo e dos vereadores, Pedro Correia Marques, conde de Carnide, dr. Américo Cortês Pinto, os drs. Jaime Lopes Dias e Almeida de Eça, comandante da Polícia Municipal e outros funcionários superiores do Município dão brilho àquela cerimónia que d'riamos coeva do templo medieval onde tudo ia decorrendo com o maior respeito.

A nave, estava repleta; destacava-se bem a Irmandade do SS.º Sacramento da Sé de entre muitas outras irmandades, confrarias e associações religiosas que, no colorido dos seus estandartes completavam o quadro que lhes ficava em frente, na capela-mor (onde outrora se encontrava a Capela de S. Vicente) caprichosamente iluminada e decorada, com tapeçarias orientais, vendo-se por entre lindos arbustos e plantas, o fulgor de damascos e brocados antigos. De mistura com o povo de Lisboa que mais uma vez acorrera à Sé, em dia de S. Vicente, encontrava-se o ex-rei Humberto de Itália.

Terminada a Missa o Presidente, vice-presidente e vereadores, acompanhados do Rev.º Cônego Manuel Luís, foi depor, segundo antigo uso, um ramo de cravos vermelhos do qual pendiam fitas com as cores da cidade, junto do relicário do Padroeiro de Lisboa, relicário que se encontrava na sua capela, devidamente ornamentada. Em seguida o eminente purpurado deu-lhes a beijar a relíquia.

No final, Sua Eminência acompanhado pelo cabido, recebeu os cumprimentos da Câmara Municipal de Lisboa que para esse efeito se dirigiu ao camarim patriarcal.



Durante o dia esteve patente o precioso relicário na Capela do Padroeiro e à noite a Sé Patriarcal apresentava uma vistosa iluminação.

Cá em baixo, nos Paços do Concelho, fluíu a bandeira da Câmara hasteada nesse e noutros edifícios camarários, por motivo da festa do Padroeiro, festa restaurada pela Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1949.

Lá ao longe, no Palácio Galveias, ao Campo Pequeno, o vice-presidente da Câmara, representando o Senado Municipal, recebeu, no acto inaugural, duma

### 1) *Exposição de São Vicente*

promovida pela Câmara, o sr. Ministro da Educação Nacional, o sr. Bispo de Helenópolis e outras altas personalidades.

A exposição era tudo quanto havia de mais interessante; objectos pertencentes às valiosas colecções do dr. Ernesto de Vilhena, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Patriarcal, do Etnológico, do Numismático, da Sé Catedral, da Câmara; velhas tábuas quinhentistas e seiscentistas, esculturas primitivas, selos, registos devotos, iluminuras, gravuras e livros tudo foi coligido pelo saber e fino tacto de D. Julieta Ferrão a quem não se podem poupar encómios como não os poupou o Cardeal Patriarca de Lisboa que a 28 de Janeiro de 1949, visitou a referida exposição, onde foi recebido pelo Presidente da Câmara; drs. Jaime Lopes Dias, Rodrigues Cavalheiro e Silva Pinto. Retirou-se Sua Eminência imensamente encantado com o que vira e pela boa ordem que notara em tudo.

Parabéns a D. Julieta Ferrão e a D. Laura Arminda Duarte Almeida Carvalho, sua valiosa auxiliar, e, nas suas pessoas, à Câmara Municipal de Lisboa.

### 2) *Estátua a S. Vicente*

Passemos ao ano de 1950. Nesse ano, a Câmara pensa em ir mais longe na sua admiração

por São Vicente, pensa em colocar uma estátua, representando a sua elevada personalidade, no alto da Escadaria dos Paços do Concelho. Faz-se a «maquete» convida-se frei João Diogo Crespo para fazer uma conferência sobre o assunto no salão nobre dos mesmos Paços; a iniciativa, a boa vontade da Câmara ficou claramente definida se bem que por agora o desiderato camarário e dos munícipes admiradores do Padroeiro não se tenha traduzido em realidade plena<sup>(17)</sup>.

Não obstante seria «crime» deixar de transcrever uma ou outra passagem da notável conferência intitulada «São Vicente padrão imorredouro da juventude espiritual». . . . . Estamos em plena altura do século xx — no cômputo da História, em meio dum século. . . A Igreja outorgou-lhe o direito de *Ano Santo*.

Irresistivelmente, a meditação do tempo acorda dentro de nós a ideia da eternidade.

Já afirmara o mavioso Bernardes: «Andamos no tempo a construir a casa da nossa eternidade».

A reflexão leva-nos «à plenitude dos tempos» quando apareceu no meio dos homens a figura única, cheia de graça e beleza, de Cristo. . .

.....  
A Humanidade, sente-se caduca e sôfrega do Infinito, e assim congeninou símbolo, do grande desejo de viver, na ideia fascinadora da ascensão, que é a *juventude*.

.....  
Depois... a Igreja, continuadora e depositária do Mestre e Senhor Jesus, em toda a sua vida, em todos os séculos é um grito de *juventude*.

.....  
De carne nova e sangue novo, em resgate de muita profanação da carne e do sangue, aparece aos nossos olhos em atitude atlética da vitória espiritual. Veste-o a Igreja de dalmática vermelha... em ridente primavera da vida, amalgamara com o sangue de Cristo o sangue rubro que lhe corria nas veias.

Circunda-lhe a frente de um aro de luz, porque aquele cérebro, por natureza e idade incan-



descende, não se sacrifica à desordem da imaginação, mas cerceia a vertigem do abismo, no cultivo da vontade.

Oferta-lhe a palma do martírio porque heróicamente não sacrificou aos ídolos.

.....  
No alto do escadório — símbolo da ascensão na vida e em obras dignas veremos a estátua memória do eternamente jovem Vicente, diácono de Cristo.

Todos os que entrarem aqui, hão-de experimentar desejo grande de *subir*.

Bem hajais, Senhores, diz-vos Lisboa de hoje e Lisboa do futuro — a encantadora Lisboa sempre jovem!»

Uma outra homenagem da Câmara Municipal de Lisboa ao Padroeiro da cidade é o seu

### 3) *Brasão de Armas*

Brasão que vem de tempos distantes e certamente posteriores a D. Sancho II (1233). Notemos porém que esta certeza dada pela História não exclui a possibilidade da existência dum brasão anterior a essa data.

Os motivos principais, comuns em todos, constam de uma nau e dois corvos.

A origem da tal *nau* e dos tais *corvos*, encontra-se confirmada no Alvará de el-rei D. Carlos I a que já se fez referência a quando das homenagens dos reis de Portugal.

Na tão célebre quão triste sessão de 28 de Setembro de 1920, o Senado Municipal que não queria nada com Deus nem com os santos, nem mesmo com os mais basilares princípios da heráldica, aprova um novo brasão que em nada faça recordar a «Lisboa Cristã».

Como era natural a decisão camarária tomada em má hora não perdura e assim na Sessão de 30 de Junho de 1927, o Comandante Quirino da Fonseca (cito o nome não vão julgar que se

trata de qualquer cursista obcecado ou de qualquer fanático impertinente), como homem de saber, ergue o seu protesto, apresentando em seguida a proposta devidamente documentada a qual recebeu a aprovação da Câmara e que deu origem ao brasão adoptado em 1929.

Seja-me lícito destacar uma frase seguida da proposta do ilustre Comandante: — .....  
... Eu quero significar a V.<sup>ma</sup> Ex.<sup>ma</sup> que não se trata dum capricho, mas sim de repor no seu lugar uma coisa que anda desarrumada e até tenho dado uma grande prova de tolerância conservando-me alheado deste assunto durante um ano.

A minha proposta é redigida nos seguintes termos:

Considerando que o antigo brasão ou distintivo da cidade de Lisboa, foi alterado em 1920 sem critério admissível sob o ponto de vista histórico ou tradicional;

Considerando que esses distintivos devem ser padrões inalteráveis, simbolizando os indivíduos e as corporações a que pertencem;

Considerando que, em seu tempo, a Associação dos Arqueólogos se manifestou contrariamente a essa alteração;

Tenho a honra de propor:

Que seja revogada a referida modificação e esse brasão ou distintivo volte a ser o que consta do Alvará de 31 de Março de 1897, com substituição dos ramos de carvalho, pelo colar da Ordem da Torre e Espada.

Mais recentemente, o Presidente da Câmara a 22 de Agosto de 1938, dando cumprimento às disposições legais vigentes ao tempo <sup>(78)</sup> solicitou da Associação dos Arqueólogos Portugueses, por intermédio do Ministério do Interior, o estudo do brasão, selo e bandeira do Município de Lisboa.

Respondeu a douda Associação com a aprovação do parecer, apresentado pelo seu sócio sr. Afonso Dornelas, à Comissão de Heráldica, em 20 de Março de 1938.

Isso justificou a Portaria do Ministério do Interior de 24 de Fevereiro de 1940, pela qual



*Frei Diogo Crespo proferindo a sua conferência no Salão Nobre da C. M. L., em 21 de Janeiro de 1950*



*Acompanhado dos Srs. Tenente-coronel Salvação Barreto e dos Drs. Jaime Lopes Dias, Rodrigues Cavalheiro e Silva Pinto, S. E. o Cardeal Patriarca, visita a 28/1/1949 a exposição vicentina, no Palácio Galveias, ouvindo as explicações da Sr.ª D. Julieta Ferrão*

*O Sr. Tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, ao tempo Presidente da C. M. L., acompanhado pelo Cônego Dr. Manuel Luis, depõe segundo a velha tradição (Capítulo das capelas, no Regimento dado por El-Rei D. Manuel I à citada Câmara em 30 de Agosto de 1502) um ramo de cravos vermelhos no altar de São Vicente na Sé de Lisboa onde se encontra entronizado o cofre de madreperola contendo parte das relíquias do Mártir*

manda o Governo da República Portuguesa atendendo ao que lhe foi solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa e tendo em consideração o parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses que:

... As armas da cidade sejam de ouro, com um *barco* exteriormente de negro realçado de prata e interiormente de prata realçado de negro, mastreado e encordoado de negro com uma vela ferrada de cinco bolsas de prata. A popa e proa rematada por *dois corvos* de negro afrontados. Leme de negro realçado de prata. O barco assente num mar de sete faixas ondados, quatro de verde e três de prata. Coroa mural de ouro de cinco torres. Colar da Torre e Espada. Listel branco com os dizeres: «Mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa», de negro...



#### 4) O Padroeiro de Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa timbra mesmo em fazer conhecer as nobres qualidades espirituais e morais do seu Padroeiro, tão mal conhecidas em Portugal.

Em 1950 oferecem-lhe um exemplar dactilografado com bastantes notas sobre «as andadas e estadas» do seu Padroeiro; Salvação Barreto agradece reconhecido, guarda, manda arrecadar a oferta no Gabinete de Estudos Orlisiponenses, confiado em que um dia alguém o venha trazer a público.

Foi em 8 de Setembro de 1962, no tempo do Presidente General França Borges que o assunto ficou regularizado com o autor do «Padroeiro de Lisboa», começando então a serem publicados em artigos sucessivos na «Revista Municipal» os quais têm despertado muito interesse não apenas em Portugal como em Espanha mas também no sul da França, onde a nobre figura deu origem, em tempos, a largo movimento literário, pois se tratava dum jovem possuidor de alta cultura e que na sua Pátria preocupou a mentalidade superior de Prudência o maior génio do lirismo do século VI (79).

#### C) A Universidade de Lisboa

Por deliberação do Senado Universitário foi estabelecido que houvesse um dia significativo para valer como «Dia Universitário de Lisboa», e, por proposta do seu reitor, Professor Paulo Cunha, aprovada pelo mesmo Senado determinou-se, em 1963, que para tal se designasse o dia 22 de Janeiro, dia de S. Vicente, o Padroeiro da cidade de Lisboa e que também tem sido considerado Padroeiro da Universidade.

Ao anunciar isto o ilustre Reitor acrescentou: «São Vicente cujos corvos simbólicos e lendários figuram heráldicamente desde sempre na insígnia que trazemos ao peito». Data significativa para nós!

Em conformidade com tal decisão no dia 22 de Janeiro de 1963 celebrou-se pela primeira vez, o dia da Universidade de Lisboa.

Na manhã dessa data risonha dezoito professores, com seus trajos académicos e juntamente com o Reitor aguardavam, junto da entrada do magnífico templo de S. Vicente de Fora, a chegada do Sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que ali foi para celebrar Missa aos Universitários. Foram momentos de sã alegria em que a mocidade largamente representada, mostrou a Fé que a animava durante esse memorável acto religioso.

Seguiu-se um almoço, tendo usado da palavra o Reitor da Universidade Clássica. Do notável discurso transcrevemos:

«O dia 22 de Janeiro é o dia de S. Vicente. É o dia que sendo da cidade de Lisboa, é também o da diocese de Lisboa. É por isso, naturalmente, o dia da Universidade que em Lisboa está. Com ele, comemora-se uma alta figura, glória da Igreja, dos fins do século III, princípios do século IV, que muito mais tarde, na história e na lenda, aparece ligada aos primeiros tempos do Reino de Portugal. Mas, seja história, seja lenda, trata-se desse vulto extraordinário que, vivendo em terras da Hispania e sendo extremado perito nas Artes e nas Letras, como dizem os cronistas, depois morreu pela sua Fé, pelos seus ideais, proferindo aliás palavras memoráveis que em breve tenciono fazer inscrever no Boltem da Universidade, por constituírem exemplo educativo de alto quilate. Vítima de injustiças e de tormentos acabou por sucumbir e foi lançado ao mar. Aqui surge a lenda; o corvo milagroso que sempre o acompanhava. O corpo incorrupto do Santo, veio mais tarde em naves frágeis até Portugal, desembarcado no Promontório que ficou a chamar-se Cabo de S. Vicente, e finalmente trasladado para Lisboa em 1176 (data que vêem acolá esculpida em bronze, na escadaria nobre da Universidade). Daí ficar sendo S. Vicente a grande imagem da cidade de Lisboa e de tudo que a Lisboa respeita, como seja a Dio-



Emblema da Universidade Clássica de Lisboa

cese (o espírito, a religião das almas), como seja a Universidade (o espírito, a cultura, as almas).

E o dia, aliás, este dia 22 de Janeiro, não é esmaltado apenas pela presença mística de S. Vicente. Se tomarmos efemérides, logo encontramos que nesta data nascem algumas das figuras mais representativas da cultura, como Bacon, Gassendi, Lessing, Ampère, Byron, e Strindberg.

Os homens de hoje vivem, no meio de horrores, também no de quimeras. E desejamos que as quimeras que nós debuxamos, se volvam todas em bem da Universidade, para bem da Pátria Portuguesa, valor supremo, e até para bem da humanidade inteira. Que não sejam apenas quimeras, mas realidades sádias e efectivas».

Usou depois da palavra a mais nova doutora da Universidade, D. Maria Luísa de Noronha Galvão. Após ter recordado a frase de Santa Teresa de Jesus «nós as mulheres ainda quando não somos de bom conselho, algumas vezes acertamos» disse do agradecimento que ia pela alma dos mais novos pela festa de confraternização universitária ali efectuada, pondo em foco o ambiente auspicioso de uma renovação de paz e de conciliação.

### III — *Homenagens do Povo:*

Não eram apenas os Reis que estimavam o seu grande protector, nem a Câmara Municipal que o venerava, nem os homens cultos da Universidade que o admiravam; a alma popular apreciava a companhia animosa do Mártir, e não só o povo de Lisboa mas também o do reino.

Lemos como o povo de Lisboa, acorreu à extinta igreja de Santa Justa; sabemos dessa grandiosa festa da trasladação das relíquias de Santa Justa para a Sé, uma das primeiras e mais lindas festas da «Lisboa Cristã»; tomámos conhecimento desse vaivém para a famosa Sé de Lisboa e finalmente verificámos como o povo da Capital exultou quando as relíquias, meio perdidas, foram de novo encontradas na Catedral lisiponense, alegria inteiramente comunicativa, que se expandiu, que chegou a todo o reino.

É que o povo amava S. Vicente e amava-o tanto que ainda hoje, não obstante a onda do mais conspurcador materialismo, o povo fala de São Vicente, fala dele com alegria; falam dele (quem tal o diria?) os próprios «foliões» que vendo a aproximação do divertido Carnaval, logo exclamam, na ânsia de pregarem alguma partida:

Do dia de São Vicente em diante  
Já se engana toda a gente.

E, se bem o dizem, melhor o fazem, pois de 22 de Janeiro ao Entrudo é um salto!

Outros, ainda providos de intenções mais perturbadoras e irrequietas, ao notarem a aproxima-

ção de 5.<sup>a</sup>-feira de comadres e a semana de comadres (as quais principiam respectivamente nas duas quintas-feiras que precedem o Carnaval), tratam de anunciar clangorosamente:

São Vicente, não perdoa a são  
Nem a doente  
Nem a mulher parida de três dias

Vai tudo na leva...

Mas, não é apenas no seu recreio que o povo fala do Santo com entusiasmo, porventura com irreverência... É também a humilde camponesa quando, num recanto da alegre casa amassa o seu pão que, fazendo com a mão uma cruz sobre a massa com Fé em Deus e confiança no seu coração palpitante, vai dizendo:

S. Mamede  
Te levede  
*São Vicente*  
Te acrescente  
Nosso Senhor  
Primeiramente

E como se tais invocações não fossem suficientes, acrescenta:

S. Mamede  
Te levede  
*São Vicente*  
Te acrescente  
São João  
Te faça pão.

E, por último:

*São Vicente*  
Te acrescente  
A ti  
E à minha gente...

Mas... há mais:

No dia de *São Vicente* vão-se espreitar os ventos ao alto dum monte, com uma lumieira de palha, à meia-noite.

*Se a chama se inclina, lêem o prenúncio dos ventos.*

*Se o vento vem de baixo, é ano bom, tomem um creado a mais para a lavoura.*

*Se vem de cima, então o ano é pobre e mandem embora um creado* (80).

A este respeito ouvi dizer em São Vicente do Paúl (Santarém):

Em dia de *São Vicente*, sobe ao alto a mirar  
Se vires verdejar, põe-te a chorar  
Se vires terrear, põe-te a alegrar.

Corre também pelo nosso Portugal:

Em *São Vicente* de Janeiro, sobe ao outeiro;  
Se vires verdejar, põe-te a chorar;  
Se vires terrear, põe-te a cantar;  
Se vires luzir, põe-te a sorrir.

Em que «cancioneiro» aprendeu o povo estes cantares? Em nenhum certamente, mas estas expressões populares cobertas pela pátina de muitos

*Pormenor da pintura do século XVIII existente no tecto da Sala do Cabido da Sé de Lisboa ostentando as armas da mesma Sé metropolitana. Encima o escudo partido, a coroa, símbolo de protecção real*



séculos denotam um passado de forte entusiasmo ao redor do *Mártir de Valência*, querido e estimado pelo nosso bom povo.

O entusiasmo pelo mártir era tal que lhe consagrou freguesias e lugares e com tanta ânsia de o ver venerado que louva-o não apenas a ele como aos santos que usaram o nome valoroso de *Vicent*; dessa generosidade de ânimo provêm haverem, só no Continente 60 freguesias dedicadas a *São Vicente*, não se incluindo Capelas, nem se fazendo referência aos centos de imagens que existem por esse Portugal fora.

Na diocese de Lisboa existem cinco freguesias dedicadas ao generoso Mártir, a saber: *São Vicente de Fora* (a mais antiga paróquia do Patriarcado dedicada ao Santo); *Alcabideche* (Cascais); *Cercal* (Cadaval); *Vila Franca de Xira* e *São Vicente do Paúl* (Santarém) <sup>(81)</sup>.

Dizem em Lisboa que o Padroeiro sempre teve aliado a si o dom de tornar as mulheres feias em bonitas e as formosas em mais formosas, havendo até quem atribua a decantada formosura das filhas dessa cidade, à protecção de *São Vicente*. Será assim? É possível, em todo o caso o que me parece averiguado é que o *Mártir* torna as almas belas dando-lhes uma juventude perene, lançando-lhes a formosura da graça divina e tanto basta para que hajam rostos serenos e almas fortes.

Quem, melhor do que *Santo António* de Lisboa, poderia falar da excelência desse culto que a alma popular tributava ao Santo da sua devoção. Porventura não se ajoelhara ele muitas vezes junto das suas relíquias? Não é junto das suas relíquias que lhe nasce no coração o desejo do mártir? Não é ali que ele ouve o chamamento para deixar o mundo e seguir uma vida perfeita? O Povo não sabe teologia, mas, na sua intuição, sabe onde está a santidade e perante ela curva-se reverente.

<sup>(77)</sup> A tal respeito é bastante oportuno a leitura do n.º 205 — *Ano VIII* (8-11-52) pág. 11 da revista portuguesa «Flama» em artigo da autoria de Frei Diogo Crespo que depois de declarar: «Quando se trata da glorificação de heróis da Terra em relação com a heroicidade do santoral da Igreja Católica, em Portugal, surgem sempre quistúnculas e entraves». E, logo de seguida, formula estas perguntas: «O Santo Condestável vai para o Alto do Parque Eduardo VII a pé ou a cavalo? Mas vai ou não vai? Quando é levantado monumento em Lisboa ao universal Santo António, em Lisboa onde ele nasceu e de onde partiu a iluminar o Mundo? Quando tem Montemor estátua pública ao assombroso Santo da Caridade, João de Deus? Quando é Coimbra dignificada com a memória solene de Santa Isabel? E o Infante Santo não merece lembrança? Gostaria que me respondessem a todas estas perguntas».

<sup>(78)</sup> *Código Administrativo*: Artigo 13.º e artigo 48.º, n.º 14.

<sup>(79)</sup> Entre nós, só Afonso Alvarez se atreveu a dar breve sinal, no século XVI, no seu «Auto de *São Vicente*», escrito «a rogo dos muy honrados e virtuosos Cônegos de *São Vicente*» mas, mesmo assim o Santo Offício lá entrou com algumas das suas 12 censas.

Estudaram esse «Auto», Teófilo Braga, Catarina Michaelis e Gustavo de Matos Sequeira o que não impediu o prof. I. S. Révah, do Instituto francês em Portugal de fazer sobre esse assunto uma Conferência magistral em 1951.

<sup>(80)</sup> José Leite de Vasconcelos (Tradições populares de Portugal, pág. 38).

D. Rodrigo da Cunha (História eclesiástica da Igreja de Lisboa — Parte II, Cap. IV, pág. 74 e Cap. IX-XV, pags. 80 e 93).

<sup>(81)</sup> Endereçada àqueles que na paróquia de *São Vicente do Paúl*, zelavam pelo culto do seu Padroeiro foi redigida uma nota, em 1940, a propósito da ligação entre *São Vicente* e a palavra «*Paúl*» fazendo-se a pergunta se, em caso afirmativo, teria havido a intenção de evocar aquele vasto «*paül*» no qual Daciano teria mandado lançar o cadáver de *São Vicente*, ou se era apenas uma referência ao «*paül*» que ali circunda o templo. Foi respondido que o nome mais antigo dessa freguesia era: *São Vicente de Casével*, por ter feito parte da antiquíssima freguesia de *Casével*; só mais tarde aparecera como *S. Vicente do Paül*. Porquê?

Estas expressões «*São Vicente*» e «*Paül*» também aparecem a ligar dois locais muito próximos e a dois passos de Torres Vedras, na margem direita do rio Cizandro. A Nordeste duma povoação denominada «*Paül*» encontra-se o sítio de «*São Vicente*», onde, durante a Guerra Peninsular foi construído um forte com o nome do referido Santo, o que com facilidade pode ser verificado no Museu Militar, em Lisboa. A distância de «*Paül*» a «*São Vicente*» é de 4 quilómetros aproximadamente; isto passa-se pois, a Norte do Varatojo. Seria interessante saber se nesta palavra «*Paül*» se pretendia evocar «*paül*» onde foi lançado o corpo de *S. Vicente*.

Aqui ficam estas breves notas para estudo de certo interesse.

(Continua)



A CIDADE DE LISBOA  
PROTEGENDO AS VITIMAS  
DAS INVASOES FRANCESAS  
POR DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA  
PAÇOS DO CONCELHO—LISBOA





## ACHADOS DA ÉPOCA ROMANA NO SUBSOLO DE LISBOA

### I — HISTÓRIA DOS ACHADOS

Em 7 de Fevereiro do passado ano de 1961 (1), recebi um telefonema do fiscal das Obras do Metropolitano de Lisboa, Sr. Mário de Carvalho, avisando-me que, no Rossio, onde, na ocasião, procediam à abertura duma trincheira junto da fonte situada a norte, começava a aparecer uma construção de «formigão romano». Desloquei-me imediatamente ao local referido, tendo verificado que, na realidade, a uma profundidade de 6 m do nível actual, aparecia, entre os taludes dum dos ângulos da trincheira aberta, um pavimento e parte duma parede de alvenaria a ele ligada. Informei imediatamente os meus Serviços (of.º n.º 39/61) do apareci-

mento deste novo vestígio do domínio romano, tendo pedido, no mesmo ofício, a suspensão dos trabalhos na zona circundante, para mandar proceder a uma limpeza sumária que nos permitisse uma melhor identificação. A Administração do Metropolitano anuiu a esta nossa exigência, prontificando-se, ainda, mandar fazer a limpeza necessária durante a noite. Na manhã seguinte, tendo voltado ao local e descido até ao nível onde afloravam as ruínas, pudemos confirmar tratar-se, efectivamente, dum pavimento de «opus signinum», popularmente conhecido por «formigão romano», sustido por uma parede de alvenaria com 50 cm de largura, assente sobre fundações de alvenaria mais rija. Estas avançavam em relação à parede, cerca de 25 cm (Fig. 1).



Fig. 1

Notando que se tratava dum fragmento duma construção mais vasta, indaguei junto do pessoal do Metropolitano se, quando da abertura de outras trincheiras na mesma Praça, não tinham aparecido pavimentos idênticos. Soube então que, quando dos primeiros trabalhos realizados, tinham sido descobertas secções de pavimentos idênticos, situados mais ou menos ao mesmo nível, que, oportunamente, haviam sido registados em plantas levantadas pelos Serviços do Metropolitano. Tendo-me sido facultado o exame destas plantas, logo me dirigi às instalações do pessoal do Metropolitano na Praça da Figueira, onde aquelas se encontravam arquivadas. A meu pedido foi-me cedida cópia da planta com a representação das parcelas de pavimento aparecidas anteriormente (*Pl. I*), e prometida a planta da secção que acabava de ser posta a descoberto (*Pl. II*).

Examinando, atentamente, aquelas plantas, logo se concluiu tratar, não só de pavimentos idênticos, mas de secções duma mesma construção que, a uma profundidade que oscila entre os 5,50 m e 6,30 m do pavimento actual do Rossio, se dispõe de NE para SO, formando longa faixa de «opus signinum», de cerca de 6 m de largo, de comprimento indeterminado, sustentada, pelo menos nalgumas secções, por um paredão de alvenaria.

Para melhor esclarecimento da natureza e destino destas construções sugerimos (of.º n.º 40/161) nos fosse permitido fazer uma pequena

sondagem que puzesse a descoberto o pavimento em toda a sua largura. Não sendo, porém, oportuna, na altura, a paragem das obras ali em curso, ficamos à espera que, prosseguindo as obras do Metropolitano, novos troços do mesmo pavimento que nos permitissem completar aquele exame, fossem revelados.

Para já, porém, não parece ousado, sabendo nós que, na época romana, um dos braços do Tejo provavelmente atingiria o Rossio, relacionar os presentes vestígios com a notícia registada por Frei Luís de Sousa (2) relativa ao aparecimento de uns «silhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argolas de bronze travadas e pendentes deles, como um cais, para servirem de amarrar navios», quando da abertura dos caboucos para os alicerces do dormitório do Convento de S. Domingos.

Ainda que estes vestígios se situassem sob o dormitório de S. Domingos, portanto, não muito distantes do local onde apareceram as presentes ruínas, é bem possível que com elas se possam relacionar e que sejam parte de alguma obra de drenagem de águas, tão necessária na zona alagadiça do Rossio. Porém, só escavações ou, pelo menos, algumas sondagens no local, poderiam esclarecer este assunto.

Continuei a visitar com regularidade os trabalhos do Metropolitano, na esperança que o desmiolamento dum as abóbadas de cimento já ali construídas sobre as trincheiras abertas anterior-

mente, me proporcionasse novas secções daquele pavimento, mas, até à data, nada de novo pudemos acrescentar a esta pequena nota.

Pouco depois, porém, nova notícia, mas agora proveniente do íntimo da Praça da Figueira, veio, de novo, alertar a nossa curiosidade. Efectivamente, dois meses mais tarde, em 18 de Abril, recebia um telefonema do Eng. J. Farinha, da Administração do Metropolitano de Lisboa, comunicando-nos que, dias antes, à noite, quando os operários aprofundavam uma vala traçada no sentido E-O daquela Praça, quadrante NO, a um nível de cerca de 6,20 m, tinham sido postos a descoberto alguns objectos que lhe pareciam da época romana. Transmitti imediatamente a notícia aos meus Superiores, deslocando-me, em seguida, à Praça da Figueira, porém, sem resultado, por o Eng. Teixeira de Sampaio que tinha tomado a seu cargo o cuidado dos achados não se encontrar ali, na ocasião. Voltei no mesmo dia, ao fim da tarde, acompanhada do Conservador-Chefe dos Museus Municipais, Sr.<sup>a</sup> D. Julieta Ferrão.

Muito amavelmente o Eng. Teixeira de Sampaio que muito se interessara pelos achados e comandara os trabalhos da sua remoção, fez a reconstituição das condições em que se encontravam e foram recolhidos os objectos que logo colocou à nossa disposição. Foi baseando-nos nas suas informações e nas que nós próprias colhemos, interrogando os vários operários que colaboraram com aquele técnico, completando-as com o exame directo do espólio recolhido, que elaborámos a seguinte informação, enviada, na altura, aos nossos Serviços (apensa ao of.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 9/61):

«A cerca de 6,20 m de profundidade, quando o pessoal das Obras do Metropolitano perfurava a galeria destinada à Estação do Rossio, foram encontrados, metidos num pavimento que os operários classificam de «betomilha» e de que não guardaram qualquer amostra, mas que, pelas indicações, vi tratar-se dos vulgares pavimentos à base de «opus signinum», 3 potes de barro grosseiro, um deles maior e dois mais pequenos tendo, o de maiores dimensões, a servir-lhe de tampa, uma mó discoidal de granito. (*Est. I, 2*).

Como se encontravam numa zona de lamçal, as urnas, ao serem retiradas sem as

cauteladas devidas, desfizeram-se em fragmentos. Dentro delas foram, porém, encontrados, mais ou menos em bom estado de conservação, respectivamente: no de maiores dimensões, uma urna de barro vulgar intacta (*Est. I, 3*), e uma taça de vidro (*Est. III, 15*); num dos mais pequenos apenas havia restos de ossos, carvões e cinzas e, no terceiro, um conjunto de objectos de uso funerário — lacrimatórios, unguentários de vidro, taças e pratos de «terra sigillata», etc. *Est. I, 14, 11, 12, 13; Est. II, 4 a 10; Est. III, 16 a 22*). Em todos havia vestígios de cinzas e fragmentos de ossos.

Um dos fiscais do Metropolitano que assistia aos trabalhos traçou um esquema das condições da jazida, antes da recolha dos objectos, que juntamos a este ofício e vai representado na Fig. 2.

Estas indicações e esquema foram suficientes para nos levar a constatar que nos encontrávamos diante de três grandes urnas cinerárias e respectivo conteúdo, o que logo notificámos aos Serviços no mesmo ofício.

Em 12 de Julho seguinte, passando pela Praça da Figueira na ordinária visita de inspecção aos trabalhos do Metropolitano de que estava encarregada, tivemos ali conhecimento pelo fiscal daquelas obras, Sr. Mário de Carvalho, do aparecimento de novos achados da época romana (*Pl. III, Grupo II*), que uma primeira observação logo nos levou a relacionar com o conjunto anterior (*Grupo I*). Segundo informação que colhemos daquele fiscal, estes achados apareceram a um nível de cerca de 5,50 m, quando os operários aprofundavam uma vala paralela e a norte da anterior.

Este núcleo, mais numeroso do que o antecedente, constava de 2 grandes urnas, uma das quais incompleta (*Est. IV, 23 e Est. V, 24*); 7 urnas de menores dimensões, três das quais incompletas (*Ests. V e VI, 25 a 33*), e uma última, conservando ainda a tampa, formada por um gargalo de ânfora com fundo falso (*Est. VI, 25*); um pé e um gargalo de ânfora (*Est. VII, 37, 36*); um gargalo de pote (*Est. VII, 38*); 2 pequenos vasos bojudos, um de argila clara e outro (incompleto) de grés cinzento (*Est. VII, 34 e 35*); 5 fragmentos de placas de mármore que serviam de tampa das urnas; 2 fragmentos

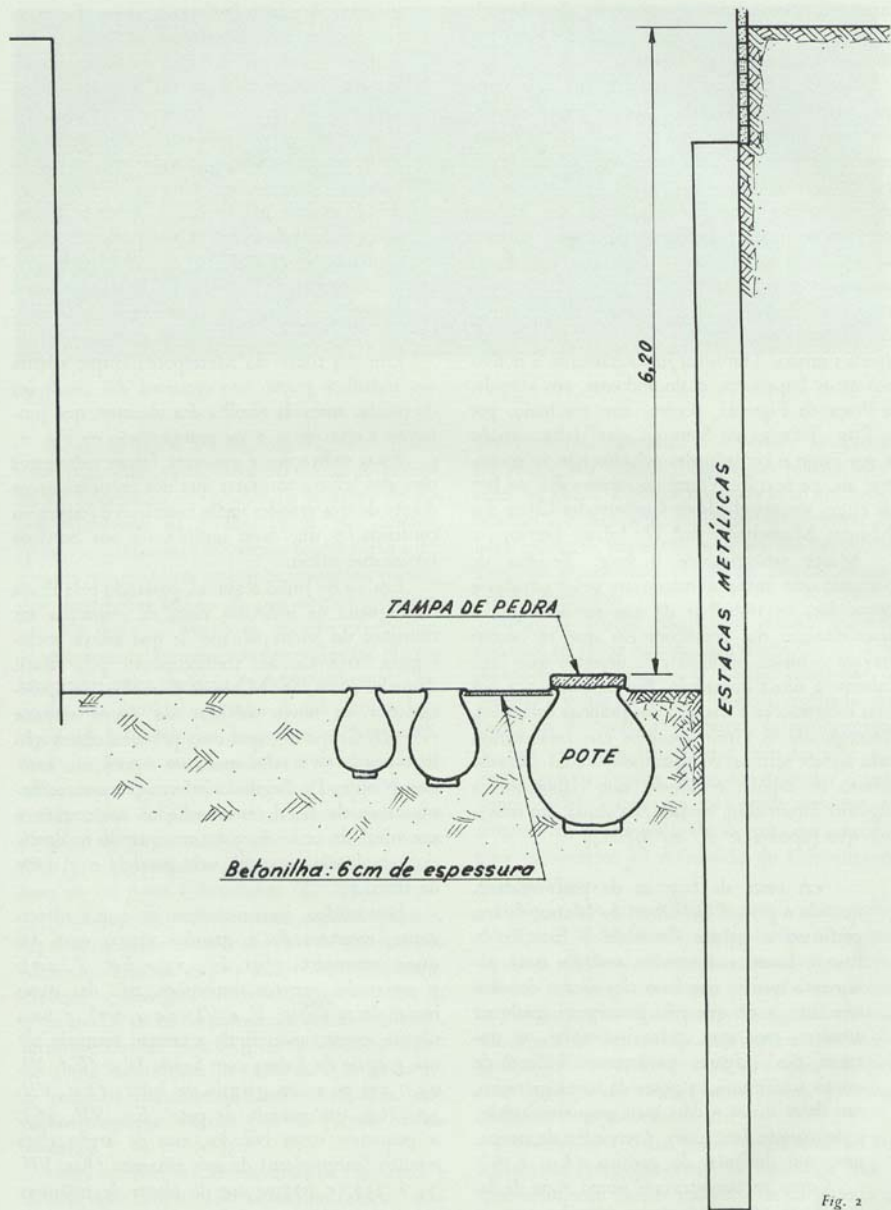


Fig. 2

de tijoleira que também serviam de tampa (*Est. VII, 40, 41*), e um pequeno lacrimatório periforme de vidro azulado (*Est. III, 42*), retirado do interior da urna representada na *Est. V, 26*.

Nalgumas das urnas ainda se conservavam restos de cinzas, carvões e pequenos fragmentos de ossos. No exemplar representado na *Est. V, 26*, de mistura com cinzas, encontram-se conchas de caracóis, fragmentos de ossos vários, parecendo tratar-se de restos de cozinha e, de mistura com estes restos, o lacrimatório acima referido.

Ao fazermos a comunicação destes achados aos Serviços (of.º n.º 130/61) chamámos a atenção para a sua importância, sugerindo a necessidade e oportunidade de se fazerem escavações na faixa compreendida entre as duas trincheiras abertas pelas obras do Metropolitano, zona esta que sabia, por informação do pessoal que superintendia naquelas obras, iria ser sacrificada por elas dentro de alguns meses.

Continuámos a fazer as habituais visitas de rotina aos locais onde o Metropolitano ia abrindo as suas galerias, sem que nada de notável se tivesse revelado nos tempos mais próximos, até que, no dia 2 de Dezembro, quando examinávamos uns alcatruzes situados num poço que, embora situado na área do Hospital de Todos-os-Santos, já se encontrava entulhado na última fase da vida daquele estabelecimento de assistência, foi a nossa atenção retida por um fragmento de «opus signinum» que se encontrava perto. Interrogando sobre a sua origem soubemos tratar-se de um fragmento dum pavimento situado a uma profundidade de cerca de 5,80 m, na área do cemitério luso-romano e sob o qual (segundo as informações recolhidas) encontraram-se fragmentos de tijoleira (*lateres*) e uma lápide com inscrição funerária (*Est. IX, 43*). Soube depois que estes objectos haviam sido recolhidos numa das barracas do pessoal do Metropolitano, onde os fui observar. Desci imediatamente ao local onde nos indicaram tinham aparecido os objectos acima referidos, mas ali já só se nos deparou os restos dum pavimento de «opus signinum» e parte de uma parede de alvenaria que atravessava no sentido NO-SE e que estava, no momento, a ser demolida, para prosseguimento das obras (*Pl. III, Grupo III*).

Como os trabalhos do Metropolitano incidiriam, nos próximos dias, na mesma zona e nível, redobramos de vigilância. Para que pudessemos chegar a tempo de ver os objectos no seu próprio local de jazida, recomendámos que, surgindo qualquer objecto ou vestígio de construção na nossa ausência, mesmo que tal sucedesse a altas horas da noite (os trabalhos do Metropolitano prolongavam-se então pelas 24 horas do dia), nos fosse imediatamente feita comunicação telefónica. Pretendíamos assim, enquanto não fossem tomadas as devidas providências, recolher o maior número possível de elementos sobre a estação que, aos poucos, se ia revelando. Poucas vezes, porém, conseguimos que nos satisfizesse esta exigência, pois, tendo surgido grande parte dos achados durante a noite, foi difícil convencer o pessoal de que o seu interesse justificava que nos fizessem levantar da cama. Só depois de muito ter insistido e imposto «a má cara», conseguimos que passassem a cumprir as nossas determinações.

Nos dois dias subsequentes, ultrapassado o nível romano, como os operários apenas levaram a trincheira aberta a uma maior profundidade, não foi registado qualquer novo indício. No dia 5, porém, quando por ali passámos pela manhã, deparou-se-nos, com grande decepção da nossa parte por mais uma vez não nos terem avisado com a devida urgência, um novo núcleo de objectos romanos (Grupo IV), constituído por um cofre de chumbo em forma de caixa rectangular (*Est. III, 45*), contendo no interior, de mistura com cinzas, um lacrimatório de vidro azulado (*Est. III, 46*) e um pequeno vaso de paredes finas, de cor esbranquiçada, com as pegas e parte do bordo quebrados (*Est. III, 47*). Estas peças (segundo as informações recolhidas) encontravam-se dentro duma urna de barro de maiores dimensões que, por se encontrar numa zona alagadiça se desfez ao ser retirado, não tendo havido o cuidado de recolher os fragmentos. Insistindo por pormenores mais precisos, soube que esta urna aparecera nas proximidades do núcleo anterior, mas a uma cota mais baixa.

Nos dias seguintes, não prosseguindo os trabalhos em extensão, mas em profundidade, nada de novo apareceu, até que, no dia 16, novo núcleo

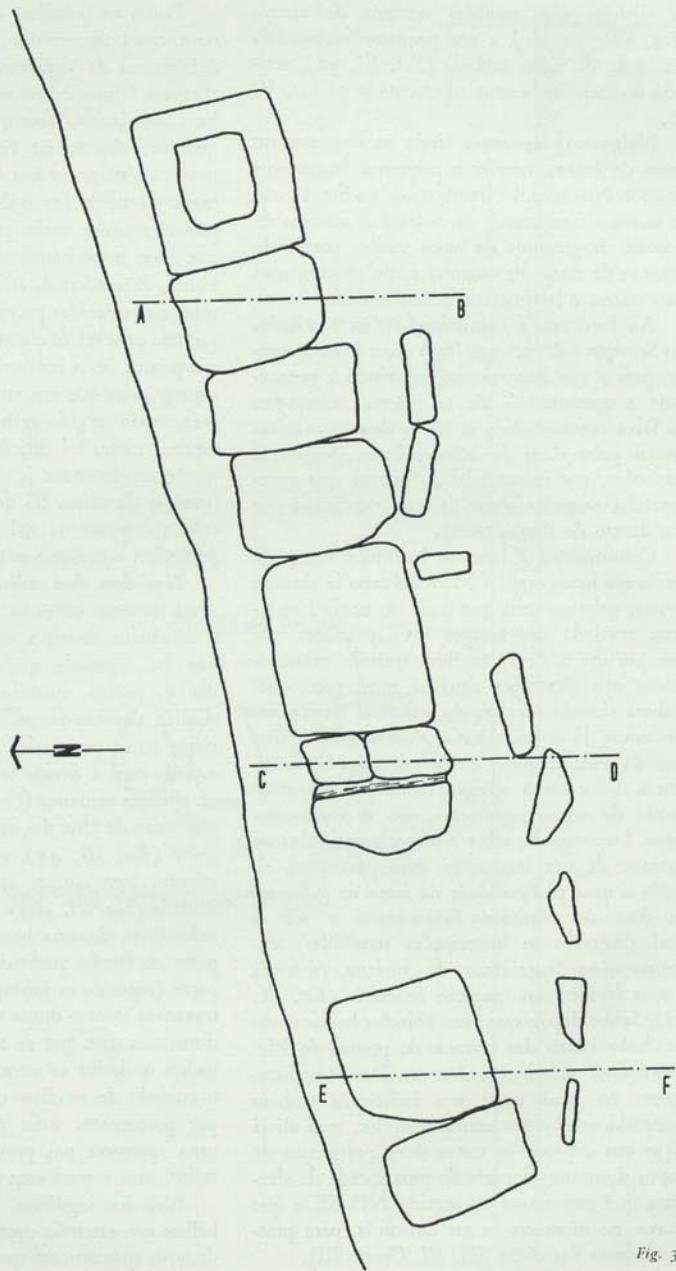


Fig. 3

veio enriquecer o já numeroso espólio deste cemitério (*Pl. III, Grupo V*). Entre as peças que já só pudemos ver fora do local da jazida, figuravam: uma urna de chumbo com tampa (*Est. IX, 48*), um *dolium* em forma de talha com duas pegas (*Est. VIII, 49*), uma ânfora que, ao ser retirada, quebrou-se, ficando reduzida apenas ao gargalo e parte do bojo (*Est. IX, 50*) e que se encontrava tapada com um fragmento de lápide com inscrição (*Est. IX, 51*).

Todas as vasilhas indicadas, servindo de urnas cinerárias, continham abundante recheio de cinzas; junto destas, foram ainda encontrados, misturados com a terra, um fragmento de bordo de urna de vidro grosso, azulado (*Est. X, 57*); e vários fragmentos de ânforas (*Est. X, 52, 53, 54, 55, 56*).

Perto do local onde escavavam no momento, vimos algumas tijoleiras e fragmentos dum crânio (*Est. XI, 58*) que mandámos reunir ao restante material. Interrogando sobre as condições em que apareceram estas tijoleiras e caveira, soubemos que as tijoleiras se encontravam postas ao alto, formando um recinto fechado, do interior do qual retiraram os fragmentos de crânio, acrescentando existirem outros ossos que não foram recolhidos. Pela descrição, parece, pois, tratar-se duma das vulgares sepulturas de inumação. (*Pl. III, Grupo VI*).

Pouco depois aparecia, enterrada na posição vertical, uma nova ânfora ventrada, servindo de urna cinerária (*Est. XI, 60*). Encontrava-se cheia de cinzas e carvões. (*Pl. III, Grupo VII*).

Para que não acontecesse não ser avisada com a necessária urgência, resolvi passar ali grande parte da noite deste dia, tendo apenas assistido, durante essa longa vigília, ao aparecimento dum vaso de barro mais ou menos grosseiro (*Est. X, 61*) que já se encontrava quebrado nalguns fragmentos e cheio de terra. (*Pl. III, Grupo VII*).

Pela madrugada deste dia, quando já me havia retirado, foram recolhidos, não longe do local onde aparecera o vaso anterior, misturados com a terra, uma lucerna (*Est. XI, 64*), uma taça de barro (*Est. XI, 63*) e uma mó (*Est. III, 62*).

No dia seguinte, encontrando-me no local quando começavam a aflorar algumas tijoleiras, ali permanecemos durante todo o dia para assistir e, na medida do possível, orientar—aproveitando a boa vontade do pessoal trabalhador — a limpeza do que quer que surgisse. Ao fim da tarde estava posta a descoberto uma secção de cano, ou melhor, duma caleira, em forma de caixa rectangular com paredes e tecto de tijoleira, ligadas com argamassa esbranquiçada, de que fizemos rapidamente um esboço (*Fig. 3*); no interior desta caixa de tijoleira era bem visível o rego por onde passava a água. Esta caleira situava-se paralelamente à parede acima referida e tinha a mesma orientação NE-SO (*Pl. III*).

Nos dias imediatos, não tendo os trabalhos ultrapassado a cota de 5 m, nada surgiu, além dum pequeno fragmento de lápide com inscrição (*Est. XI, 65*), de mistura com os entulhos (*Pl. III, Grupo IX*).

Já em 7 de Dezembro havíamos enviado aos Serviços novo officio (n.º 190/61) lembrando a necessidade de ser dado conhecimento dos achados e insistindo por escavações metódicas, pois a determinação que havíamos recebido de apenas acompanhar os trabalhos do Metropolitano para salvaguardar os achados estava longe de se mostrar eficaz, tratando-se duma jazida com o respectivo espólio «in situ» e cuja importância ia aumentando todos os dias. Insistimos ainda no mesmo sentido em officio datado de 18 do mesmo mês.

Atendendo esta nossa sugestão, em officio datado da Presidência da C. M. L. de 23 de Dezembro, era dado conhecimento dos achados à Junta Nacional da Educação.

Enquanto, porém, a Junta não se manifestou, continuámos a seguir os trabalhos que passaram a incidir na zona situada entre as duas trincheiras iniciais, mas no sentido Nascente-Ponte, tendo aqueles, por isso, atingido a zona da estação romana apenas a partir do dia 15 de Janeiro. Neste dia, indo por ali de manhã, vimos começar a delinear-se, no talude formado pelo corte das terras, numa zona compreendida entre os 5 m e 10 m de profundidade, a circunferência dum poço, cuja

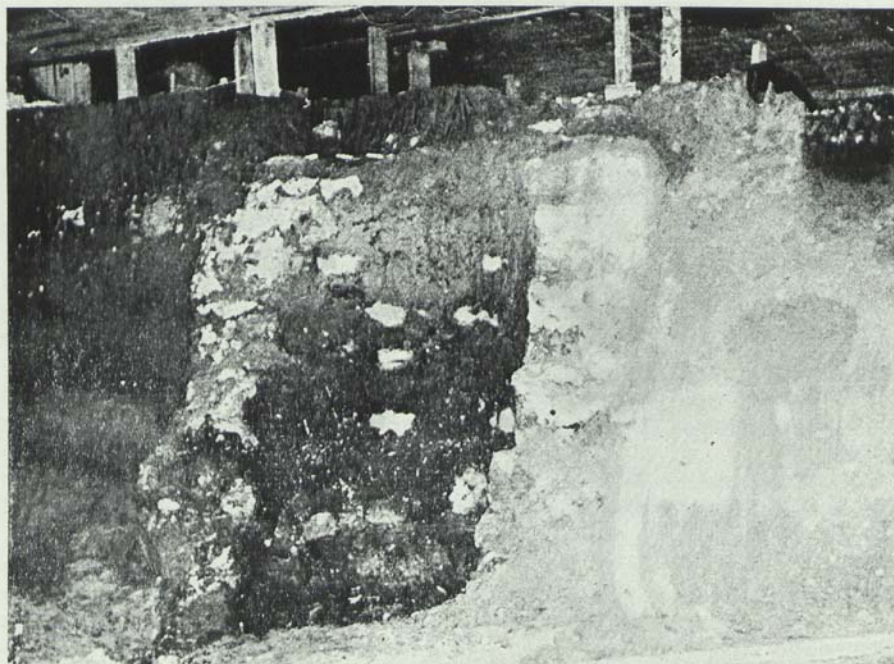


Fig. 4

parede voltada a Nascente já se encontrava em grande parte destruída. Com o auxílio do pessoal ao serviço do Metropolitano, ali destacado, procedemos ao seu desaterro, tendo sido posto a descoberto um poço formado por uma fossa forrada de alvenaria muito grosseira e pouco consistente, de paredes muito irregulares, com 4,10 m de profundidade por cerca de 1,45 m de diâmetro médio (alargava levemente na periferia e estreitava no fundo): a espessura média da camada de alvenaria era de cerca de 0,70 m. Atingido o fundo, sem indícios de qualquer revestimento, depressa a água subiu até cerca de 1 m. Segundo medidas tiradas pelo topógrafo da D. S. U. O. (*Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras*) da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Costa Lima, que connosco colaborou no levantamento da

planta das ruínas aqui descritas, o fundo deste poço situava-se a cerca de 10 m de profundidade em relação ao pavimento actual daquela Praça (*Fig. 4*).

Este poço ficou assim a formar a rectaguarda nascente do sector da estação posto a descoberto.

A 17 de Janeiro, como a Junta Nacional da Educação continuasse a guardar silêncio, tentámos ainda, junto dos nossos Serviços, que nos fossem cedidos dois trabalhadores para connosco colaborar na remoção dos objectos e salvaguarda das ruínas, sem prejuízo do prosseguimento das obras do Metropolitano (of.º n.º 5/62).

Continuando os trabalhos na mesma direcção nos dias seguintes, começou a aflorar um pavimento forrado de *opus signinum*, à cota de 6 m de profundidade, isto é, mais ou menos ao



nível da gola do poço, delimitado a NE-SO e a NO-SE por paredes de alvenaria grosseira (Pl. III); como este pavimento se encontrava cortado, da parte sul, pela trincheira aberta anteriormente pelo Metropolitano, não pudemos saber quais os seus limites desse lado. A parede que delimitava este espaço a NO-SE formava, na sua extremidade, um cunhal, iniciando-se uma nova parede com o mesmo sentido NE-SO que se prolongou até ser cortada pelo talude formado pela trincheira sul do Metropolitano.

Foi no espaço compreendido entre esta última parede, no seu troço inicial, e o tapume que limitava a trincheira sul do Metropolitano que foram encontrados, na noite de 17 para 18 de Janeiro, os dois vasos em forma de pequenas urnas com duas pegas, representados na *Est. XII, 67 e 66*, a uma profundidade de cerca de 7,5 m (Pl. III, Grupo X).

A partir do dia seguinte e por um período de 10 dias foram suspensas as obras do Metropolitano no sector onde apareciam as ruínas. Ficando agora o largo talude descoberto e livre em toda a sua extensão, pudemos apercebermos de alguns pormenores que a barafunda dos trabalhadores, no seu constante vai-vem, não nos tinha ainda permitido observar.

Em toda a extensão do talude formado pela paragem das Obras do Metropolitano e que atingia uma extensão de cerca de 15 m, notava-se, nitidamente, oscilando entre 1 m e 1,50 m abaixo do pavimento de *opus signinum* (6 m de profundidade), um veio vermelho indicativo de terem as águas permanecido, formando lençol, àquele nível, durante muito tempo (Fig. 5). Reparando melhor na constituição do terreno notamos que a camada de terra situada acima deste veio era absolutamente diferente da camada inferior. Esta era areenta, dizendo-nos um dos fiscais do pessoal que ali trabalhava e que possuía alguns conhecimentos de olaria, que aquela terra era própria para dar maior consistência à cerâmica; a camada superior, mais escura, era constituída por terra vegetal o que indica que, já durante o domínio romano, se fizera no local uma aterragem

Fig. 5

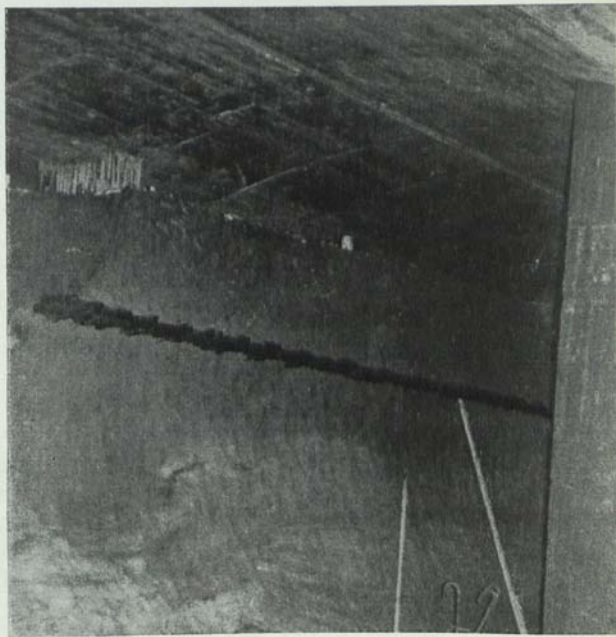




Fig. 6

que atingiu uma altura que oscila entre 1 m e 1,5 m, certamente para neutralizar a tendência alagadiça do local <sup>(2)</sup>, possivelmente para permitir as construções agora postas a descoberto.

Por outro lado reparámos que as duas pequenas urnas últimamente referidas, situavam-se abaixo das próprias fundações das paredes que lhe ficavam vizinhas. Teriam sido estas construções levantadas numa época em que o cemitério já deixara de funcionar?

A 29 de Janeiro compareceram, finalmente, nos Serviços dos Museus da C. M. L., onde se encontrava recolhido o espólio, os representantes

da Junta Nacional de Educação, Prof. Manuel Heleno e Dr. Fernando Bandeira Ferreira, a quem também acompanhámos ao local dos achados. Diante da importância do espólio que lhes foi dado observar aqueles dois membros da Junta apoiaram imediatamente a necessidade de se iniciarem escavações sistemáticas, para as quais se tornava necessário, em primeiro lugar, obter a paragem das obras do Metropolitano por algum tempo <sup>(4)</sup>.

Tendo, porém, a C. M. L. desistido de fazer as escavações através dos seus Serviços, tomou para si este encargo a própria Junta Nacional da Edu-

cação tendo, em sessão reunida especialmente para esse fim, encarregado da orientação dos trabalhos, o seu vogal, Dr. Fernando Bandeira Ferreira. Entretanto, as obras para a construção do Metropolitano eram retomadas, como estava previsto, a partir do dia 5 de Fevereiro. Tendo comunicado aos Serviços nesse mesmo dia o que se passava (of.º n.º 18/62) foi-nos recomendado que continuássemos a acompanhar aquelas obras para acautelar os achados ocasionais que se fossem registando, até que finalmente fosse decidida a paragem das obras do Metropolitano para o conseqüente início dos trabalhos de escavação.

Efectivamente, logo na manhã desse mesmo dia, ao passar por ali na visita diária de inspecção, ao mesmo tempo que constatávamos terem sido retomados os trabalhos, assistimos ao desenterrar de um grande *dolium* (Est. XII, 68) que verificámos estar cheio de cinzas, carvões, terra e fragmentos cerâmicos, entre os quais, o fragmento do pequeno pote representado na Est. XII, 69 (Pl. III, Grupo XI).

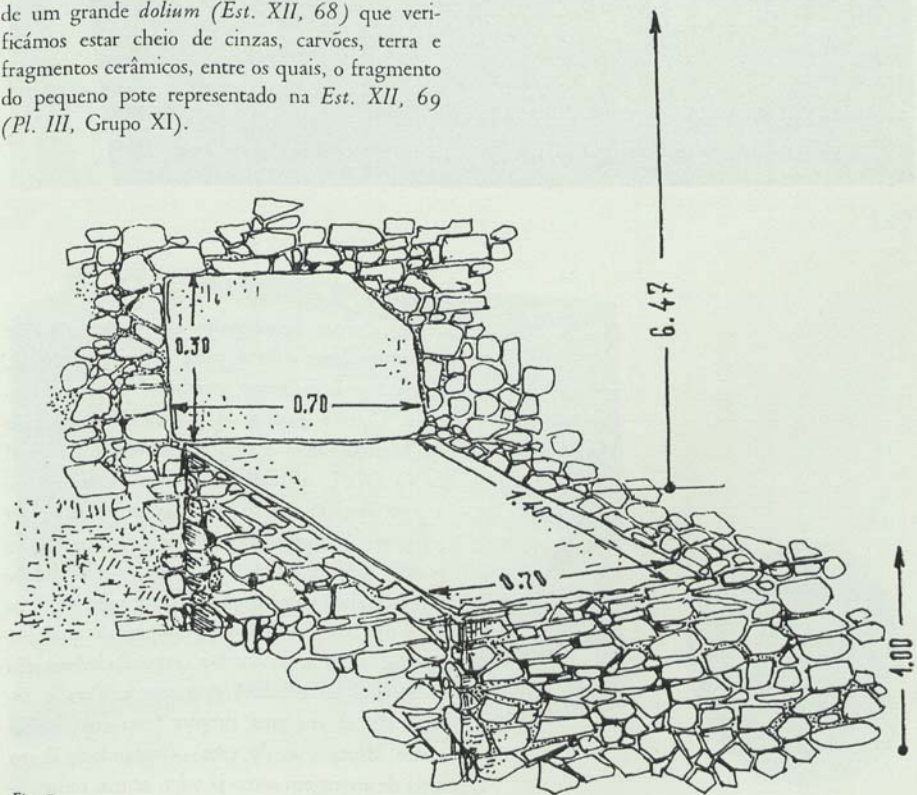


Fig. 7

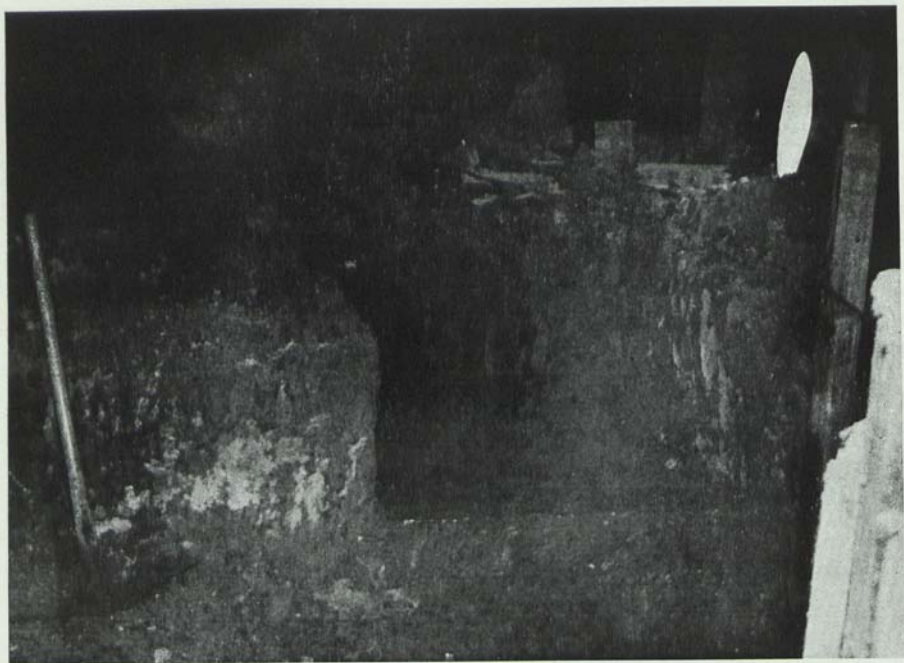


Fig. 8

O *dolium* agora posto a descoberto e que já encontramos com a parte superior quebrada, servia, como os vasos anteriores, de urna cinerária. Com o auxílio do pessoal da empreitada do Metropolitano e com a colaboração do fiscal da C. M. L. ali destacado, conseguimos retirar a parte restante, senão em boas, pelo menos em sofríveis condições. Encontrava-se enterrado na posição vertical (Fig. 6), a uma profundidade compreendida entre 6,50 m (parte superior) e os 7,50 m (base). Não havia vestígios de qualquer envólucro e já se encontrava (segundo informação do pessoal trabalhador) sem tampa. Para o enterrar foi aberta uma simples fossa com o diâmetro idêntico ao do vaso — tratando-se duma zona de aterragem como já referi acima, tornou-se

difícil determinar o diâmetro da fossa, pois o terreno envolvente aderiu imediatamente às paredes do vaso.

Os trabalhos prosseguiram nos dias seguintes com a mesma orientação, tendo sido posto a descoberto, a partir de terça-feira, restos duma construção constituída por um maciço informe de alvenaria grosseira com uma lage de lioz rosado incrustada (*Pl. IV*, Grupo XV) de que apresentamos perfil na *Fig. 7* e as respectivas dimensões.

No dia 8, quando, pela manhã, inspeccionávamos a zona dos trabalhos que prosseguiam no mesmo sentido nascente-poente, comunicou-nos o fiscal da C. M. L., ali destacado, que uma nova brigada de trabalhadores iniciava o ataque da zona em sentido contrário, isto é, de poente para nascente, passando a estação a ser destruída a partir de duas frentes. Fui imediatamente verificar o que se passava, tendo sido informada que os trabalhos naquela direcção estavam em curso desde as 7 horas da manhã. Quando nos aproximamos

já começava a ser posta a descoberto a secção duma parede que atravessava no sentido NO-SE, cuja sequênciã, no sentido SE, já surpreenderamos quando da abertura da trincheira sul (*Pl. III*). Depois de tomar as providências necessárias para que o topógrafo da D. S. U. O., Sr. Costa Lima, ali comparecesse para levantar a planta das ruínas que acabavam de aflorar, passámos pela Repartição para comunicar a nova orientação que os trabalhos do Metropolitano haviam tomado (of.º n.º 20/62).

Na madrugada do dia 9, tendo começado a surgir nova urna na frente poente-nascente, fui chamada de urgência por um telefonema do Eng. J. Farinha, do Metropolitano de Lisboa. Seguimos imediatamente para o local (of.º n.º 22/62) para acompanhar o trabalho de remoção de mais este elemento (*Pl. III*, Grupo X II).

No dia anterior começara a ser posta a descoberto uma secção da parede transversa NO-SE que, a partir de certa altura, se encontrava interrompida por três entradas mais ou menos equi-



Fig. 9



Fig. 10

distantes, conservando a do lado direito (*Fig. 8*), a soleira com o orifício e caixa de bronze para o gonzo da porta (*Figs. 9 e 10*). A cada entrada correspondia um compartimento limitado por paredes de alvenaria muito grosseira com a direção SO-NE, paralelas entre si e distantes umas das outras de 1,50 m. Começava, pois, a desenhar-se uma construção formada por pequenos cubículos, cujas características e destino só as escavações que ali foram conduzidas, posteriormente, poderão esclarecer.

Foi no enquadramento formado pelo encontro da parede transversa NO-SE com a primeira das paredes de sentido SO-NE que, a pequena distância da soleira da porta, foi posta a descoberto a urna acima citada. Como esta começava a aflorar quando ali chegámos (*Fig. 11*) pudemos comandar os trabalhos da sua remoção, tendo nós, assim, conseguido, ajudados pelos operários do Metropolitano, levantá-la intacta. Tratava-se

*Fig. 11*



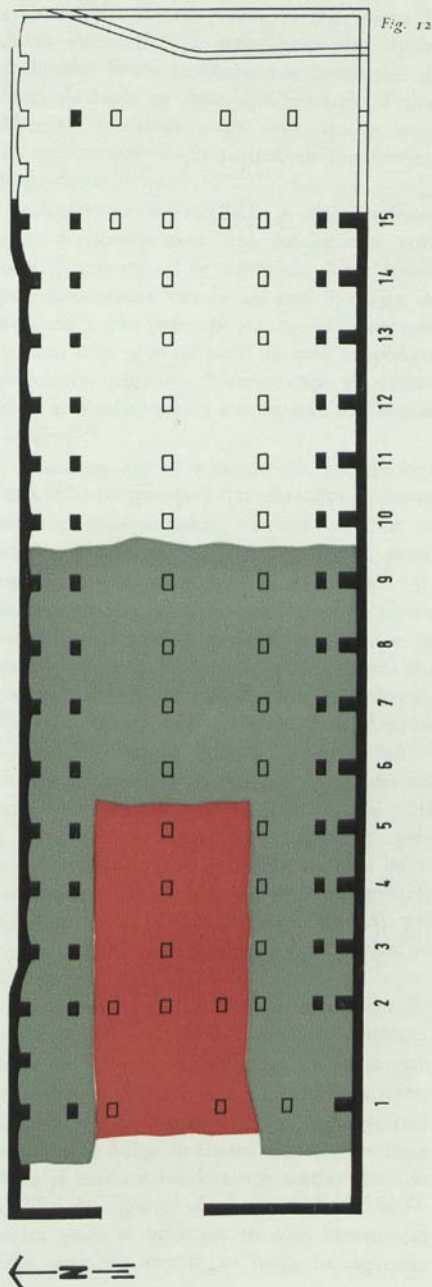
duma nova ânfora ventrada com pequeno pé, e gargalo e asas cortadas intencionalmente, semelhante à representada na *Est. XII, 70*. Encontrava-se, como as anteriores, enterrada na posição vertical, cheia de cinzas e carvões, a uma profundidade de cerca de 7,25 m; a boca voltada para cima estava calafetada com pequenos calhaus ligados com uma espécie de argamassa sobre os quais assentava uma lápide com inscrição funerária dedicada a uma escrava (*Est. XII, 71*). À volta, o terreno conservava fortes vestígios de incêndio, o que indica que a cremação do cadáver fora feita na própria fossa que serviu assim de *ustrinum*.

Com a remoção desta última urna findou a nossa interferência na recolha dos vestígios da necrópole luso-romana da Praça da Figueira (a zona dos trabalhos do metropolitano sobre o qual incidiu a nossa vigilância está marcada a vermelho na planta da Estação-Rossio, representada na *Fig. 12*).

Efectivamente, neste mesmo dia, compareceu o Dr. Fernando Bandeira Ferreira com os seus colaboradores para tomar a orientação dos trabalhos, o que só fez alguns dias mais tarde, depois do Metropolitano de Lisboa, ter acedido na paragem das obras, por interferência da C. M. L.

Baseando-nos nas notas colhidas no nosso diário de trabalhos redigimos, então, o presente relatório, entregue nos Serviços em 5 de Março de 1962.

É, pois, este relatório, apenas amputado de alguns passos de interesse exclusivo dos Serviços, que agora acedemos a publicar, pois pensamos que a história e circunstâncias em que foram recolhidos estes primeiros achados relativos à necrópole luso-romana da Praça da Figueira é complemento indispensável do relatório da escavação realizada no que restava desta já muito destruída estação, a ser elaborado sob os auspícios da Junta Nacional da Educação.



## II — SITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Várias notícias do achamento de sepulturas, ou mesmo de parcelas de necrópoles luso-romanas, no aro de Olisipo têm chegado até nós. A mais antiga devemos a L. Marinho de Azevedo (\*) que refere que ao abrirem-se os alicerces para as casas de Pedro de Mendonça, situadas defronte de Santa Clara, se acharam soterradas «muitas abobedas pequenas feitas de argamassa, e dentro algumas urnas de vidro grosso escuro, e outras de chumbo cheias de carvoens, e cinzas... e os mais notáveis destes vasos, erão dous, que ainda se conservão inteiros em casa do monteiro-mor Francisco de Mello: os quaes parecem de porcelana grossa da India». Júlio de Castilho que também repete a notícia dada por Marinho de Azevedo, regista, na sua *Lisboa Antiga*, vestígios de mais duas zonas de enterramento olisiponenses. Uma delas foi-lhe transmitida por Miguel Queiriol, empregado superior da Companhia dos Caminhos de Ferro, em carta datada de 27 de Fevereiro de 1884 que transcreve (†): «quando, junto à Travessa Lázaro Leitão e Calçada da Cruz da Pedra, mesmo em frente do palácio dos Senhores Palhas, se construí a rotunda que lá está, para resguardo das locomotivas da Companhia dos Caminhos de Ferro, apareceram, no enorme desaterro a que se procedeu, algumas sepulturas romanas, muitas delas cobertas de tijolo, e contendo urnas funerárias com ossos carbonizados, e outras antiqualhas curiosas, que não sei o destino que levaram». E, mais adiante (§), transcreve a notícia, colhida nos manuscritos de José Valentim, arquivados no Museu do Carmo, referentes ao ano de 1851 sobre umas urnas que apareceram na Calçada do Garcia (§): «Quando se abriu o cano geral ao cimo da Calçada do Garcia, em frente da de Sant'Ana, acharam-se três botijas de barro, como as que usam os barqueiros, mas sem serem vidradas, e, segundo me disseram, muito bem tapadas, não me explicando bem com quê. Estavam em linha recta e com três palmos de distância entre umas e outras. Duas tinham dentro urnas cinerárias de vidro, e a outra uma de chumbo. «A primeira botija, indo da Calçada do Garcia, era uma das que tinham dentro uma urna

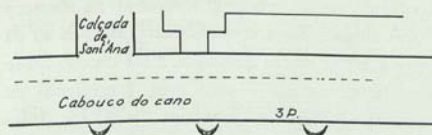


cinerária de vidro; tinha tampa e dentro da urna quatro vasos lacrimatórios, também de vidro; um maior, com uma pucarinha de barro, dois em forma de pera, com gargalo, em um maior que no outro; e um quase em forma cilíndrica, porque o gargalo é pouco mais estreito. Também havia dentro pedacinhos de ossos queimados, com alguma cinza; e, excepto a cinza e a botija, tudo existe, mas arruinado.

«A segunda botija, que era a maior, tinha também dentro uma urna cinerária de vidro, com ossos e cinza. Fizeram-na em bocados, dos quais restam alguns, e a botija.

«A terceira botija tinha dentro a urna de chumbo, que não vi porque o trabalhador a tinha ido vender como chumbo velho. No apontamento que me deu o mestre carpinteiro diz: um vaso de folha e chumbo como panela, com os mesmos objectos dentro; quer dizer, ossos e cinzas, porque só uma tinha dentro vasos lacrimatórios.

«Deve-se notar que, tendo as botijas gargalo estreito, tinham-nas cortado pelo meio, para lhes introduzir dentro as urnas, tornando-as depois a unir com cal».



Segue-se o esquema acima reproduzido e a transcrição dum fragmento dos «Apontamentos do Mestre Carpinteiro» que serviram de base à notícia redigida por José Valentim. Como, porém, não trás qualquer novidade em relação a esta, dispensamo-nos de a transcrever.

Notícias de lápides funerárias dispersas em vários pontos da cidade romana ou suas proximidades, umas desaparecidas, outras recolhidas em Museus ou applicados na construção dos prédios erigidos posteriormente perto dos locais onde se encontravam, foram-se avolumando através dos últimos séculos e somam hoje já um número

avultado<sup>(10)</sup>. Como, porém, já bem notou F. Alves Pereira<sup>(11)</sup>, a maior parte das lápides conhecidas foram recolhidas nas imediações da Porta do Ferro ou Arco da Consolação, Pedras Negras e Madalena, o que indica que os locais de enterramento a que pertenciam não ficariam longe dessas zonas.

A estas notícias, recolhidas ao acaso, podemos agora acrescentar mais uma, infelizmente também incompleta: a da existência duma necrópole luso-romana situada na área da Praça da Figueira, a uma profundidade que oscila entre os 5,30 m e os 7,50 m, parte da qual foi posta a descoberto quando o Metropolitan de Lisboa abria as trincheiras para a construção da Estação-Rossio<sup>(12)</sup>.

Sabemos que os romanos, em obediência a uma velha crença—para que os mortos pudessem sentir-se acompanhados—faziam construir as suas necrópales ao longo dos caminhos, geralmente à entrada das cidades. É difícil ainda hoje determinar, com exactidão, os limites da cidade romana, mas ela não andaria muito longe do recinto compreendido mais tarde pela muralha mourisca. As portas rasgadas nesta muralha—Porta da Alfama, Porta do Ferro ou do Arco da Consolação, Porta de Alfama e Porta do Sol—deviam corresponder outras tantas calçadas romanas que, contornando o monte onde se situa o Castelo de S. Jorge, pelo nascente ou pelo poente, dariam origem à grande via que, bifurcando-se por alturas de *Scallabis* (Santarém?), formava a estrada Olisipo-Braccara e uma das três vias Olisipo-Merida, indicadas no «Itinerário de Antonino».

O primeiro troço desta via, onde iriam desembocar outras estradas de menos importância, devia ter, como acima referimos, a sua origem por alturas da Porta do Ferro, seguia para norte, ladeando o cabeço do Castelo de S. Jorge, pelo poente e, ao longo do esteiro do Tejo que nessa altura já estaria reduzido a um estreito braço do rio, passava, algures, não longe da Praça da Figueira, onde se bifurcava em dois ramos: um deles, seguindo sempre ao longo da depressão

formada pelo ribeiro de Arroios, ia aos Anjos e a Arroios; o outro, seguindo ao longo do ribeiro de Valverde, ia ao Lumiar, Loures, etc. Com excepção das parcelas de necrópoles postas a descoberto em Santa Clara e nas imediações do cruzamento da Calçada da Cruz da Pedra e Travessa Lázaro Leitão que deviam bordejar o ramal que, pelo sul, contornava a cidade romana, para se vir juntar à via principal não longe do ponto de partida desta, todas as outras necrópoles de que temos notícia (algumas possivelmente parcelas da mesma necrópole) situavam-se ao longo da via principal: o conjunto de sepulturas a que correspondem a maior parte das lápides sepulcrais conhecidas (Arco da Consolação, Pedras Negras, Madalena), próximo do seu ponto de origem; o conjunto de urnas da Calçada do Garcia, sopé do Monte de Sant'Ana, não longe da Rua da Palma, herdeira provável de parte dessa primitiva calçada; e, finalmente, a secção da necrópole luso-romana agora descoberta, devia situar-se junto da mesma via, não longe do ponto onde bifurcava a calçada que seguia por Valverde, nos terrenos alagadiços onde hoje se situa a Praça da Figueira, na altura, porém, já suficientemente drenados para não estarem sujeitos aos efeitos das marés vivas<sup>(13)</sup>.

Que os terrenos onde hoje se situa a Praça da Figueira e grande parte do Rossio — com excepção da faixa ocidental por onde se deviam escoar as águas que desciam por Valverde e Santo Antão — ao contrário do que pensava Júlio de Castilho, era terreno firme na época romana, já o escreveu Vieira da Silva<sup>(14)</sup>, fundamentado-se numa sondagem a que se procedeu no local, para efeitos do estudo geológico dos terrenos, cujo perfil fez reproduzir naquela obra. Esta dedução, encontrou plena confirmação nos achados agora postos a descoberto<sup>(15)</sup>.

Das notícias que nos ficaram e a que nos referimos, depreende-se que, em todas as zonas de enterramentos Olisiponenses conhecidos até hoje, se praticou, com manifesta predominância, o rito da incineração sobre o da inumação, o que se deve considerar normal, visto a maior parte deles ser anterior ao século III.

Sabemos que os romanos empregaram conjuntamente os dois ritos funerários. No século I d. c., porém, a incineração era a mais praticada. Só a partir dos Antoninos, com a influência crescente do Cristianismo, é que este rito vai sendo, progressivamente, substituído pelo da inumação que, no século V, impera sem concorrência.

Entre as 25 sepulturas que registamos, apenas em duas (Grupos III e VI) deve ter-se procedido à inumação do cadáver, mas sobre estas, como só colhemos informes indirectos, não temos elementos suficientes para fundamentar uma certeza.

Tratando-se duma necrópole cuja origem remonta ao século I, que sobreviveu durante o século II, mas que não deve ter ido além do século III, não admira, pois, que o rito da incineração ali se praticasse quase exclusivamente. Apesar da frequência das incinerações, não tivemos, porém, notícia da existência de qualquer lugar onde se procedesse à cremação dos cadáveres; apenas na sepultura indicada no Grupo XIII (*Pl. III*) encontramos vestígios do cadáver ter sido incinerado na própria fossa, antes de ser colocado na urna respectiva.

O processo usual de enterramento por nós verificado nesta necrópole resume-se na abertura duma simples fossa com diâmetro idêntico ao da urna que lhe estava destinada. Esta encontrava-se geralmente tapada — com mós, fragmentos de lajes, restos, lápides, pequenas tijelas, etc. Infelizmente, num grande número de casos aqui registados, como não pudemos assistir aos trabalhos da sua remoção, as tampas já se encontravam separadas das respectivas urnas.

Todo o recinto da necrópole era atravessado (*Pl. III*), por paredes de alvenaria, umas apresentando acabamento mais cuidado, outras de fabrico grosseiro, dispondo-se umas, no sentido NE-SO e outras, no sentido NO-SE<sup>(16)</sup>, no interior das quais foram encontrados, em vários pontos, restos de pavimentos de «opus signinum». A partir do dia 8 de Fevereiro, quando as obras do Metropolitan passaram a incidir no sentido poente-nascente da zona destinada às escavações (of.º n.º 20/62), começou a ser posto a descoberto

um conjunto de paredes paralelas entre si que vinham todas ligar à parede transversal NO-SE, desenhando pequenos cubículos (*Pl. III*), todos com comunicação para o exterior. Foi no compartimento da direita, um pouco além da soleira de pedra que cobria o chão da entrada, que se encontrou, enterrada, a urna com os restos mortais da escrava Creusa (*Est. XII, 70 e 71*). O pavimento destas construções andava pela cota dos 5,80 m a 6 m; a urna situava-se a uma profundidade de 7,50 m. Apesar do desnível, parece-nos não ser de pôr a hipótese de se tratar de elementos independentes ou de épocas diferentes e, a reforçar esta correlação, podemos invocar o facto do conjunto de urnas reunidas no Grupo II, aliás situadas do mesmo lado do paredão transversal que parece dividir o recinto da necrópole em duas secções distintas<sup>(17)</sup>, terem sido encontradas a uma cota de cerca de 5,30 m. Fazendo parte da necrópole, como tudo parece indicar, é possível relacionar-se com algum *columbarium* possivelmente ali existente.

### III — ANÁLISE DO MOBILIÁRIO E CRONOLOGIA

Por se tratar de achados ocasionais, feitos ao sabor dos progressos duma grande obra (agravada a situação por não ter sido possível, num grande número de casos, observar os objectos «in situ», recebendo muitas das informações que aqui deixamos registadas de pessoas sem qualquer preparação científica), não podemos apresentar dados rigorosos sobre a posição relativa dos vários enterramentos. Para remediar esta lacuna, tentámos, na medida do possível, registar sempre as cotas a que se encontravam os objectos e construções, quer directamente — e estas geralmente foram feitas pelo topógrafo da C. M. L., Sr. Costa Lima, e podem considerar-se rigorosas — ou indirectamente, medindo a cota do local que nos era indicado pelo pessoal que assistira ao aparecimento da peça quando, porém, esta já se encontrava retirada; ou ainda aceitando as medidas que nos eram fornecidas pelo pessoal do Metropolitan que foi incansável em colaborar connosco na recolha de elementos.

Faltando-nos os dados precisos que só uma escavação que respeitasse a estratigrafia nos poderia fornecer, tivemos de nos reportar, para a determinação da cronologia, à análise comparativa do mobiliário.

Entre o mobiliário funerário desta necrópole e o das necrópoles ou pequenas zonas de enterramento da cidade romana já hoje conhecidas, nota-se visível identidade, revelando, no seu conjunto, duma forma geral, grande modéstia. Apenas o grupo encontrado no Campo de Santa Clara — se na descrição que dele nos ficou podemos fazer fé — apresenta-se com maior requinte, com predominância de urnas de vidro e oferendas mais ricas o que indica que estas sepulturas pertenciam a pessoas das classes mais abastadas. No grupo de enterramentos posto a descoberto entre a Rua de Lázaro Leitão e da Cruz da Pedra, não há qualquer referência a urnas de vidro que já são citadas, ainda que envolvidas por recipientes de barro, entre o mobiliário do cemitério situado na Calçada do Garcia. No espólio que recolhemos na necrópole da Praça da Figueira, figura apenas um bordo de urna de vidro (*Est. X, 57*) o que indica que se eles não predominavam, foram também ali utilizados. Todo o outro material, porém, oferece grande identidade<sup>(18)</sup>.

Efectivamente, na necrópole da Praça da Figueira, agora estudada, a maior parte dos enterramentos foram feitos nas vulgares urnas de barro cozido, de fabrico mais ou menos grosseiro, de bojo ventruado e desasadas, ou em quaisquer outras vasilhas de uso corrente que se puderam adaptar àquele fim — *ampborae, dolia*, etc. — e uma ou outra urna de chumbo que também se encontram citadas entre o mobiliário funerário da Calçada do Garcia. Todos estes vasos são de fabrico banal, correntes no comércio romano durante um longo período; impressiona, apenas, pela sua forma desusada e por terem sido ajeitados propositadamente à função de urnas cinerárias pelo corte do gargalo e asas, as duas ânforas representadas, respectivamente, na *Est. XI, 60* e *Est. XII, 70* e que têm o n.º 20 na classificação de Dressel. Estas, porém, como estiveram em uso do século I ao século V a. c. não nos podem oferecer elementos cronológicos precisos.

Entre o mobiliário que constituía as oferendas do defunto também nada há de notável a registar. Na maior parte dos casos, as urnas apresentavam-se apenas com o seu recheio funerário de cinzas, carvões e ossos e vazias de qualquer oferenda; em alguns casos, porém, registamos a presença dos vulgares recipientes de vidro azulado (*ampullae, unguentaria*, uma pequena taça) e no Grupo I, um conjunto de recipientes de «terra sigillata» rutená, com as respectivas marcas figuradas, em circulação no século I d. c. que, se não impressionam pelas formas que são banais e o acabamento — a camada de verniz dum castanho avermelhado vivo, apresenta-se manchada — impõe-se pelo óptimo estado de conservação em que foram encontrados. Com este material foi recolhida uma *lucerna* com o *discus* decorado com um baixo relevo representando uma *cratera* com ramagens, semelhante a um exemplar que tem no «Catálogo de lucernas romanas» de Bairrão Oleiro <sup>(1)</sup> o n.º 30 e que aquele arqueólogo data do século II; ainda foi recolhida uma outra (*Est. XI, 64*), de barro avermelhado e com decoração simples, geometrizar, que já deve situar-se no século III. Entre as oferendas, são em maior número os pequenos potes de bojo redondo e gargalo cilíndrico ou divergente, de argila fina, de cor clara ou de grés cinzento, ou os pequenos vasos em forma de urna com duas asas, estes, regra geral, de pasta mais grosseira, mas que, para efeitos de cronologia, poucos elementos nos podem fornecer, sendo vulgares num período mais ou menos longo.

Os dados mais precisos sobre cronologia são-nos fornecidos pelas lápides cuja descrição e comentário constam do capítulo seguinte e que são datáveis, a mais antiga, possivelmente do século I, e as restantes, do século II ou mesmo do século III.

(1) Este relatório foi elaborado e entregue nos Serviços de Museus da C. M. L. em 5 de Março de 1962.

(2) *Hist. de S. Domingos*, liv. III, Cap. XVII.

(3) Aterragens sucessivas tem sofrido aquela zona e a do Rossio, tendo nós notícia pelo menos de duas: a primeira na época de D. Manuel e a segunda quando da terraplenagem da zona sob os ordens do Marquês de Pombal. Só assim se explica que aquela estação romana se encontre a uma tão grande profundidade.

(4) Posteriormente o Prof. Manuel Heleno publicou o relatório que então apresentou à Junta Nacional de Educação (*Ethnos*, vol. IV, 1965).

(5) Luís Marinho de Azevedo, *Fundações, Antiguidades e Grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa*, 1652, Liv. III, Cap. VIII, II Parte.

(6) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. I, Cap. IX.

(7) *Idem*, Cap. XIII.

(8) Logo que o distinto Olisipógrafo, Sr. Matos Sequeira, soube do aparecimento das primeiras urnas na Praça da Figueira, quis ter a bondade de chamar a minha atenção para esta notícia.

(9) Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*, Lx, 1944.

(10) F. Alves Pereira, *A necrópole de Olisipo e a via militar*, in «O Arq. Port.», V XXVI, 182-186.

(11) As duas lápides funerárias encontradas numas escavações em frente de S. Domingos e que entraram no Museu Etnológico Português em 1898 devem considerar-se como pertencentes a esta necrópole (L. V., Arq. Port., vol. V, pág. 173 e Vol. XXVIII, pág. 378).

(12) Em 1944 novo cemitério da época luso-romana foi posto a descoberto quando da abertura da avenida que liga o Aeroporto de Lisboa ao Poço do Bispo, no sítio chamado *Poço de Cortez* (Vieira da Silva, *Dispersos*, vol. I, pág. 301). Este, porém, está situado muito longe da área da Olisipo romana, para se poder considerar como pertencendo-lhe.

(13) Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lx., 2.ª ed., 1939.

(14) Por alturas do 6.º pilar (Vide esquema de Fig. 12), quando as Obras do Metropolitano de Lisboa aprofundavam a galeria central abaixo da cota dos 10 m, começou a aparecer, de mistura com a camada de terra arenata que a constitui, grandes quantidades de conchas de mariscos e também fragmentos de osso: que fiz recolher com as outras peças provenientes do local, no Depósito Municipal da Avenida da República (antigo Mercado Geral de Gados). Trata-se, porém, dum a cota que já se encontra abaixo do nível médio das águas do Tejo. Tratar-se-á de depósitos arrastados pelas próprias águas?

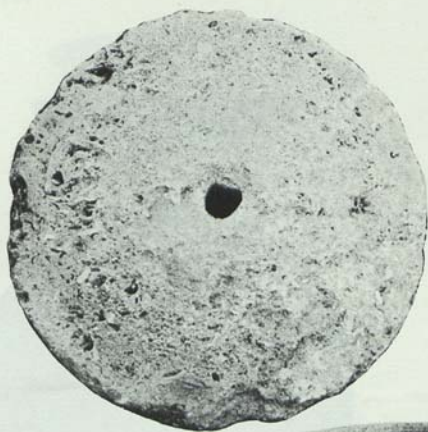
(15) Esta orientação respeitada em todas as construções levantadas naquele local em várias épocas — época romana, época medieval (?) e Hospital Real de Todos-os-Santos, foi determinada pela orientação do regueiro que ali passava, mais tarde canalizado na grande conduta de água que pusemos a descoberto quando ali procedemos a escavações em Agosto-Setembro de 1960 (vide *Relatório das Escavações para pôr a descoberto o Hospital Real de Todos-os-Santos*, publicado na *Revista Municipal* a partir dos n.ºs 101 e 102, 1964). Esta orientação só foi desrespeitada depois da aterragem mandada fazer pelo Marquês de Pombal e o alinhamento das várias fachadas do Rossio.

(16) Poderá significar uma divisória de acordo com a condição social, sendo um dos sectores reservado aos escravos.

(17) Quando este trabalho se encontrava na tipografia prestes a sair, foi publicado o «Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades» da Biblioteca Nacional de Lisboa, organizado por I. Alarcão e Manuela Delgado, onde figura, sob o n.º 53, uma urna de vidro tendo no interior uma nota manuscrita com a indicação de ter sido encontrada «entre o Limoeiro e a Graça na ocasião de se meter a canalização para a água».

Será de relacionar com o conjunto descoberto nas imediações do Campo de Santa Clara, referido por Marinho de Azevedo?

(18) Bairrão Oleiro, *Catálogo de lucernas romanas*, Coimbra, 1952.



2



14



3



11



12



13



4



5



6



7



9



8



10



15



16



17



18



19



20



21



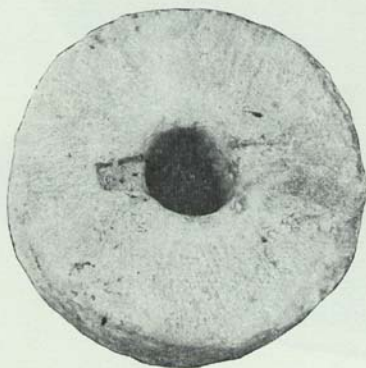
22



45



46



62



42



47







24



29



27



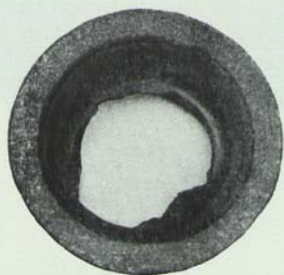
26



30



28



25



32



31



33



34



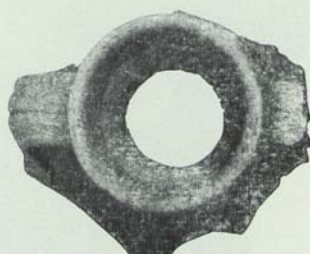
35



37



38



36



40



41





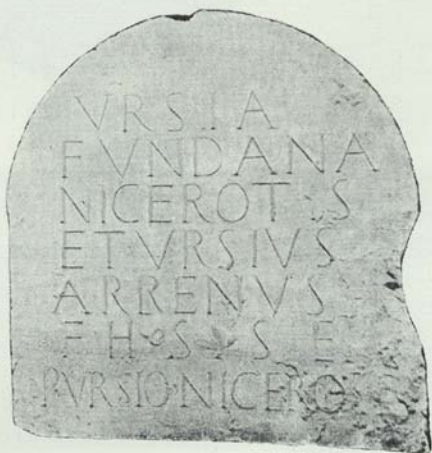
48



50



51



43



55



52



53



54



56



61



64



63



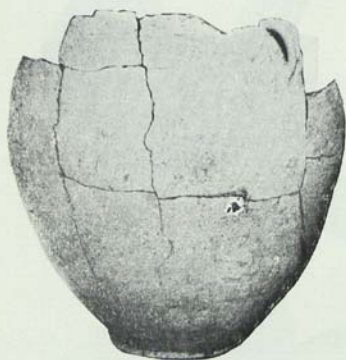
60



65



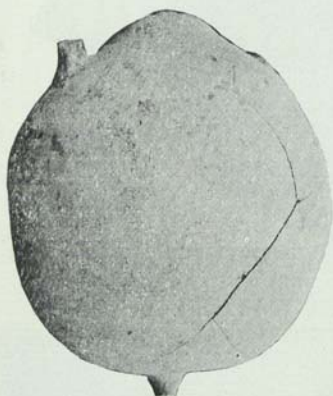
58



68



69



70



71



67



66

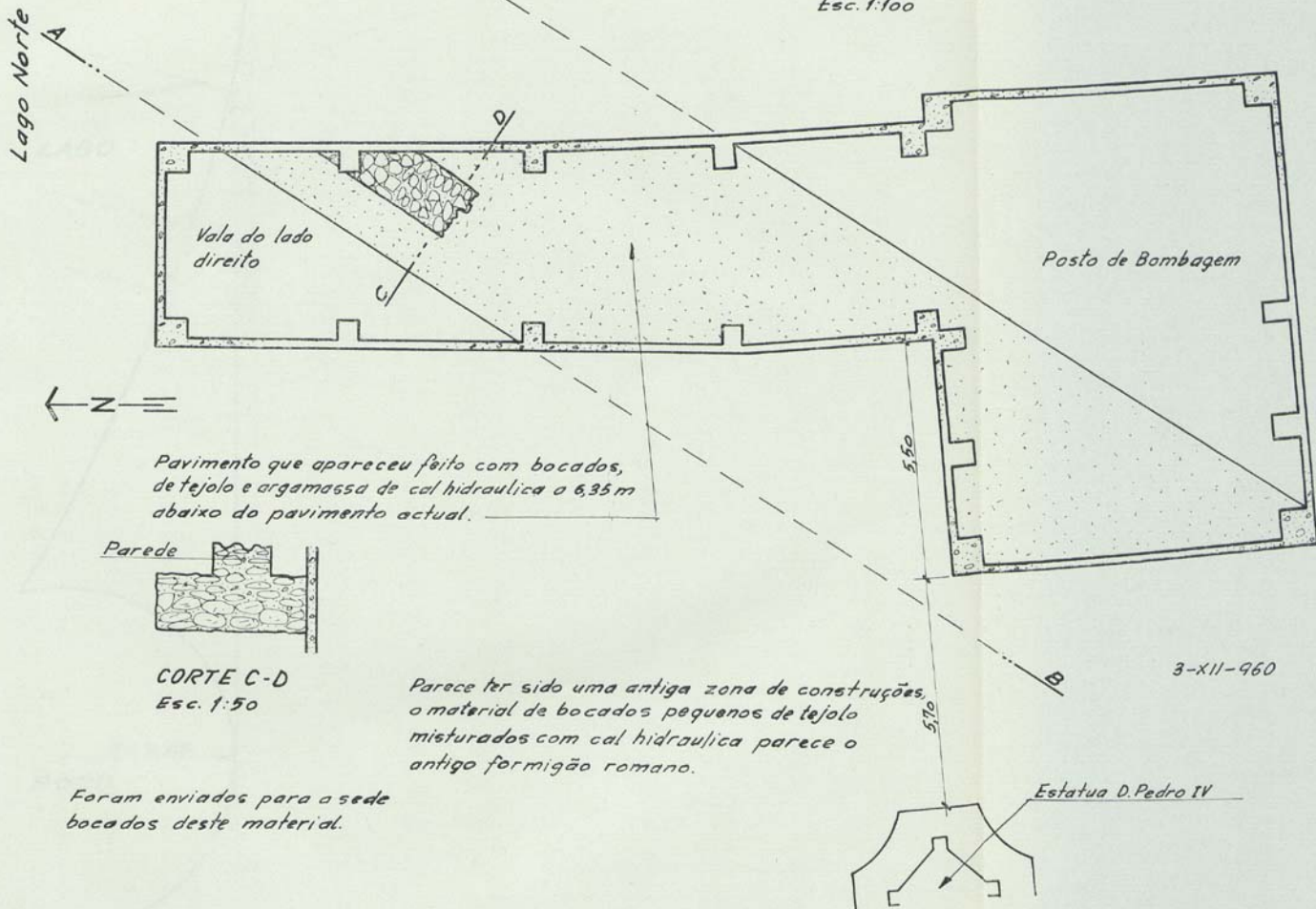




Rossio

PLANTA

Esc. 1:100

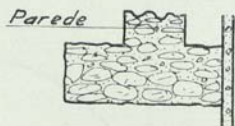


Lago Norte

Vala do lado direito

Posto de Bombagem

Pavimento que apareceu feito com bocados, de tijolo e argamassa de cal hidráulica a 6,35 m abaixo do pavimento actual.

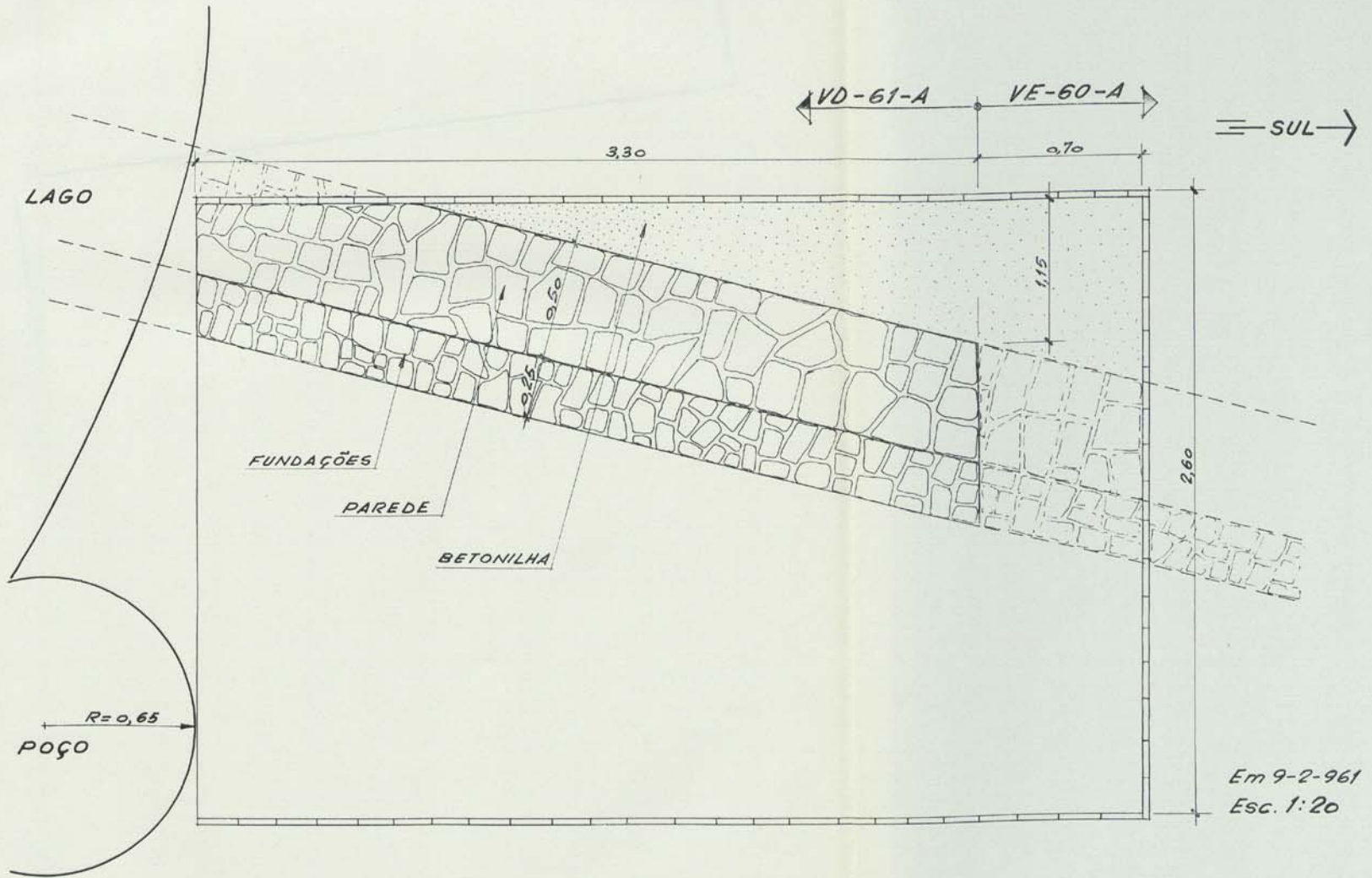
CORTE C-D  
Esc. 1:50

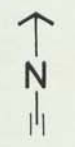
Parece ter sido uma antiga zona de construções, o material de bocados pequenos de tijolo misturados com cal hidráulica parece o antigo formigão romano.

3-XII-960

Foram enviados para a sede bocados deste material.

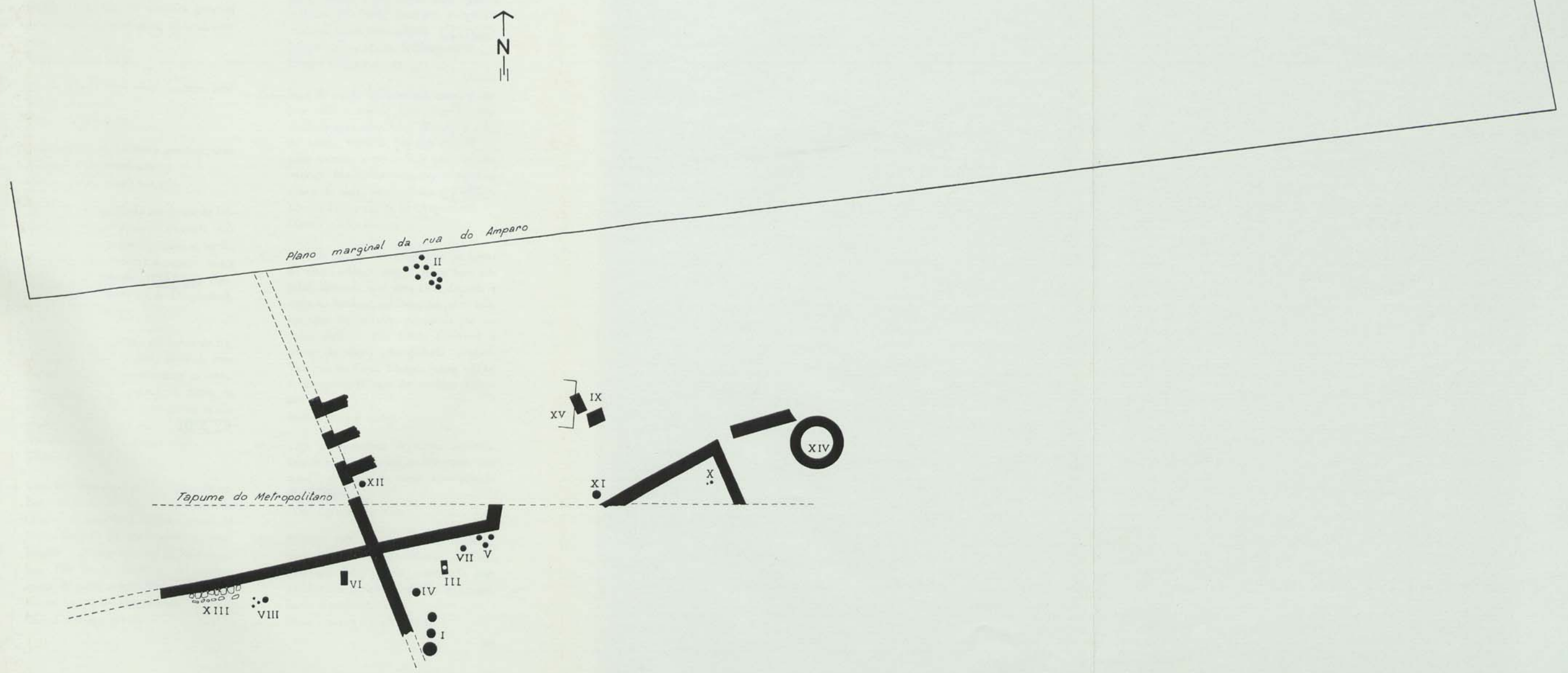
Estatua D. Pedro IV





*Plano marginal da rua do Amparo*

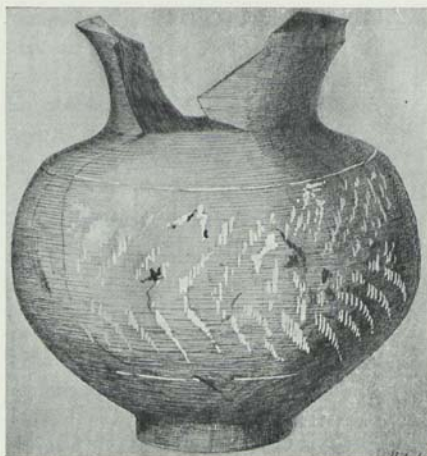
*Tapume do Metropolitano*



IV — DESCRIÇÃO DO ESPÓLIO  
RECOLHIDO

GRUPO I

- 1 — Fragmento de vaso de cerâmica grosseira de cor clara. O vaso servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,21 × 0,19.
- 2 — Mó de granito com uma das faces levemente cônica.  
Dims.: 0,39 × 0,07.
- 3 — Urna cinerária de cerâmica grosseira; bojo ventruado e grosso rebordo.  
Dims.: 0,21 × 0,203 × 0,155.
- 4 — Taça de «terra sigillata» em forma de fruteiro de pé baixo (*paterna*) decorada com caneluras dispostas paralelamente ao bordo. No centro (face interior), a seguinte marca de oleiro estampilhada **QARDA**. Aparentada com a forma 17 de Dragendorff.  
Dims.: 0,172 × 0,40.
- 5 — Taça de «terra sigillata» em forma de fruteiro de pé baixo (*paterna*) decorada com caneluras dispostas paralelamente ao bordo. No centro (face interior), a marca do oleiro estampilhada da qual apenas se distinguem as primeiras letras **OFL**.  
Mesma forma 17 de Dragendorff.  
Dims.: 0,165 × 0,037.
- 6 — Taça de «terra sigillata» em forma de calote esférica assente sobre base circular, decorada com uma faixa disposta à volta do bordo, limitada por um rebordo na parte inferior e preenchida com incisões verticais. No fundo (interior), a seguinte marca de oleiro estampilhada **ABVCAP**.  
Forma 24/25 de Dragendorff.  
Dims.: 0,054 × 0,119.
- 7 — Taça de «terra sigillata» em forma de calote esférica assente sobre base circular, decorada com uma faixa disposta à volta do bordo, limitada por um rebordo na parte inferior e preenchida com incisões verticais. No fundo (interior) a seguinte marca de oleiro estampilhada **CVLO**.  
Mesma forma 24/25 de Dragendorff.  
Dims.: 0,054 × 0,124.
- 8 — Taça de «terra sigillata» em forma de calote esférica assente sobre base circular, decorada com uma faixa disposta à volta do bordo, limitada por um rebordo na parte inferior e preenchida com incisões verticais. No fundo (interior), a seguinte marca de oleiro estampilhada **SEMOM**.  
Mesma forma 24/25 de Dragendorff.  
Dims.: 0,06 × 0,123.
- 9 — Pequena taça de «terra sigillata» em forma de calote esférica assente sobre base circular, decorada com uma faixa disposta à volta do bordo e, limitada, na parte inferior, por um rebordo, percorrida por incisões verticais. No fundo (interior) a marca do oleiro estampilhada, ilegível. Vestígios de fumo. Mesma forma 24/25 de Dragendorff, mas de menores dimensões.  
Dims.: 0,03 × 0,069.
- 10 — Taça acampanulada de «terra sigillata» assente sobre base circular. No fundo (interior), a marca do oleiro estampilhada **RVFIND**.  
Dims.: 0,066 × 0,123.
- 11 — Pequeno pote de grés cinzento uniforme, de paredes finas. Bojo redondo, decorado com uma larga banda preenchida com incisões em espinha, realçadas a branco; bordo divergente.  
Dims.: 0,103 × 0,098 × 0,06.



- 12 — Pequeno pote de grés cinzento uniforme, de paredes finas. Bojo redondo contornado por caneluras na parte superior e inferior; bordo divergente. Vestígios de pintura a branco.

Dims.: 0,105 × 0,09 × 0,07.

- 13 — Pequeno vaso de cerâmica vulgar em forma de urna com duas asas.

Dims.: 0,09 × 0,09 × 0,082.

- 14 — Lucerna de cerâmica de pasta fina, cor clara, com o *discus* decorado com uma taça (*cratera*) de pé alto com ramagens, em baixo-relevo.

Dims.: 0,102 × 0,093 × 0,028.



- 15 — Taça campaniforme de vidro fosco, branco, de paredes muito finas.

Dims.: 0,075 × 0,10.

- 16 — Pequeno frasco alongado (gargalo no prolongamento do bojo), de vidro azulado; bordo divergente. Lacrimatório.

Dims.: 0,108 × 0,025.

- 17 — Pequeno frasco alongado (gargalo no prolongamento do bojo), de vidro azulado; bordo divergente. Lacrimatório.

Dims.: 0,112 × 0,03.

- 18 — Pequeno frasco periforme de vidro azulado; bordo com gola plana. Unguentário.

Dims.: 0,075 × 0,059.

- 19 — Pequeno frasco de vidro azulado; bojo arredondado com o fundo levemente achatado; gargalo alto, cilíndrico, e bordo divergente. Unguentário.

Dims.: 0,067 × 0,034.

- 20 — Pequeno frasco de vidro azulado; bojo tendendo para periforme; gargalo alto, cilíndrico e bordo divergente. Unguentário.

Dims.: 0,065 × 0,028.

- 21 — Pequeno frasco de vidro azulado; bojo arredondado; gargalo alto, cilíndrico e bordo divergente. Unguentário.

Dims.: 0,059 × 0,031.

- 22 — Pequeno frasco de vidro azulado; bojo arredondado com o fundo levemente achatado; gargalo quebrado. Unguentário.

Dims.: 0,045 × 0,045.

#### GRUPO II:

- 23 — Grande urna cinerária de cerâmica grosseira com duas pegas (uma delas quebrada); bojo saliente e rebordo formando pequena gola; a parte superior do bojo decorada com uma estreita faixa formada por duas paralelas, percorrida por zigzagueado.

Dims.: 0,575 × 0,49 × 0,325.

- 24 — Fragmento de grande urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzido à parte do fundo e do bojo ventruado.  
Dims.: 0,405 × 0,445.
- 25 — Urna cinerária de cerâmica grosseira; bojo arredondado e saliente e grosso rebordo. Tampa em forma de tijela de fundo plano e bordo com rebordo divergente.  
Dims.: (urna) — 0,205 × 0,22 × 0,175.  
Dims.: (tampa) — 0,06 × 0,17.
- 26 — Urna cinerária de cerâmica grosseira; bojo arredondado e saliente e grosso rebordo.  
Dims.: 0,25 × 0,235 × 0,16.
- 27 — Urna cinerária de cerâmica grosseira; bojo arredondado e saliente e grosso rebordo.  
Dims.: 0,20 × 0,19 × 0,147.
- 28 — Vaso de cerâmica grosseira com duas asas (uma delas quebrada); bojo saliente e bordo divergente. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,178 × 0,175.
- 29 — Urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzida ao fundo e parte do bojo.  
Dims.: 0,153 × 0,19.
- 30 — Urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzida ao fundo e parte do bojo.  
Dims.: 0,125 × 0,19.
- 31 — Urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzida ao fundo e parte do bojo.  
Dims.: 0,17 × 0,205.
- 32 — Urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzida ao fundo e parte do bojo.  
Dims.: 0,195 × 0,202.
- 33 — Urna cinerária de cerâmica grosseira, reduzida ao fundo e parte do bojo.  
Dims.: 0,165 × 0,22.
- 34 — Pequeno vaso de cerâmica de paredes finas, de cor esbranquiçada; bojo saliente, bordo divergente e duas asas (uma delas quebrada).  
Dims.: 0,095 × 0,095 × 0,061.
- 35 — Pequeno vaso de grés cinzento uniforme, reduzido ao fundo e parte do bojo ovóide.  
Dims.: 0,08 × 0,09.
- 36 — Fragmento de ânfora de cerâmica vulgar, reduzido ao bordo, parte do gargalo, uma asa e parte de outra.  
Dims.: 0,10 × 0,102.
- 37 — Pé de ânfora.  
Alt.: 0,23.
- 38 — Fragmento de vaso reduzido ao bordo e gargalo.  
Diâmetro (bordo) = 0,088.
- 39 — 5 fragmentos de placas de mármore que serviam de tampas a algumas das urnas descritas.
- 40 e 41 — Dois fragmentos de tijoleira tendo ambos, numa das faces, três caneluras paralelas, formando arco de ogiva. Serviam de tampa a urnas.
- 42 — Pequeno frasco periforme de vidro azulado; bordo divergente. Lacrimatório.  
Dims.: 0,052 × 0,02.

GRUPO III:

- 43 — Lápide com inscrição funerária e cabeceira arredondada; lioz.

VRSIA  
FVNDANA  
NICEROTIS  
ETVRSIVS  
ARRENVS  
F·H·S·S·ET  
P·VRSIONICEROTIS

Leitura: VRSIA FVNDANA NICE-  
ROTIS ET VRSIVS ARRENVS F(ili),  
ponto de separação, H(ic), *hederae* distin-  
guentes, S(it), pequeno ramo, E(st) ET  
P(ublio), ponto de separação, VRSIO  
ponto de separação, NICEROTIS (Filio).

*Tradução:* Ursia Fundana e Ursto Arrenus, filhos de Niceros ou Nicerote. Aqui estão sepultados. E a Publio Ursto (filho) de Niceros ou Nicerote.

Dimensões da lápide: 0,435 × 0,425.  
Dimensões das letras: (primeiras 5 linhas): 4 cm; (última na linha): 3,5 cm.

*Comentário filológico e cronológico:* Trata-se duma lápide funerária dedicada a 3 membros da mesma família, possuindo o mesmo *nomen*—VRSIVS/a — possivelmente três irmãos, filhos dum indivíduo que usa o *cognomen* de origem grega NICEROS/otis, relacionado com os radicais *Niké* (Vitória) e *Eros* (Amor). É um dos raros exemplos em que o *praenomen* do pae é substituído pelo sobrenome (*cognomen*).

Não há qualquer indicação da idade dos sepultados, mas os dois primeiros devem ter morrido crianças, pois, ao segundo, VRSIVS ARRENVVS, não lhe inscreveram o *praenomen*, o que era usual em relação às mulheres, mas que só acontecia em relação aos homens, principalmente até ao Século II, quando morriam antes de envregar a toga viril, altura em que passavam a ter direito ao uso do *praenomen* (Cagnat, *Cours d'Épigraphie latine*). O último, P. VRSIO, deve ter morrido muito velho, pois as características da parte da inscrição que lhe dizem respeito, indicam uma época sensivelmente mais tardia

Todos os *nominà* e *praenomina* que aparecem nesta lápide, com excepção de NICEROTIS, já eram conhecidos na epigrafia peninsular.

Neste exemplar, aliás traçado com grande esmero — ainda se nota, por baixo das letras, o traço auxiliar para evitar irregularidades — notam-se nitidamente duas épocas. Efectivamente, a partir da partícula ET, verifica-se uma mu-

dança no tamanho e características das letras, o que indica que esta parte da inscrição foi insculpida numa data mais tardia. Estas diferenças resumem-se no seguinte:

- 1.º — *Tamanho das letras* — nas primeiras 6 linhas medem 4 cm, na última, apenas 3,5 m; esta diferença, porém, pode ter sido motivada pela necessidade de ganhar espaço, pois, apesar dessa economia, a inscrição, como nos indica a leitura, ficou incompleta.
- 2.º — *Tipo de letra* — até ao ponto assinado como pertencendo a uma época mais tardia, as letras são do tipo capital, limitadas por traços quase imperceptíveis, o que nos leva a colocar esta parte da inscrição ainda no Século I; a última parte da inscrição, traçada com maior irregularidade, já apresenta certos artificios, como a maneira de traçar o T com a haste superior curta e lembrando um til, características que aparecem nas inscrições a partir do século II (Cagnat, *Cours d'Épigraphie latine*).

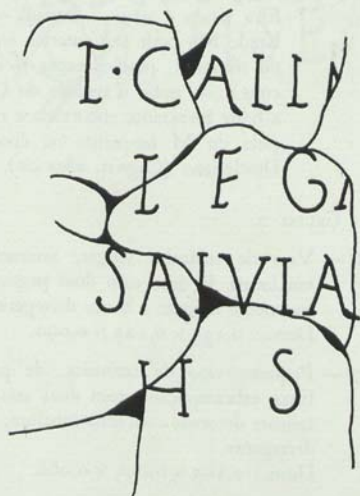
44 — Fragmento de pavimento de *opus signinum* sob o qual situava-se a sepultura de que fazia parte a lápide n.º 43.

#### GRUPO IV:

- 45 — Cofre de chumbo em forma de caixa rectangular com tampa. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,135 × 0,080 × 0,100.
- 46 — Pequeno frasco periforme de vidro azulado, bordo com gola plana. Lacrimatório.  
Dims.: 0,075 × 0,038.
- 47 — Pequeno pote de cerâmica de paredes finas, de cor esbranquiçada; bojo de perfil angular e bordo levemente divergente, com uma canelura um pouco acima do vértice do ângulo; asas quebradas.  
Dims.: 0,102 × 0,09 × 0,082.

GRUPO V:

- 48 — Urna de chumbo em forma de vaso de corpo cilíndrico, com tampa.  
Dims.: (com tampa) 0,29 × 0,27.
- 49 — *Dolium* de cerâmica grosseira de cor clara com duas pegas; bojo ovóide, ventrudo; rebordo saliente. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,82 × 0,59 × 0,33.
- 50 — Ânfora de cerâmica grosseira de cor clara, reduzida à metade superior. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,43 × 0,32 × 0,13.
- 51 — Fragmento de lápide com inscrição funerária, constituído por pequenos fragmentos colados; lioz.



*Leitura:* T(ito) ponto de separação CALL(aeo), T(iti) F(ilio) GALERIA(tribu) SALVIA(no) H(ic) S(it)(Est.).

*Tradução:* A Tito Callaeo Salviano, filho de Tito, da tribo Galéria. Aqui está sepultado.

Dimensões da lápide: 0,36 × 0,195.  
Dimensões das letras 0,03; 0,032; 0,033.

*Comentário filológico e cronologia:* O *nomen* CALLAËUS encontra-se em

Hubner (*C. I. L.*, vol. II, n.º 5191), numa inscrição de Pax Julia; aparece também a forma feminina CALLAËA, (vol. II, n.º 4999); pusemo-la, porém, de parte por o *nomen* se apresentar acompanhado do *praenomen*, o que só acontecia, tratando-se de sepulturas femininas, em épocas muito antigas. O *cognomen* SALVIANUS também já é conhecido em várias inscrições encontradas na Península. A tribo Galéria pertenciam grande parte das famílias que povoaram a região de Lisboa e Sintra (Hubner, *C. I. L.*, vol. II; Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*; Mário Cardoso, *Catálogo das Inscrições luso-romanas do Museu de S. Miguel de Odrinhas*). Quanto à cronologia esta lápide é nitidamente posterior à primeira parte da lápide n.º 43 e, possivelmente, mesmo à segunda. Os T aparecem com traçado semelhante aos da última parte daquela lápide, mas o preciosismo no traçado das outras letras, já com nítidas influências da escrita uncial, o traço dos L muito curto e recurvo, o G com haste reentrante recurvada, coloca esta lápide nos finais do século II ou mesmo no século III.

- 52, 53 e 54 — Asas de vasos de vários formatos com as seguintes dimensões: 0,23; 0,195; 0,16.
- 55 — Fragmento de ânfora reduzida a parte do gargalo e uma asa.  
Alt. = 0,17.
- 56 — Pé de ânfora.  
Alt. = 0,155.
- 57 — Fragmento de bordo de urna de vidro grosso, azulado.  
Diâmetro: 0,135.

GRUPO VI:

- 58 — 3 pequenos fragmentos dum crâneo.
- 59 — 4 tijoleiras com as seguintes dimensões: 0,44 × 0,29; 0,31 × 0,435; 0,44 × 0,305; 0,445 × 0,305.



GRUPO VII:

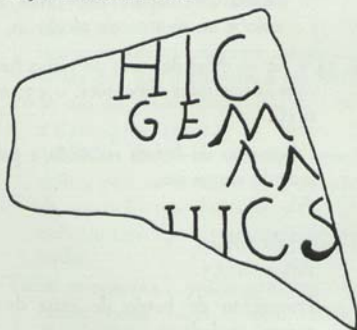
- 60 — Vaso de cerâmica grosseira de cor clara, em forma de ânfora ventruda e com pequeno pé. Gargalo e asas cortadas intencionalmente. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,475 × 0,445.

GRUPO VIII:

- 61 — Fragmento de vaso de cerâmica grosseira, de cor avermelhada, reduzido a parte do bojo cilíndrico.  
Dims.: 0,28 × 0,265.
- 62 — Mó discoidal de granito, de pequeno diâmetro.  
Dims.: 0,265 × 0,16.
- 63 — Taça de cerâmica vulgar, amarelo-avermelhada, assente sobre base circular; perfil formando ângulo obtuso.  
Dims.: 0,08 × 0,182.
- 64 — Lucerna de cerâmica amarelo-avermelhada. O *discus* decorado com incisões irradiantes a partir do orifício central.  
Dims.: 0,10 × 0,08 × 0,032.

GRUPO IX:

- 65 — Pequeno fragmento de lápide com inscrição funerária; lioz.



Leitura provável: ..... H(ic)  
(St) (Est) GEM(inia) ou GEM  
(ella) AN(norum) ..... HIC  
S(it) (Est).

Tradução provável: Fulano. Aqui está sepultado. A Gemínia ou Gamella de... anos de idade. Aqui está sepultada.

Dimensões do fragmento: 0,20 × 0,195.  
Dimensões das letras: 0,045; 0,04; 0,023.

*Comentário filológico e cronologia:* A não ser que se trate duma sepultura de criança e, então poderíamos ter GEMINIUS em vez de GEMINIA (ambos aparecem em Hubner), o radical GEM que se lê na inscrição deve pertencer a um *nomen* feminino, pois não se faz acompanhar do *praenomen*, como é vulgar tratando-se de machos adultos.

Pelas razões aduzidas em relação à lápide n.º 51 — nesta, a irregularidade da letra ainda é mais acentuada — esta lápide não pode ser anterior aos fins do século II, possivelmente já do século III — notar o traçado do G com a haste reentrante encurvada e no traçado do M frequente na época de Diocleciano (Cagnat, *obra cit.*).

GRUPO X:

- 66 — Vaso de cerâmica vulgar, avermelhada, em forma de urna com duas pegas; bojo levemente saliente e bordo divergente.  
Dims.: 0,135 × 0,125 × 0,090.
- 67 — Pequeno vaso de cerâmica, de paredes finas, esbranquiçada, com duas asas; bojo saliente decorado com uma canelura; bordo divergente.  
Dims.: 0,105 × 0,095 × 0,068.

GRUPO XI:

- 68 — Grande *dolium* de cerâmica grosseira, reduzido ao fundo e parte do bojo ventrudo. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,74 × 0,73 (?).
- 69 — Fragmento de pequeno vaso de cerâmica de paredes finas, de cor acastanhada; bojo redondo, saliente, decorado com uma banda preenchida por pequenos traços incisos; bordo divergente.  
Dims.: 0,117 × 0,092.

GRUPO XII:

- 70 — Vaso de cerâmica grosseira, clara, em forma de ânfora ventruda e com pequeno pé; gargalo e asas cortadas intencionalmente. Servia de urna cinerária.  
Dims.: 0,55 × 0,45.
- 71 — Lápide com inscrição funerária em mármore (bastardo) rosado escuro (constituída por três fragmentos colados);

CREVSA AVI  
IAE SER ANN  
XVI HSE

*Leitura:* CREVSA ponto de separação AVITAE ponto de separação SER(va) ponto de separação ANN(orum)XVI H(ic) S(it) E(st).

*Tradução:* A Creusa, escrava de Avita, de 16 anos de idade. Aqui está sepultada. Dimensões da lápide: 0,315 × 0,355. Dimensões das letras: entre 0,04 e 0,045.

*Comentário filológico e cronologia:* O nome CREVSA que parece de origem grega, não se encontra em Hubner. AVITA é um *cognomen* vulgar na Península. Certos preciosismos usados no traçado das letras, os traços horizontais dos T, dos E, a perna do A recurvada e o traço horizontal do L muito reduzido, colocam esta lápide numa época não anterior ao século II.



*A melopeia dos pregões é música,  
deliciosa música, nativa  
no coração do povo. Em cada nota  
diz-nos muito; na letra e na harmonia  
solta eflúvios de campo, lembra as hortas  
do Areeiro, os pomares de Benfica,  
as latadas de Loures, a fragrância  
das sebes nas sombrias azinhagas,  
as fainas das bandadas casaleiras.*

*Pregões da Primavera no Bairro Alto,  
nas vielas de Alfama ou do Castelo,  
lembro-me bem das íntimas saudades,  
que na mente dorida me acordáveis,  
quando, longe dos meus, em plaga estranha,  
destes torrões natais curti a ausência.*

*Entre as grandezas triunfais de Londres,  
de Paris entre as galas e os sorrisos,  
do Faial entre as tépidas aragens,  
da branca Moçambique entre os deleites,  
e entre o amargoso retroar do Oceano,  
eu só escutava na memória da alma  
as sabidas vetustas melodias  
dos pregões desta mágica Lisboa. . .*

JÚLIO DE CASTILHO

PREGÕES  
DE LISBOA,  
MÚSICA  
DO CORAÇÃO  
DO POVO



**INAUGURAÇÃO  
DO  
MONUMENTO  
A  
GUERRA JUNQUEIRO**

*1910*

No passado dia 19 de Janeiro, com a assistência de algumas individualidades civis e militares, foi inaugurado na Praça de Londres, em Lisboa, o monumento ao poeta Guerra Junqueiro.

Durante a cerimónia usou da palavra, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que afirmou:

«Quando no ano de 1950 se comemorou com carácter nacional o centenário de Guerra Junqueiro, constituiu-se uma comissão de honra de que fizeram parte personalidades do maior relevo na vida intelectual portuguesa. Verificaram-se sessões solenes na Academia das Ciências e na Câmara Municipal de Lisboa, completadas com cerimónias no Mosteiro dos Jerónimos e em Freixo de Espada à Cinta terra natal do poeta. A todos esses actos se associou o Governo da Nação, na pessoa do então Ministro Sr. Almirante Sarmento Rodrigues.

Formulou-se nessa altura o desejo da construção desta estátua, que 17 anos depois se inaugura, próximo da Avenida que tem o nome do poeta.

Da sua execução foi incumbido o escultor Lagoa Henriques, um valor do nosso tempo, autor de vários trabalhos de mérito e cujo nome fica a subscrever um monumento a mais nas ruas de Lisboa.

A presença da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Isabel Guerra Junqueiro concede relevo a este acto pela constante devoção e corajosa defesa da memória de seu pai; a ela se dirigem os meus respeito.

Em nome da Câmara Municipal e no meu próprio agradeço muito reconhecido a aceitação do convite que formulei para falarem neste acto ao Senhor Conselheiro Doutor Trigo de Negreiros figura de alto relevo na vida intelectual portuguesa e transmontano ilustre com altos serviços prestados ao País bem como ao Senhor Dr. Luís de Oliveira Guimarães, escritor e conferencista de primeiro plano pelo brilho da sua palavra e do seu espírito.

O Município ao levar por diante esta homenagem quis que pudesse ser evocado, acima de tudo, o poeta que por seu talento nos legou composições que honram a literatura nacional.

Por seu talento, foi um dos maiores poetas deste século e é desse poeta, totalmente afastado das paixões do seu tempo, que ficará ecoando neste local a magnificência dos seus versos.

A geração de hoje nem toda conhecerá a «Oração à Luz» ou a «Oração ao Pão», nem a «Musa em Férias» e «Cs Simples» onde se sucedem obras de real e profunda inspiração, eloquentes, impressionantes, fluentes, duma naturalidade que assombra.

E são inúmeras as composições que no meu tempo se repetiam de cor desde a «Morena» ao «Fiel» desde a «Moleirinha» à «Lágrima» desde o « regresso ao Lar» (ai há quanto tempo eu parti chorando desse meu saudoso, carinhoso lar! . . .) até aos «Pobrezinhos» (Pobres de pobres são pobrezinhos, almas sem lares, aves sem ninhos . . . Passam em bandos, em alcateias, pelas herdades, pelas aldeias).

A mocidade do meu tempo eternecia-se com a descrição maravilhosa que com tanta simplicidade ele fazia da própria Pátria: «E que Pátria! a mais formosa e linda que ondas do mar e luz do luar viram ainda . . .».

E meditava sobre a eloquente tristeza dessa bela composição «A caminho» e «De regresso» condenando a ambição desmedida e proclamando o culto da vida simples.

É a lição do jovem que parte dominado por um louco sonho e regressa embrulhado em farrapos de desilusão. É o lavrador, a velhinha, a jovem camponesa, a pastora e o mendigo que sucessivamente o queriam desiludir da empresa, são os mesmos que ele encontra passados anos a quando do seu regresso, desiludido e vencido.

Escritores de renome como o Dr. Agostinho de Campos, Embaixador Dr. Augusto de Castro, Padre Moreira das Neves, Dr. Luís de Magalhães, Dr. Joaquim Leitão e Júlio Brandão, profundamente analisaram a vida e obra de Guerra Junqueiro no que elas consideram de reprovável e de louvável, e António Cabral a ele se refere nestes termos:

«Nenhum outro o atinge na magnificência do verso, na variedade e fulgência da rima . . .

Não conheço outro poeta mais opulento no estilo, mais fluente na linguagem, mais subtil no conceito. Nele não se deve admirar o filósofo, nem o político nem o orador, nem o cultor da prosa. É o poeta e só o poeta que mereceu admiração... Se em Guerra Junqueiro houvesse mais intenção psicológica, mais força criadora, menos arrebatamento revolucionário, menor impulso das paixões, o seu estilo maravilhoso teria produzido obra imortal.»

Ele viveu numa época difícil, de ideias e atitudes tumultuosas, em que muitos e muitos se desnortearam tanto no campo da política como no da religião. O «ultimatum» levou Portugal à mais enérgica reacção e ele reflectiu esse momento de exaltação e de protesto.

As paixões cegam a razão mesmo a duma serena, calma e luminosa consciência.

As desgraças acumuladas, a eminência da derrota sem possibilidade de dar a conhecer as verdadeiras causas da derrocada, conduzem as almas por caminhos tumultuosos, de cega desorientação.

O Município ao construir este monumento que expõe à consideração e à meditação dos seus munícipes, além de evocar o poeta de invulgar e luminosa inspiração nas suas obras construtivas, pretende chamar a atenção para a evolução do espírito dum intelectual consciente e honesto.

Bem merece que seja conhecida pela séria advertência que contém e pelo profundo ensinamento que concede, o drama daquele que interroga simultaneamente o bem e o mal postos em confronto, num acto de julgamento decisivo. Bem merece ser conhecido o longo período de luta, num ambiente de insónia interrogando qual o caminho do seu dever.

Guerra Junqueiro por sua evolução espiritual não é um caso único na vida intelectual da Nação, mas é por seu talento, aquele que bem pode representar a dolorosa luta interior procurando destruir face à verdade e ao dever o que reconhece estar errado e se penitencia do mal que fez, ten-

tando emendar, riscar no limiar do seu encontro com Deus os pensamentos indevidos, transmitidos em páginas já impressas.

Aqui fica representado nesta estátua todo um romance trágicamente vivido. Aqui fica o exemplo do homem face à sua própria consciência.

Aqui fica o aviso, àquele que passa, de que a inteligência é sempre responsável e só pode e deve ser utilizada ao serviço de ideais respeitáveis, positivos e definidos que representem alicerces do futuro.

A meditação sobre a definição desses ideais só o pode fazer uma consciência, em pleno recolhimento e em íntima liberdade de análise. Só o pode fazer uma alma independente, totalmente independente.

Na revisão de toda a sua obra nos derradeiros anos da sua vida, se o intelectual teme Deus é porque crê em Deus; se reconhece defeitos e erros é porque possui uma consciência de justo juiz; se modifica o que julga errado é porque preza a sua dignidade de ser responsável; se enfrenta e repudia a popularidade fácil e condena parte daquilo que escreveu, é porque é um homem de coragem.

Quem assim procede, além de desassombrada dignidade tem, na serenidade da sua atitude, grandeza de ânimo.

Fidelidade aos valores eternos, esse deve ser o testamento moral daqueles a quem Deus concedeu o dom da superioridade espiritual.

Guerra Junqueiro expõe a sua alma em sangue vivo à contemplação dos vindouros, numa explosão de humildade, para que se medite até que ponto pode ser levado o homem incauto quando cegamente embalado pelo entusiasmo de multidões obsecadas que o impelem ou o arrastam.

A morte de Guerra Junqueiro foi uma advertência e uma lição.

Há na verdade alguma coisa de muito grande para além do dia de hoje: existe a Pátria cujo futuro depende em muito, da essência que se encontra na base do trabalho de todos os espíritos superiores por seus dons; existe Deus com seus princípios de conduta, os únicos que dignificam os homens e a sua vida.

Servi-los é participar numa obra a favor da perpetuidade do espírito inteligente com todo o benefício colectivo que dela resulta.

Servi-los é honrar essa luz superior que entre os animais, só cintila no âmago da alma humana e que é a reminiscência e a semente do Criador.

A Guerra Junqueiro, o poeta dos «Simples» e das «Orações», a Guerra Junqueiro, o homem de consciência e de coragem, aqui fica a homenagem da Cidade de Lisboa.

A Cidade sobretudo se oferece a oportunidade de conhecer os versos extraordinários do Poeta e o romance do Homem.

Que cada um possa meditar sobre a luz que irradia dos seus versos e sobre a luz que brilha no ocaso da sua vida.

A experiência prolongada dos anos e dos homens, depois de profunda meditação levou-o a declarar já no final da sua existência na terra:

«MORRO, CRENDÓ EM DEUS»

O poeta com os seus versos e o homem com o seu romance, ramos da mesma árvore, aqui os deixa o Município para ensinamento de quantos vivem na Cidade.»

Seguidamente usou da palavra o Senhor Conselheiro Dr. Trigo de Negreiros, que pronunciou o discurso seguinte:

«Do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que, sem descuidar o progresso da Cidade, procura não deixar cair no olvido os grandes vultos da literatura portuguesa — atitude louvável num país onde «não se furta só a glória aos vivos, pois até aos mortos se ratinha» — recebi o honroso convite para proferir algumas palavras no acto da inauguração da estátua do poeta Guerra Junqueiro. Podendo invocar tantas razões justificativas de escusa, razões que, por óbvias, não há necessidade de referir, aceitei-o.

É que, para além do que poderia separar-me de Junqueiro, há um traço comum que nos une — a terra Natal, a pequenina pátria de Trás-os-Montes em que demos os primeiros passos, balbuciamos as primeiras palavras, soletrámos as primeiras letras, onde viveram, amaram e sofreram nossos pais e avós, terra a que sempre ficámos ligados por um sem número de imagens, emoções e lembranças que, por serem as primeiras, permanecem pela vida fora.

Se, sempre que para tanto se nos oferecia oportunidade, prestámos homenagem aos transmontanos que, através das mais diversas tarefas e empreendimentos, engrandeceram e prestigiaram a sua província, como poderíamos escusar-nos a participar num acto destinado a consagrar a memória de um dos maiores poetas portugueses de todos os tempos que honra, por igual, a Pátria e a terra em que nasceu, cuja alma, como o poeta reconheceu em carta dirigida a Alberto de Oliveira, «constitui de certo a melhor parte do seu livro de líricas»?

Poeta discutido, amado e admirado por uns, odiado e vilipendiado por outros, a sua vida e obra têm sido analisadas sob todos os aspectos, pelo que, atento o muito que sobre ele se tem escrito, será difícil dizer coisas que anteriormente não tenham sido ditas, e por forma brilhante, por uma pléiade de homens de letras a cuja república não tenho a honra de pertencer.

Guerra Junqueiro nasceu em Freixo de Espada à Cinta. Órfão de Mãe aos cinco anos, esta circunstância não deixaria de influir na sua formação religiosa — em Trás-os-Montes especialmente a cargo das Mães — e na sua sensibilidade, exacerbando-a.

«Ser órfão! Não ter na vida  
Aquilo que todos têm!  
É como ave sem ninho...  
É qual semente perdida  
Que, ao voltar do seu eirado,  
O lavrador descuidado  
Deixou tombar no caminho».



Ali passou a mocidade que mais tarde havia de recordar:

— «A minha mocidade, iluminada e crente  
Mais viva que o lampejo áureo das espadas» —

Ali despontaram os sonhos a que o mundo viria a pôr termo:

— «Os meus sonhos ideais, puros como camélias  
Eu tenho-os visto ir morrendo e perpassando».

Em Freixo e na Quinta da Batoca, tocado pela paisagem que o cercava e pela alma simples e cristã do povo, escreveu ou buscou inspiração para os seus melhores versos.

Nos concelhos limítrofes — Mogadouro e Moncorvo — nasceram os seus contemporâneos, Trindade Coelho, o admirável contista de «Os Meus Amores», e Campos Monteiro, poeta, dramaturgo e jornalista. Um e outro deixaram a traça do seu talento em cada uma das modalidades que cultivaram, mas nenhum conheceu a glória literária de Junqueiro ou exerceu a influência deste. Foram estrelas em que Junqueiro figurou como refulgente constelação.

A terra natal de Junqueiro é cheia de contrastes: montanhas rudes e agrestes, vales estreitos e amenos; rios de corrente alterosa e regatos em que a água corre suave e lenta como música em flauta pastoril. Fragaredos inacessíveis, córregos profundos, a terra convulsionada lembra campo de batalha em que as armas vomitaram lava e coriscos.

Excesso em tudo: gelam as fontes no inverno, o calor é chumbo em fusão em «Junho ardente».

Tanto a «encosta escavada, seca, deserta e nua», como a

«Terra ingrata onde a urze a custo desabrocha  
Bebendo o Sol, comendo o pó, mordendo a rocha».

não são mera criação literária de Junqueiro, mas dura realidade.

Naquelas terras, que Junqueiro conheceu desde a infância, se criou o Ti-Zé Senhor de «Os Simples».

«Fez-se moço e grande pela serras brutas  
Onde as águas pairam, onde o roble medra,  
E onde os fragaredos bárbaros, com grutas,  
Se acastelam crespos, infernais, em lutas,  
Tal como tormentas de trovões de pedra».

Mas mesmo os

«... fragorosos montes escavados  
Onde não há água nem germina o pão».

tocados pela varinha mágica do poeta, enchem-se de beleza comovente através das capelas e ermidas que os povoam.

«Alvas capelinhas, sempre milagrosas,  
Sois nessas alturas para os olhos meus,  
Como ninhos virgens d'orações piedosas,  
Miradouros brancos de luar e rosas,  
Onde as almas simples entrevêm Deus».

Na agressividade do solo e na dureza do clima temperam os transmontanos as armas com que lutam na vida. O amor pelos pobres e humildes é neles inato.

«Pobres dos pobres são pobrezinhos  
Almas sem lares, aves sem ninhos».

Extremamente susceptíveis e sensíveis à opressão, reagem contra ela com violência inaudita.

O grito do general Gomes de Sepúlveda contra o francês invasor encontrou eco em todos os corações transmontanos. Ninguém sentiu mais do que eles a afronta do *ultimatum*, o que explica, em grande parte, a posição activa que tomaram na chefia da revolta de 31 de Janeiro.

A exaltação popular causada pela bofetada inglesa, levada até ao paroxismo, encontrou eco no patriotismo de Junqueiro, despertando nele

o panfletário de cóleras incontidas, de anátemas, de gritos, de apóstrofes, de catilinárias e de sátiras sangrentas.

É possível que, no desforço cívico de que foi eloquente intérprete, o poeta tivesse cometido excessos e praticado injustiças, mas esses excessos e injustiças têm que ser vistos no quadro em que foram praticados e tendo em atenção que a história e a poesia, pelos materiais que utilizam e pela finalidade que prosseguem, são coisas diversas.

A obra de Junqueiro assemelha-se a roble gigantesco, de características inconfundíveis, alimentado por seiva proveniente de duas origens: das raízes e dos ramos e folhagens.

Pelas raízes mergulha no solo natal, na tradição e ambiente familiar — da família de que o seu autor proveio, profundamente católica, e da família que este constituiu — lar cristão e feliz, aquecido pelo amor da mulher, companheira dedicada de mais de quarenta anos, seu norte, porto e abrigo, e sua musa em versos que respiram inexcelsível ternura:

«Es tu quem me conduz, és tu quem me alumia.  
Para mim não desponta a aurora, não é dia,  
Se não vejo os dois sóis azuis do teu olhar».

Esse lar foi iluminado pela alegria e sorriso de duas filhas.

«Filha, quando sorris, iluminas a casa  
Dum celeste esplendor.  
A alegria é na infância o que na ave é asa  
E perfume na flor».

E se Deus chamou a si uma das filhas, outra acompanhou-o até ao último sopro de vida e continua a arder na chama do mais enternecido culto pela memória do Pai.

Sob a influência do meio natal e familiar, a lira do poeta solta os acordes mais harmoniosos, atinge a serenidade religiosa, canta hinos de fé e de esperança, de amor e de candura — «Irmã da Graça e da Ilusão!» —; a inspiração é límpida

e correntia, o lirismo tem a frescura do aroma do rosmaninho e os versos em que se exprime beleza cristalina e eterna.

Na verdade, a poesia de Junqueiro, quando desprendida do efémero das paixões, alcança o mais alto voo espiritual, brota naturalmente do seu pensamento e do seu sentimento como a água brota das fontes abertas na rocha: límpida, fresca e pura.

Ao reler os versos que, fora de qualquer objectivo político ou religioso, são apenas poesia, mais uma vez sentimos que não há como os poetas para povoar o céu da nossa vida com as estrelas da confiança, da esperança e da bondade. Graças aos poetas, o amor é mais puro, o sacrifício mais doce, o perdão mais fácil, a renúncia menos custosa, o dever mais humano e a própria dor mais resignada.

Mas, ao lado da obra inspirada nas raízes ancestrais e familiares, há a realizada sob a influência da seiva aspirada pelos ramos e folhagem que, em contacto com o mundo, recebem a inspiração das correntes literárias, filosóficas e sociais da época, impregnadas de «racionalismo desviado», de anticlericalismo, de dúvida filosófica e de pessimismo doentio.

Ao idílio, à ternura e à prece, filhas da inspiração ancestral, junta o poeta, por influência do meio mental da época, o sarcasmo, a ironia, a sátira, a apóstrofe e a própria blasfémia, produto do ambiente que o poeta respirava e em que, como anticlerical, foi apenas mais um entre outros.

Ao lado do canto do rouxinol nas claras manhãs estivais, ouve-se o ribombar do trovão apocalíptico. Um vento ciclónico perturba as almas, mina as instituições e abala as crenças a tal ponto, que, perdidas estas, já não teria razão de ser a enternecedora evocação:

«Minha Mãe, minha Mãe! Ai que saudade imensa,  
Do tempo em que ajoelhava, orando, ao pé de ti.  
Caía mansa a noite; e andorinhas aos pares  
Cruzavam, voando em torno dos seus lares  
Suspensos do beiral da casa onde eu nasci.»

Sofrendo influências tão contraditórias, o anjo e o demónio que coabitam em cada um de nós assumem em Junqueiro, tocado pelo relâmpago do gênio poético, proporções gigantescas.

Augusto de Castro, que muito de perto com ele privou, escreveu: «nos seus contrastes, nas suas oposições, nas suas aparentes incoerências, nas suas violências e nas suas súplicas se consumiu o Homem. Ele próprio definiu as duas almas que viveram, unidas, na sua alma: o Dragão e a Pomba».

O Dragão, brandindo as armas satânicas de um século iconoclasta, algumas vezes luta com a Pomba, mas, se consegue feri-la, não a vence, pois Junqueiro continua a ser o que sempre foi: um crente que, sob o manto de sátiras irreverentes, esconde o que nele há de melhor e de mais profundo: crenças da infância, ternura pelos humildes, fome de justiça e sede de elevação espiritual. Sim, Guerra Junqueiro, cristão ou pan-teísta, jamais foi um materialista.

Personalidade rica e poliédrica, complexa e contraditória, Junqueiro foi poeta, filósofo, político, diplomata, bricabraquista e lavrador, mas apenas se realizou plenamente como poeta, criador de Beleza, e como lavrador, criador de Riqueza.

Como poeta, nenhum outro o excedeu no brilho fulgurante das imagens, na veemência das apóstrofes, nas sátiras fulminantes, na criação da poesia sinfónica e orquestral, na pujança da sua imaginação verbal vibrante de eloquência e de colorido. Com a publicação dos seus versos, uma lufada de ar fresco percorre a poesia portuguesa, enriquecendo-a de metros novos, de ritmos imprevisos e de processos ousados.

Produto do meio em que nasceu, da cultura que adquiriu e da sua portentosa imaginação, Junqueiro é, simultaneamente, um poeta de Trás-os-Montes e do Universo.

Os seus versos, revelando uma técnica de versificação e uma sensibilidade pessoal inconfundíveis, ora têm a eternidade do bronze em que foram esculpidos, ora, reflectindo a labareda viva da paixão humana que os inspirou, são tão contingentes e efémeros como ela.

Dizendo-se embora «mudo e só na rocha de granito»... nenhum poeta exerceu no seu tempo maior influência literária.

Como filósofo, preocupou-se, e por vezes com vincada angústia, com a verdade e com Deus — «Amor infinito, vencendo infinitamente a infinita dor» — e, bem assim, com os problemas humanos.

A verdade, porém, é que o filósofo nunca chegou a atingir a altura do poeta. O livro filosófico a que tantas vezes aludira e que lhe consumiu largas horas — «A Unidade do Ser» — não chegou a entrar no prelo.

O poeta entendia, como escreveu em carta a Alberto de Oliveira, que «o artista deve, antes de tudo, fazer arte e não filosofia», o que não quer dizer, evidentemente, que a sua poesia a não tenha.

A diplomacia e a política foram acidentadas, mais ou menos efémeros e agitados, da sua vida.

Diplomata durante três anos em Berna, criou simpatias e suscitou admirações e, representando embora Portugal por forma a prestigiar as funções, o seu exercício não ficou marcado por qualquer facto de especial relevo.

Ao dar por finda a sua missão, pôde dizer com sinceridade que se «reconfortara na atmosfera moral das virtudes cívicas e cristãs dos suíços que reúnem Deus e a Pátria no mesmo culto».

Se mercê da sua obra literária exerceu grande influência, a sua passagem pela política activa foi também efémera.

Deputado em duas legislaturas, Guerra Junqueiro, orador nato, a tal ponto que aqueles que tiveram o privilégio de o escutar entendiam que o Junqueiro falado era superior ao Junqueiro lido, raras vezes subiu à tribuna, não marcando nos fastos do parlamento o lugar de relevo que outros, bem menos eloquentes, marcaram.

Revolucionário na palavra, era conservador na acção, pois nele, como disse de Oliveira Martins, «a ideação e a acção são coisas diferentes».

Numa das poucas vezes em que falou no parlamento foi para lamentar a modificação sofrida pelo «carácter, índole e costumes portu-

gueses», os quais, sob a influência do feitiço francês e cosmopolita, estavam a perder a feição indígena e tradicional, o que lhes vem «roubar as qualidades singulares de temperamento, sem as quais não pode haver, nem uma grande nação, nem uma grande pátria».

Um tradicionalista não diria melhor.

Deputado, ataca o parlamentarismo—«a verdade incontestável, a verdade irrefutável é que o sistema parlamentar é entre nós mera ficção». Membro do partido progressista, procede à autópsia dos partidos do seu tempo, cortando neles sem dó nem piedade: «Fazem-me lembrar — diz — um homem que numa feira vendia vinho e vinagre da mesma pipa. O vinho saía por um lado, e o vinagre por outro. A droga era a mesma. É o que acontece com a política dos nossos partidos: é igual e saída da mesma pipa. Só as torneiras é que são diversas».

Já Garrett distinguira, com a proverbial clareza dos poetas, entre espírito de partido e espírito público: «um liga-se à salvação do Estado; o outro só tem em vista pessoas».

Inimigo das ditaduras, que em Portugal — diz — são «a forma contínua de governo», aspira também a uma ditadura que considera urgente — a ditadura que «conduza o povo à compreensão dos seus direitos e deveres» e à realização «de obras de fomento, de reformas e de revivescência nacional».

Noutro passo comenta: «os ministros foram para o poder habituados a despedaçar carteiras. Adquiriram o hábito e começam agora a demolir o trono». Profeticamente adverte-os: «pois digo-lhes que é um móvel mais difícil de consertar». Não o escutaram e o resultado não se fez esperar.

Na sessão de 15 de Outubro de 1890, despede-se da vida política e parlamentar, dizendo que regressava «à sua arte, ao mundo sereno do espírito, da verdade e da beleza, onde não há nem misérias que causam náuseas nem desilusões que causam ódios».

Um ano depois confirmava esta atitude: «Preferi enclausurar-me num paraíso doméstico, entre lábios que não enganam e livros que não mentem. Deixei pelo caminho muita candura e trouxe em troca muita desilusão. Compreendi bem o que era essa força misteriosa a que chamam política, e afastei-me para sempre».

É desta época o regresso ao lar.

«Ai, há quantos anos que eu parti chorando  
Deste meu saudoso, carinhoso lar!...  
Foi há vinte?... Há trinta?... Nem eu sei já quando!  
Minha velha ama, que me estás fitando,  
Canta-me cantigas para me eu lembrar!...

No Congresso Republicano do Porto, realizado cinco meses antes da proclamação da República, defende a liberdade da Igreja, a quem entende deverem ser dadas todas as garantias para desempenhar a sua missão, pois é sua convicção «que a Igreja Católica tem um papel importante a desempenhar em Portugal».

De harmonia com este pensamento, critica mais tarde a Lei de Separação em termos acerbos.

Bricabraquista, reuniu o valioso recheio da Casa-Museu de que é patrono, o qual em homenagem à sua memória, viria a ser legado à Câmara Municipal do Porto pela viúva e filha.

E, embora o vício do *bricabraquismo* seja nele dominante, em dado momento é vencido pela paixão atávica da terra, pois só esta explica que Junqueiro transformasse, como ele próprio confessou, «contadores e chineses numa soberba bacelada de vinho fino, nas arribas do Douro».

Amigo de todas as horas, designadamente nas más e incertas, faz-se lavrador num momento trágico para a região do Douro.

Onde outrora, no dizer feliz do Doutor Águedo de Oliveira, «Baco implantara o seu tirso», reinava a desolação e a morte, pois a invasão da filoxera, matando as vinhas, levava a miséria a muitos lares e transformara a região em verdadeira charneca de almas.

Junqueiro não desiste e na reconquista da terra dá o exemplo. A golpes de aluvião ou à força de dinamite, levanta socacos e transforma «as encostas escavadas, secas, desertas e nuas» de «A Lágrima», mas sem estrada que ainda hoje não têm, em vinhedos, olivais e amendoais, participando, assim, o épico da Pátria, na mais extraordinária epopeia rural de que pode orgulhar-se um povo.

Data daí a criação da Quinta da Batoca — «poema em cem mil versos», tantas as cepas aí plantadas — fruto de muito trabalho e de canseiras sem conta.

Para a fazer foi tudo: engenheiro, arquitecto, cientista, lavrador e capataz.

Surribou a terra e construiu as casas. Os lagares e o armazém, em que o vinho é rei, e a casa onde passaria a convalescer das doenças da cidade e da política.

«Chego morto de cansaço,  
Triste como um lord inglês;  
Põe-me o Terreiro do Paço  
No estado em que tu me vês».

Ali, «guardadas na gaveta as fúrias» e os «raios no baú», recomeça uma nova vida:

«Deito-me às Avé-Marias  
Com a consciência regalada,  
E tiro todos os dias  
O meu chapéu à alvorada».

Madrugador, como o melro do poema, aprecia o passeio matinal:

«Filhas, andai comigo! Hora divina e santa  
Balsâmica manhã dum Junho verde em flor!  
Sobe da terra ao céu um frémito de esperança,  
Baixa do céu à terra um hálito de amor».

Na Batoca, encontrava o poeta a paz, o equilíbrio e o sossego propícios à criação de certos estados de alma.

Falando da Batoca com o escritor Doutor Luís de Oliveira Guimarães, devotado admirador do poeta em todas as ricas e diversas facetas do seu espírito, disse-lhe: «A minha casa da Batoca

dir-se-ia uma pequena sucursal de um convento trapista. Só ali, naquele isolamento, consigo pôr o Universo e a filosofia em ordem». Mas acrescentara: «Meto-me no comboio da Barca d'Alva e basta-me chegar ao Pocinho para sentir tudo desarrumado».

Pensando nos pobres das terras da naturalidade dos trabalhadores que ganhavam o seu pão na Batoca, escreveu: «O Caminho do Céu será publicado logo depois da minha morte. O produto de todas as edições ou da venda da propriedade será dividido em 10 partes e distribuído deste modo: 5 partes para o Hospital da Misericórdia de Freixo; 3 partes para os pobres de Freixo, 2 partes para os de Ligeiros, destinando daí minha querida mulher a quantia que julgue conveniente para os pobres de Barca d'Alva».

Junqueiro, incansável andarilho, compunha muitas vezes os seus versos passeando dum lado para o outro. Assim, fazia na casa da Batoca, designadamente na varanda voltada ao sul, de onde avistava o Rio Douro e o anfiteatro formado pelas encostas circundantes.

Quando não tinha papel à mão, os versos que mentalmente ia fazendo escrevia-os na parede da casa. Ainda há uns anos, quando por lá passei, podiam ler-se alguns, reveladores de certos estados de alma e que a seguir refiro.

Quando a canícula apertava, ao ouvir a chadeira dos carros de bois, escrevia:

«Chiam ao longe, no silêncio em brasa,  
Como gemidos íntimos da terra».

Se uma onda de desalento o invade, ao lembrar-se que trocara, em parte, a poesia, sua glória, pela política, sua desilusão, diz:

«Quanta vida consumida!  
Quanta quimera perdida!  
Quanto sonho, quanta lida!  
Tudo em vão!...  
Quantos caminhos trilhados!  
Quantos passos mal andados!  
Quantos ais e quantos brados!  
Tudo em vão!...»

O sofrimento e a dor suscitam-lhe esta reflexão:

«Maldiz o sofrimento,  
Mas não maldigas a dor;  
Porque só o sofrimento  
Nos ensina a ser melhor».

Vencida a febre de exaltação em que realizara a sua obra polémica ou de combate, tocado pela asa do sofrimento ou da desilusão, Junqueiro torna-se «melhor».

O Junqueiro das cóleras patrióticas, das após-trofes vibrantes, das sátiras sangrentas, cede perante um novo Junqueiro, tolerante para todas as crenças e opiniões, sensível a todos os infortúnios, benevolente para com todos os erros e desvios da inteligência, menos para os seus, que humildemente confessa, e, sedento de justiça, reconhece e repara, na medida do possível, as injustiças que julgava haver praticado.

«Não quero levar para a cova — dizia — que é a paz, o perdão e o esquecimento, o mais ligeiro remorso», e as suas mãos, em que brilhou a espada de tantos combates, só se erguiam para abençoar, sem uma crítica ou uma recriminação.

E, em entrevista concedida alguns meses antes de morrer, disse: «Que Deus me dê ainda alguns anos de vida, para que possa morrer como desejo: amando e abençoando. Quero acabar os meus dias na Dor e no Amor, na Paz e no Silêncio, entre os humildes e os desgraçados que trabalham e cantam, que sofrem e que choram, que padecem e que rezam».

No silêncio da morte, Junqueiro tem direito à Paz a que em vida aspirou.

Se é a inteligência que governa, e por vezes bem mal, o mundo, é o sentimento a luz que o ilumina.

Cabendo aos poetas não a deixar apagar, ela refulge com clarão imortal nas estrofes de «Os Simples» e das «Orações» em que Junqueiro reza: «Luz de Deus, luz do amor, luz do bem, luz da eterna graça, luz da luz, amém!».

O Senhor Dr. Luís de Oliveira Guimarães, em nome da Sociedade de Escritores e Compositores, foi o terceiro orador, tendo afirmado:

«Pela voz expressiva do sr. conselheiro Trigo de Negreiros acaba de falar Trás-os-Montes onde Junqueiro nasceu. Pela voz não menos expressiva do sr. general França Borges falara Lisboa onde morreu Junqueiro. Nascer e morrer, eis os dois polos da vida. Privilegiados aqueles que continuam a viver, e em glória, para além da morte! A inauguração deste monumento constitui uma prova mais da gloriosa immortalidade do autor dos *Simples*. Não podia a nossa Sociedade de Escritores e Compositores (em que o nome de Guerra Junqueiro figura) alhear-se desta inauguração, e, desde já, agradece, por meu intermédio, à gentileza do sr. general França Borges, quer o honroso convite para que a Sociedade participasse neste acto, quer o grato ensejo que lhe proporcionou, não só de expressar à Câmara o seu profundo apreço pela iniciativa deste monumento em memória de um grande poeta, mas de dirigir à Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Maria Isabel Guerra Junqueiro os mais afectuosos cumprimentos, num momento particularmente significativo para o seu coração e para o seu espírito. E, pronunciadas estas palavras, estaria talvez cumprida a minha missão se razões de carácter pessoal não determinassem ainda algumas palavras minhas.

Tive a fortuna de conhecer, pessoalmente, Junqueiro. Mais de uma vez, os meus pobres vinte anos foram acolhidos pela radiosa mocidade espiritual dos seus setenta. Estou a vê-lo e a ouvi-lo! Testa de Hugo, nariz de Dante, barba de Tolstoi, como alguém o descreveu um dia, — tudo nele, física e intelectualmente, reflectia génio. As suas próprias doenças — dizia Sousa Martins — eram extraordinárias. Personalidade multiforme, poeta, filósofo, tribuno, político, anti-

quário, vinicultor, homem de gosto e homem de espírito; temperamento simultaneamente lírico e satírico, astral e terreno, opulento e ascético, veemente e bondoso — Junqueiro, descontado mesmo o que nele havia de vulnerável, era, de facto, genial, não só quando escrevia, mas quando falava. Com Junqueiro quase se não conversava, porque todo o tempo parecia pouco para o escutar. No seu pensamento, como na sua verbosidade, os conceitos, as imagens, sucediam-se cintilantes, coruscantes, por vezes efusiantes — à semelhança do que acontecia com os seus versos. Nem sempre seria indiscutível — mas deslumbrava sempre. Foi certa tarde em que eu, embevecido, o ouvia recordar episódios da sua mocidade, que ele me contou a sua primeira vinda a Lisboa. Acabara de concluir, em Coimbra, no verão de 1870, o 2.º ano de Direito. O pai mandara-lhe de Trás-os-Montes dez libras de presente — dez libras constituíam então uma fortuna — e ele, desejoso de conhecer as ninfas do Tejo, planeara «estoirar» as dez libras na capital. Escrevera ao pai, fizera a mala — e partira. Apesar de não ter ainda vinte anos (ia completá-los pouco depois) Junqueiro havia publicado já quatro livros de versos, um deles prefaciado por Camilo. Não era, por consequência, um desconhecido. Em Lisboa os seus jovens colegas receberam-no afectuosamente; mostraram-lhe a cidade; apresentaram-no no Martinho e na Havaneza; levaram-no ao D. Maria e ao Trindade; o Cenáculo da Travessa do Guarda-Mor, a que presidia Antero do Quental, sabendo que Junqueiro trouxera na sua mala de viagem um manuscrito de um poema intitulado *A morte de D. João*, convidara-o a ir lê-lo ao Cenáculo; sucederam-se as ceias, mais ou menos literárias, mais ou menos estúrdias; e, após duas semanas de galarim, estoiradas as derradeiras libras, Junqueiro tomara em Santa Apolónia o comboio para o Porto a caminho de Freixo de Espada à Cinta onde passaria o resto das férias grandes com a família. Na paragem do comboio em Coimbra, Bernardino Machado, que estava na gare, vendo Junqueiro à janela de uma das carruagens, bradara-lhe «Então essa Lisboa, que

tal?» e logo Junqueiro lhe respondera, entre irónico e enternecido, agitando os braços no ar:

— Uma aldeia, meu velho, mas luminosa!

Assim lhe ouvi eu contar, com um fulgor que — ai de mim — não consigo reproduzir, a sua primeira vinda à capital.

Junqueiro terminara o curso de Direito em 1873 e, desde então, as suas vindas a Lisboa repetiram-se. Nunca em Lisboa tivera residência própria, mas, não apenas em Lisboa passava, por vezes, largas temporadas (geralmente hospedado no antigo Hotel Central, ao Cais do Sodré, immortalizado por Eça de Queiroz no *Primo Basílio* e nos *Maias*) como a Lisboa ficaram ligados muitos episódios da sua vida literária, política e mundana. Efectivamente, em Lisboa, começara por ser o colaborador de Rafael Bordalo no primeiro jornal que o grande caricaturista criara, *Lanterna Mágica*; em Lisboa, de braço dado com Guilherme de Azevedo, escrevera depois uma tumultuosa revista para o Ginásio, *A Viagem à roda da Parvónia*, que constituiu o maior escândalo da época; em Lisboa fizera, mais tarde, parte dos Vencidos-da-Vida, porventura o mais célebre grupo de homens de espírito que, alguma vez, se terá formado no Mundo; em Lisboa, exercera, no velho regime, as funções de deputado progressista em três legislaturas e, depois, tendo ingressado no Partido Republicano, se tornara, por consenso dos seus correligionários, o «génio oficial» da República, inspirando, apostolando e — sejamos justos — criticando; em Lisboa, quando janota, nunca deixara de mandar fazer os seus fatos; em Lisboa, aprendera a dançar — circunstância que ele considerava indispensável na sua biografia — com o famoso mestre de dança da Lisboa do século passado, Justino Soares; em Lisboa, onde, no ano de 1923, viera passar uns tempos a casa de sua filha, falecera a 7 de Julho desse ano. «Para ver o mundo só há dois píncaros: ou o Himalaia ou o Chiado. Decidi-me pelo Chiado» — dizia ele. Era o máximo que se poderia dizer. Ainda que não existissem

outras poderosas razões, só por isto, Lisboa, devia-lhe um monumento. Pagou hoje essa dívida. Ainda bem.

Dias antes de Junqueiro falecer, recebi um bilhete seu, que terminava com um abraço. Não lhe pude, então, retribuir esse abraço. Retribuo-lho hoje, dando-o a uma das pessoas que ele mais amou no Mundo: sua filha Maria Isabel.»

Por último, a Senhora D. Maria Isabel Guerra Junqueiro, filha do poeta, agradeceu a homenagem agora prestada a seu pai, nos seguintes termos:

«Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento à Câmara Municipal de Lisboa por esta homenagem a meu pai e, designadamente, pelas belas e significativas palavras com que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor General França Borges, em nome da Câmara, quis assinalar este acto. Confesso-me, Senhor Presidente, imensamente grata, envolvendo, nessa gratidão a começar pelo escultor Lagoa Henriques, ilustre autor da estátua, e pelo architecto Raul Lino, autor do plinto, e a todos aqueles que, de qualquer modo, concorreram para que este monumento se erguesse, perpetuando, assim, numa das melhores artérias de Lisboa, o vulto de meu pai.

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara:

Umhas breves palavras, apenas. Um discurso? Confesso total incompetência. Mas ainda que não existisse tal inibição e eu fosse dotada de veia oratória, não a utilizaria neste passo, porque seria contrário às ideias de meu Pai. Simplicidade e sinceridade — eis o seu lema. Assim, aqui estou, sincera e simples, a exprimir a gratidão transbordante do meu emocionado coração.

A 19 de Janeiro, breves dias volvidos sobre a efeméride mais feliz na vida de meu Pai, —

o seu casamento — é inaugurada a sua estátua nesta formosa e tão querida cidade de Lisboa. A superior visão da Ex.<sup>ma</sup> Câmara e pela mão do Senhor General França Borges se deve esta homenagem ao Poeta — já prevista no ano do seu centenário. Eis finalmente chegada essa hora tão ardentemente desejada!

Foi aqui feito já o elogio do Poeta, exaltando-o em fervorosas orações de tão superior e expressivo relevo literário. Cumpre-me a mim lembrar a personalidade do homem. Obrigação ou privilégio? Pesado encargo, sem dúvida, para quem, como eu, embora rica de sensibilidade, é pobre de méritos.

Como entende Lopes de Oliveira cumprir «celebrar a memória de um tal homem contemplando-o à terna luz da intimidade».

Evoquemos, pois, o homem excepcional dentro do seu lar!

É certo que ele teve o raro privilégio de encontrar na terra a companheira ideal que, do Céu, sua Mãe lhe assinalara... Era a candeia sempre acesa, a luz do seu lar, a trave da sua casa, a vida da sua vida — a sua Nossa Senhora!

Minha Mãe, além da companheira ideal, jovem e linda, muito mais nova do que meu Pai, que casou aos 29 anos, soube ser a mais maternal das mulheres.

A vida dela era a vida dos seus filhos, porque ela adoptara também o meu Pai e este, o filho mais velho, é o mais estremecido! Nós, as duas miúdas, dentro de casa, andávamos em bicos de pés... As brincadeiras ruidosas reservavam-se para a larga varanda que dava acesso ao jardim... E, quantas vezes, aquele Pai era o mais endiabrado companheiro de travessuras. Queridíssimos Pais!...

Sobre o homem, na sociedade e na vida, creio que nunca houve, como escreveu, um dia, o eminente escritor Augusto de Castro — «homem melhor, bondade mais afectiva, graça mais indulgente e no infinito orgulho que nunca o abandonou, simplicidade mais comovedora».

Sim, querido amigo Augusto de Castro. O clima permanente daquela alma era a bondade.



Bondade, generosidade, lealdade. E sempre em acção — por impulso de altruísmo! Idealista, caminhou pela vida fora — olhos em Deus, abraçando a Humanidade!

Não desejo encerrar as minhas palavras sem agradecer de novo aos Senhores General França Borges, Trigo de Negreiros e Luís de Oliveira Guimarães, o primeiro a voz de Lisboa, o segundo a voz de Trás-os-Montes, o terceiro a voz da Sociedade de Escritores e Compositores, os discursos que proferiram e que tanto impressionaram o meu coração e o meu espírito. Que os meus agradecimentos se estendam ainda às entidades oficiais e particulares aqui representadas: à Imprensa, à Rádio, à Televisão e a todas as pessoas que quiseram ter a amabilidade de se associar a este acto de homenagem, que o Município de Lisboa decidiu prestar à memória de meu Pai, não esquecendo toda a família do Poeta aqui presente. Para todos a expressão do meu profundo agradecimento.

E sempre em acção por impulso de altruísmo. Junqueiro não foi um ensimesmado egoístamente desvanecido no seu eu. Dava-se todo! à família, aos amigos, aos estranhos e até a adversários! Jamais, por antipatia, deixou de fazer justiça ao mérito. Nunca excluiu aquele que tivesse jus a ocupar situação de destaque. E seria ele o primeiro a anunciá-lo e a recomendá-lo aos Altos Poderes . . . A quantos beneficiou! E nunca determinado por ambição ou vaidade. Detestava a ostentação. Sabia dar cristãmente: a sua mão esquerda nunca se apercebeu da prodigalidade da direita . . .

Escreveu Junqueiro: «não basta fazer a apoloogia de Cristo; é necessário azorregar a face de Judas. Não basta cantar estrelas, é necessário esmagar o verme». Neste conceito não se verifica um perfeito instantâneo do homem? Duas facetas, a mística e a sarcástica. Antagónicas? Não. Fundamentais e predominantes. Amalgamam-se. Tão válidas como duas irmãs gémeas. Os contrastes flagrantes da sua psicologia — repare-se, não revelam contradições, mas sim, como já acentuei,

aspectos de alma complexa e de eleição. Graças a Deus, não pertenceu ao número daquelas feitas em série . . .

Aspectos múltiplos, sim, mas obedecendo sempre ao mesmo ritmo. As reacções repetem-se perante acontecimentos similares . . . Não podemos mutilar o Homem!

Se a Obra permanece íntegra — viva, de pé — embora ainda entaipada em lugares-comuns — ela saberá defender-se e libertar-se das más sombras e dos parasitas . . . Mas o Homem — quem cuidará da sua memória? O Homem que iguala o Poeta — se o não ultrapassa — e que anda tão caluniado, tão desfigurado em confrangedoras e horripilantes caricaturas?! Pobre Junqueiro!

Junqueiro consumiu-se à chama do amor. Amor à família, amor à Pátria, amor à natureza, amor à Humanidade!

Abraçou o Mundo com os olhos em Deus.

Deus que permanece em toda a sua Obra, como esteve sempre dentro do seu coração! Nem um instante se apartou dele. «Se Deus não existisse, a vida não teria sentido». Tantas vezes lhe ouvi esta afirmação pela vida fora!

Mas acentuemos, repetindo o que já aflorei: Junqueiro foi só um — um e único!

Nunca se desmentiu, desde que abriu os olhos ao conhecimento, até que os fechou para sempre na minha casa, hoje desaparecida, na Rua Silva Carvalho.

Neste momento de comunhão espiritual, consagramos-lhe uma oração, que não poderá ser outra senão de «Orações à Luz». As últimas estrofes — fulgentes e reveladoras que tão belamente se casam à própria vida de Junqueiro:

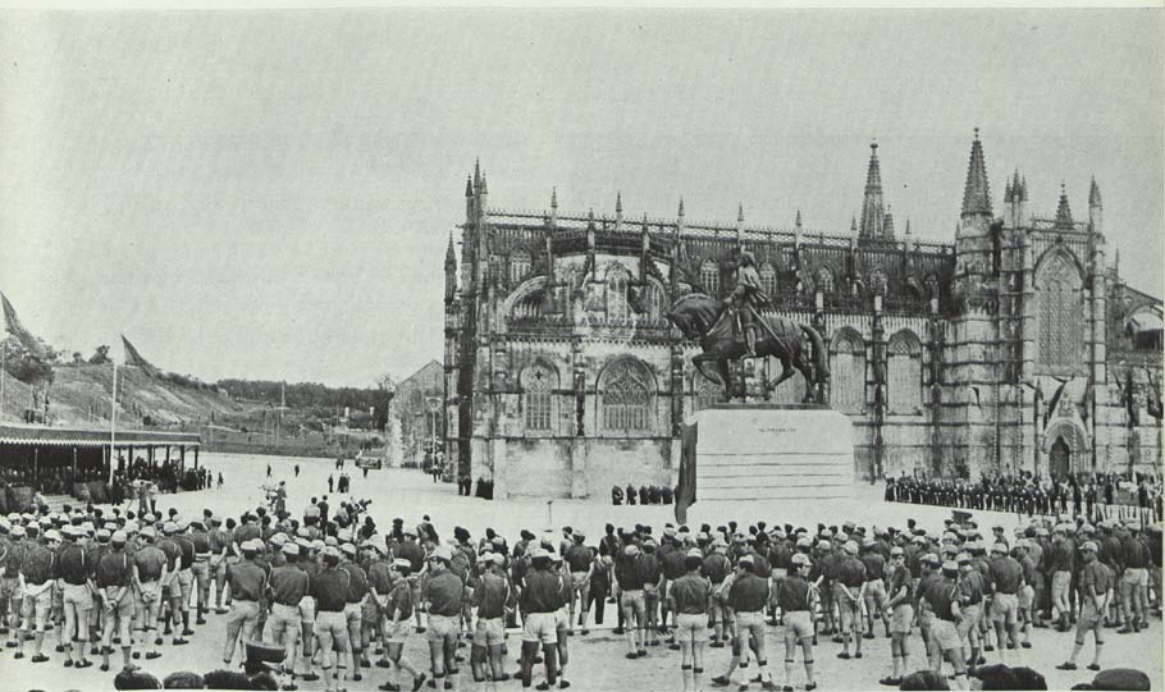
«E cantando  
E lutando  
E sonhando  
E chorando  
E rezando  
Farei de cuja luz que me alumia  
A luz espiritual do grande dia.  
A luz de Deus, a luz do amor, a luz do Bem  
A luz de glória eterna, a luz de luz, Amen.»



*O Senhor General França Borges no uso da palavra*

*D. Maria Isabel Guerra Junqueiro descerra o monumento a seu pai*





## A DÍVIDA DE LISBOA ESTÁ PAGA

Com a inauguração, na Batalha, da estátua equestre de D. Nuno Álvares Pereira, a cidade de Lisboa salda a dívida há muito em aberto para com o herói de Aljubarrota, consagrando, assim, a memória daquele que sempre foi um exemplar vivo de abnegado heroísmo.

A cerimónia assistiram, além do Chefe do Estado, do Cardeal Patriarca de Lisboa e do Presidente do Conselho, membros do Governo e do corpo diplomático, autoridades civis, religiosas e militares.

De salientar a presença de grande número de filiados da Mocidade Portuguesa que, deste modo, se quiseram associar à significativa homenagem que a Nação prestou ao Condestável Nuno Álvares Pereira, seu patrono.

Após a leitura do auto de doação simbólica da estátua à Nação, usou da palavra o senhor General França Borges, que afirmou:



*EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA*

*SENHORA DE RODRIGUES THOMAZ, MINHA SENHORA*

A presença de Vossa Excelência a cerimónias públicas ou privadas corresponde sempre à conclusão duma nova obra que significa enriquecimento da Nação.

E porque tais cerimónias são sucessivas ao longo de cada ano, pondo à prova a resistência e a persistência do venerando Chefe do Estado, há que concluir, lógicamente, que Portugal enfrenta uma era de renovação e de confiança no futuro.

E assim se verifica apesar das sérias dificuldades criadas à Nação e que são consequência directa de um plano elaborado por inteligências ocultas.

Os inimigos de Portugal sabem bem que o aniquilamento desta velha Nação representa um passo decisivo na destruição da velha Europa com a sua civilização milenária cristã.

Destruída a vontade, fica imobilizado o braço.

A consciência de cada português, no julgamento que determina a sua atitude perante os acontecimentos de cada dia que passa, tem que estar alertada contra esta conspiração materialista e artificial, que não desarma.

É Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, quem dignamente representa a Nação nestes tempos convulsionados e confusos e bem dá a todos os portugueses o alto exemplo duma conduta prudente mas firme, o exemplo do sacrifício, o exemplo duma vida simples, digna, honrada e de trabalho que é afinal a vida que merece ser vivida por cada um de nós.

Vossa Excelência representa a resistência, a firmeza e a confiança do bloco de vontades que reside em toda a Nação.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, se dirige a gratidão de todos nós pelos serviços relevantes que, com a ajuda de Deus,

tem prestado e há-de continuar a prestar a Portugal nesta hora alta em que se põe à prova o valor da gente portuguesa.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, se dirige o sincero agradecimento da Câmara Municipal de Lisboa por se dignar presidir a este acto de doação.

Bem haja Senhor Presidente da República.

*EMINENTÍSSIMO E REVERENDÍSSIMO  
SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE  
LISBOA, DOM MANUEL GONÇALVES  
CEREJEIRA*

A Vossa Eminência se dirigem a minha admiração e o meu respeito.

*SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE  
MINISTROS, EXCELENCIA*

Este dia 27 de Abril representa uma longa e difícil caminhada na História, plena de persistência, de coragem, de austeridade e de dignidade.

Nun'Álvares deve estar contente.

Este dia 27 de Abril representa sacrifício e renúncia com a total doação duma vida oferecida ao futuro da Pátria

Nun'Álvares deve estar descansado.

Este dia 27 de Abril representa o repúdio de todos os actos atentatórios dos direitos, da liberdade e da integridade de Portugal que tem provado não reccar nem o número nem a força

Nun'Álvares deve estar tranquilo.

Este dia 27 de Abril representa o fortalecimento da unidade portuguesa e a fidelidade aos princípios cristãos inseparáveis da fé e da honra

Nun'Álvares deve sentir-se feliz.

Bem haja Senhor Presidente do Conselho de Ministros.

*SENHORES MINISTROS, SECRETARIOS E SUB-  
SECRETARIOS DE ESTADO, EXCELEN-  
CIAS*

*SENHORES PRESIDENTES DA ASSEMBLEIA  
NACIONAL, DA CÂMARA CORPORATIVA  
E DO SUPREMO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA*

*SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNI-  
CIPAL DA BATALHA E SENHORES  
PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNI-  
CIPAIS*

*ALTAS AUTORIDADES RELIGIOSAS, MILITA-  
RES E CIVIS*

*SENHORAS E SENHORES DESCENDENTES  
DE NUN'ÁLVARES*

*MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES  
GENTE MOÇA DE PORTUGAL*

#### *I — A dívida de Lisboa está paga*

Entrego neste momento ao honrado Governo da Nação o monumento de homenagem ao Condestável D. Nun'Álvares Pereira.

Faço-o em nome da cidade de Lisboa que o mandou construir por sua iniciativa, com dinheiro dos seus municípios, desde os mais pobres aos mais afortunados.

Faço-o em nome das 53 freguesias da cidade, dos novos e dos velhos bairros, em nome de quase um milhão de homens e mulheres que neles nasceram ou aí viram nascer seus filhos e netos; em nome de quantos neles habitam com a preocupação dum viver honesto e cristão, útil à família e à Pátria, desde Marvila e Olivais até Alcântara e Belém, desde o Castelo e Alfama até Benfica e Lumiar, abrangendo a cidade baixa e a cidade alta, as novas e as velhas avenidas, ruas modestas, colinas, vales e encostas.

É em nome dos operários, intelectuais, funcionários, comerciantes e industriais, artistas, jornalistas, homens de trabalho braçal e de trabalho intelectual, de todos sem excepção, que a Câmara Municipal de Lisboa oferece à Nação este monumento que enriquecerá o património artístico por-

tuguês e é devido ao cinzel privilegiado de Mestre Leopoldo de Almeida, glória nacional no campo da escultura.

A cidade de Lisboa, grata a esse extraordinário artista por sua obra tão perfeita, sente que oferece à Nação um presente digno de si, já pela beleza material que agrada aos olhos, já pela formosura moral que dele irradia e que agrada à alma.

A homenagem pública da cidade de Lisboa a D. Nun'Alvares Pereira está realizada.

A dívida da cidade, tanto tempo em aberto, está finalmente paga.

Não importa que, de momento, essa extraordinária obra de arte em vez de valorizar uma praça de Lisboa se levante junto dessa permanente oração feita de pedra rendilhada, que é Santa Maria da Vitória.

Lisboa está presente e a sua gratidão ficará perpetuada no plinto do próprio monumento.

O sentimento de gratidão que determinou esta homenagem está fundido no próprio bronze. A afirmação do total desinteresse dessa Lisboa que é a cabeça da Nação está implícita no acto da própria doação.

É sensível e generosa a alma do povo de Lisboa.

## II — *Nun'Alvares continua a cavalgar à es- tribeira do seu Rei.*

Santa Maria da Vitória é um local de peregrinação nacional a dois passos apenas de Aljubarota.

Aqui descansam D. João I e a ínclita geração de altos Infantes.

Eles acolherão admirados mas não perplexos esse D. Nuno que eles tanto amaram e que volta para junto de si, num simbolismo de fidelidade que nunca amorteceu.

Nun'Alvares com toda a sua irrequieta juventude, Condestável com toda a firmeza na responsabilidade da sua missão, Frei Nuno de Santa Maria com a bondade e a caridade que o vai aproximando de Deus, ei-lo de novo junto do

amigo, do camarada, do seu mestre e rei a confirmar a fé, a firmeza e a lealdade duma mocidade interior que nunca envelheceu.

Sempre igual a si próprio até ao fim da vida!

Sempre grande e perfeito.

Não é apenas a plenitude do seu patriotismo, a coragem indomável, o exemplo de cada hora, a recta conduta moral, o corpo que não cansa nas permanentes correrias entre Lisboa e o Alentejo ou até esse Minho distante onde ficaram os seus cuidados;

Não é só a perfeita decisão de escolher o terreno das batalhas e de as conduzir com inigualável previsão e inteligência; não é só a inspiração de obter o máximo rendimento do terreno das armas e das almas dos combatentes; não é já a resolução de acabar seus dias no Convento do Carmo dando de comer aos pobres de Lisboa;

A muitos o que mais comove é que ele, a personificação da coragem e a luz da perfeita inspiração, ele o génio, ele o inspirado e protegido de Deus, tenha permanecido inalteravelmente fiel.

Que extraordinária formação moral essa que abraça a fidelidade num sentido grandioso da renúncia de si mesmo e que a mantém íntegra nos momentos cruciais em que por uma sombra de legalidade o pensamento pode vacilar e a razão duvida.

Nun'Alvares nunca vacilou nem nunca teve dúvidas porque proclamou sempre uma verdade límpida que vivia plenamente integrada no seu coração e com ele amalgamada:

Acima de tudo a Pátria! Contra tudo e contra todos, a existência da própria Pátria!

Por ela e para ela a honra de ser fiel, a serena glória de ser fiel, a tranquila consciência de permanecer fiel.

Por ela a coragem de protestar, de reagir contra a conjura dos interesseiros, a coragem de desmascarar os homens falsos.

Por ela a tenacidade de não temer a ameaça dos gigantes, o milagre de se sentir forte e tranquilo mesmo quando se encontra abandonado da sua própria família.

Quanta beleza moral se condensa na honra de ser fiel, na tranqüila consciência de permanecer fiel!

É esse sentido de fidelidade que o trás de novo a estas terras de Aljubarrota.

Ele tinha de voltar a estes campos santificados com o sangue dos seus companheiros e assim voltou de uma vez e para sempre.

Ao fim de séculos ei-lo que continua cavalgando à estribeira do seu Rei!

### III — *Poucos contra muitos*

A vida de Nun'Álvares é uma lição permanente. É um livro pleno de actualidade, pois que os homens, apesar dos séculos vividos, não mudaram na sua maneira de ser espiritual.

A vitória permanente alcançada pelo Conde-tável apresenta-se como um milagre ou porque se teve de bater contra muitos — e sempre vitorioso — ou porque teve de reagir contra os poderosos, sempre com razão.

A arma milagrosa que não só conseguiu mas superou a diferença foi simplesmente a sua perfeita formação moral que se desdobra em disciplina, consciência e coragem e que o levou a considerar como indiscutível o princípio de que os portugueses só podem viver livres e cristãos.

Poucos contra muitos é a grande lição do passado. Poucos contra muitos é ainda uma das heranças legadas por Nun'Álvares Pereira.

Desde Viriato, enfrentando por longos anos o poderio do Império Romano ou antes ou depois de Ourique, quer mais tarde ao longo da vida da Pátria, frequentes vezes aconteceu serem os portugueses poucos contra muitos.

No desvendado dos novos mares e das novas terras ou na manutenção dos continentes descobertos, foram sempre poucos aqueles que puderam deixar o solo pátrio e a família, ao serviço do futuro de ambas.

Perante a manutenção da independência da Pátria nunca constitui dificuldade de maior para as sucessivas gerações nem o número nem as armas poderosas.

Nos dias de hoje, depois de tantos séculos vividos, ainda Portugal tem diante de si a necessidade de se bater contra muitos a começar por aqueles que deliberadamente e à falsa fé o atacam.

Os poucos, esclarecidos, têm de continuar a bater-se contra os muitos que estão enganados ou laborando em erro.

Têm de se bater contra a mentira, contra a injustiça, contra a força oculta que nega a razão, contra a perfídia, a maldade, a inveja, contra os materialistas e descrentes que se obstinam em negar as excelsas virtudes do cristianismo.

E por causa de todos eles o País pacífico e digno que é Portugal, aquele Portugal que antes de todos aboliu a pena de morte, a escravatura e a discriminação racial, para sua defesa, tem que sentir fortalecida a alma de cada um dos seus filhos. Só assim ele poderá oferecer a resistência a todos os ataques e promover o ataque a todas as injustiças.

Com Nun'Álvares a par dos guerreiros experimentados, batia-se a gente moça igual a essa outra que hoje luta dignamente em África e simultaneamente em três frentes de combate.

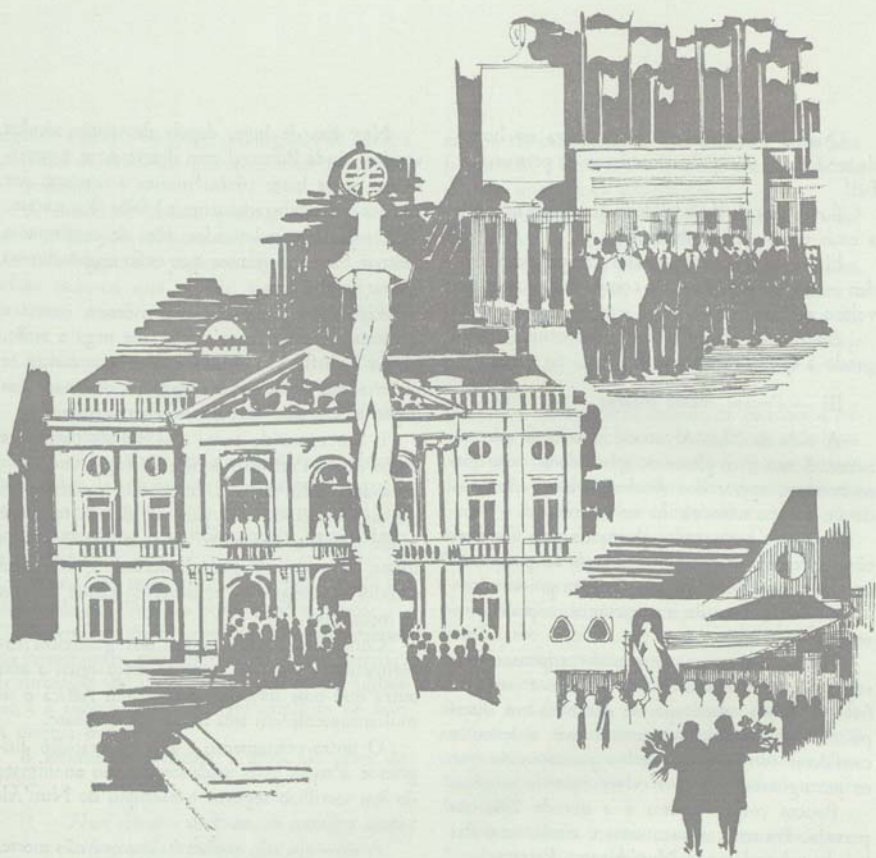
O nosso pensamento e a nossa gratidão dirigem-se a todos esses soldados que no anonimato do seu sacrifício seguem o exemplo de Nun'Álvares: a honra de ser fiel.

A alma que não quebra é alma que não morre. A alma que não cede é alma vitoriosa.

A alma fiel a um alto e justo ideal nunca cede e nunca morre.

Vive pela glória da Pátria e pela segurança do seu futuro. Vive pela liberdade e bem-estar das gerações que vão nascer e que por sua vez defenderão a terra-mãe de todos os perigos internos e externos que a ameaçam. E com os olhos postos no exemplo de Nun'Álvares, tomando em suas mãos a cadeia que não se quebra mantida por esses laços invisíveis que são a herança das almas, essas gerações conseguirão obter o êxito e a vitória, mesmo quando os portugueses são poucos contra muitos.





# ACONTECIMIENTOS CITADINOS



## NOVO VICE-PRESIDENTE DA C. M. L.

No cargo de 2.º Vice-Presidente da C. M. L., foi recentemente empossado o Senhor Eng.º Segismundo do Carmo da Câmara de Saldanha, funcionário superior do Ministério da Economia.

Vereador desde o quadriénio 1964/1967, o Senhor Eng.º Segismundo Saldanha revelou desde sempre o maior interesse pelos problemas do Município, impondo-se, pelo seu fino trato e reconhecido valor, à consideração de todos quantos com ele têm privado.

No acto de posse, que foi muito concorrido, o Senhor General França Borges fez o elogio do empossado, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do novo cargo.





POSSE DOS SRS. DR. JORGE LOPES BONANÇA E ARQ.<sup>o</sup> JOSE NICOLAU CID TUDELA, NOS CARGOS DE CHEFE DA REPARTIÇÃO CENTRAL DA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E CULTURAIS E DE CHEFE DA REPARTIÇÃO DE PLANEAMENTO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E OBRAS.

OS SRS. ENG.<sup>o</sup> ANTONIO PEREIRA MARQUES E FERNANDO DE OLIVEIRA BAPTISTA SÃO EMPOSSADOS NOS CARGOS DE CHEFES DAS DIVISÕES DE ILUMINAÇÃO E TRANSITO E LIMPEZA E TRANSPORTES





OS PARTICIPANTES DO VOO INAUGURAL DA T. A. P.,  
SALISBURY-LISBOA, APRESENTAM CUMPRIMENTOS NA  
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



POSSE DOS SRS. ENG.ºs TOMÉ JOSE  
FERNANDES E LEONILDO JOSE  
DA COSTA DE CHEFES DAS REPAR-  
TAÇÕES DE ILUMINAÇÃO E AFILA-  
MENTOS E DE TRANSPORTES



DIA DE S. VICENTE — SOLENE «TE DEUM» NA  
SE CATEDRAL DE LISBOA, CELEBRADO PELO  
SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA





*POSSE DO SR. DR. AUGUSTO RODRIGUES  
MENDES NO CARGO DE CHEFE DA REPARTIÇÃO  
DE CONTABILIDADE DA DIRECÇÃO  
DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS*



*O SR. DR. JOSÉ ALBERTO MOURA CRUZ  
É EMPOSSADO NO CARGO DE DELEGADO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL  
DE RECLAMAÇÕES E TRANSGRESSÕES  
DO MUNICÍPIO*

ESTUFA FRIA — PAULINA VESTIDA  
DE AZUL — PELA COMPANHIA  
DE TEATRO POPULAR DE LISBOA



OS PARTICIPANTES DO VOO INAUGURAL DA  
T. A. P., NOVA IORQUE-LISBOA, SÃO  
RECEBIDOS PELO PRESIDENTE DA C. M. L.







O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO USO DA  
PALAVRA QUANDO DA CERIMÓNIA DE ENTREGA DA  
CHAVE DA 3900.ª CASA, CONSTRUÍDA PELO MUNICÍPIO,  
NOS OLIVAIIS



RECEPÇÃO NOS PAÇOS  
DO CONCELHO AOS  
ESTUDANTES AMERICANA  
NOS PREMIADOS  
PELA PARADE PUBLICA  
TIONS INC. — ENTREGA  
AO SENHOR GENERAL  
FRANCA BORGES  
D'A MENSAGEM  
DO PRESIDENTE JONHSON

OS DELEGADOS DA SOCIEDADE DA LEGIAO DE  
HONRA DA COSTA DO OURO APRESENTAM  
CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE  
DO MUNICIPIO DE LISBOA





«O DESAPARECIDO», NO TEATRO  
DA ESTUFA FRIA, PELA COM-  
PANHA DE TEATRO POPULAR  
DE LISBOA

O ORFEÃO ACADÊMICO DE COIMBRA É RECEBIDO  
NO MUNICÍPIO DE LISBOA





*OS CONVIDADOS DO VOO INAUGURAL DA T. A. P.,  
AMSTERDÃO-LISBOA, NOS PAÇOS DO CONCELHO*



*VOO INAUGURAL DA T. A. P., NOVA IORQUE-LISBOA.  
REGRESSO DO SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES*

*PALACIO GALVEIAS—INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
DE JORGE COLAÇO, POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO  
DO SEU CENTENÁRIO*



# EDIÇÕES MUNICIPAIS

*INVENTÁRIO DE LISBOA*  
NORBERTO DE ARACJO

*LISBOA ANTIGA — BAIROS ORIENTAIS*  
JÚLIO DE CASTILHO

*LISBOA ANTIGA — O BAIRRO ALTO*  
JÚLIO DE CASTILHO

*LISBOA DE LES A LES*  
LUIS PASTOR DE MACEDO

*LISBOA E OS CURIOSOS FASTOS DO SEU PORTO*  
RAUL RIBEIRO DA FONSECA MENDES

*LISBOA E OS SEUS CRONISTAS*  
LUIS TEIXEIRA

*LISBOA SEISCENTISTA*  
FERNANDO CASTELO BRANCO

*AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA*  
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

*A RIBEIRA DE LISBOA*  
JÚLIO DE CASTILHO

*DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE  
DE LISBOA*

*LISBOA — OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA*  
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR  
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

*PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO*  
JANINE QUINTIN E JOAO PINA VIDAL

*MONUMENTOS DE LISBOA*  
MAIA ATHAYDE

*ESTUFA FRIA*  
JEAN CHABLOZ

*ARREDORES DE LISBOA*  
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

*MIRADOUROS DE LISBOA*  
JOAO PINA VIDAL

*JARDINS DE LISBOA*  
NATÉRCIA FREIRE



MUNICIPAIS  
EDIÇÕES

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO  
MUNICIPAL DE LISBOA

1978



EXECUÇÃO GRÁFICA DA IMPRENSA MUNICIPAL DE LISBOA

*PREÇARIO DA REVISTA:*

Preço avulso . . . . .	12\$50
Números duplos . . . . .	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) . . . . .	40\$00

*DEPOSITARIO GERAL:*

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telefone: 32 57 11

*CORRESPONDENCIA:*

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telefone 36 29 51



